

# proposta 26

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

Assalariados Rurais

## NOVOS DESAFIOS



FASE ☐ FASE ☐ FASE ☐ FASE ☐ FASE ☐

# SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO .....   | 1  |
| INTRODUÇÃO .....   | 2  |
| Iª PARTE   |    |
| AS GREVES DOS TRABALHADORES RURAIS DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA .....   | 7  |
| O Movimento dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo .....      | 9  |
| O Movimento dos Trabalhadores Rurais no Estado do Rio de Janeiro ..... | 14 |
| O Movimento dos Trabalhadores Rurais do Estado de Pernambuco .....     | 19 |
| O Movimento dos Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais .....   | 25 |
| O Movimento dos Trabalhadores Rurais do Estado da Paraíba .....        | 29 |

## IIª PARTE

|  |    |
|--|----|
| AS EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS COM OS TRABALHADORES RURAIS DO PARANÁ ..... | 32 |
| Associação dos Trabalhadores Volantes de Santa Isabel do Oeste .....     | 33 |
| A Casa dos Trabalhadores em Apucarana .....                              | 37 |

## IIIª PARTE

|  |    |
|--|----|
| REPENSANDO AS EXPERIÊNCIAS .....   | 46 |
| Construção social da identidade dos assalariados .....                               | 47 |
| A luta pela terra X a luta por salário .....   | 51 |
| Relação entre assessoria e trabalhadores .....                                       | 55 |
| O movimento sindical e as formas alternativas de organização dos trabalhadores ..... | 61 |

|              |    |
|--------------|----|
| ANEXOS ..... | 66 |
|--------------|----|

Siglas

Listas dos Participantes do Seminário

Este número é resultado do Seminário promovido pela FASE sobre "Experiências de Trabalho Educativo junto a Assalariados Rurais", realizado no Rio de Janeiro, em 12, 13 e 14 de Setembro de 1984.

Organização e Coordenação do Seminário: Ricardo Abramovay e Maria Emília Lisboa Pacheco.

Nº 26/Julho de 1985

# proposta 26

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

**Assalariados Rurais**

## NOVOS DESAFIOS



FASE FASE FASE FASE FASE

PROPOSTA: Experiências em Educação Popular é uma publicação trimestral da FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

Conselho Editorial: Jorge E. Saavedra Durão  
Jean-Pierre Leroy  
Carlos Minayo Gomez  
Maria Emília L. Pacheco

Coordenador Editorial: Alfons Klausmeyer

Redação: Delma Pessanha Neves  
Maria Emília L. Pacheco  
Paulo Sandroni  
Ricardo Abramovay

Revisão: Mary Andrade  
Ziléa Reznik

Datilografia: Elita V. de Paula  
Cecy R. de Abreu

Arte: Gerardo Hanna

Fotos: Lourdes Maria Grzybowski  
FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco.

Comissão Pastoral da Terra – Regional de São Paulo.

Agradecimentos a EZE – Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe da Alemanha, que forneceu os recursos financeiros que tornaram viável a realização do Seminário.

Redação: Rua das Palmeiras, 90 Botafogo  
22270 – Rio de Janeiro – RJ Tel.: 286-6797

## APRESENTAÇÃO



*Por que tem sido tão freqüente a afirmativa de que o trabalho educativo junto aos assalariados rurais apresenta muitas dificuldades?*

*Esta foi a pergunta que estimulou a realizar-se um seminário, em setembro de 84, sobre EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO EDUCATIVO JUNTO AOS ASSALARIADOS RURAIS.*

*Participaram do seminário agentes e assessores que atuam no âmbito do Movimento Sindical e em instituições que vêm assumindo um papel de apoio ao processo de mobilização e organização dos setores dominados no campo, entre outras, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), Centro de Educação do Trabalhador Rural (CENTRU) e FASE.*

*Os principais resultados deste seminário são apresentados neste número da PROPOSTA em 3 grandes partes. Nas duas primeiras o leitor encontrará um balanço sobre os movimentos grevistas dos assalariados rurais em vários Estados do País e sobre duas experiências associativas. Na 3ª parte está registrado um debate sobre os temas mais importantes suscitados a partir da análise das experiências de luta e organização dos assalariados rurais.*

## INTRODUÇÃO



Não faz muito tempo, cada vez que se tentava montar um seminário ou uma mesa-redonda sobre as lutas sociais no campo reservava-se a alguém ligado ao trabalho na Zona da Mata de Pernambuco a parte referente aos assalariados. Afinal, era evidente o contraste do grau de desenvolvimento da mobilização e da organização dos canavieiros pernambucanos em comparação com os trabalhadores do res-

tante do País, em particular com os da região Sudeste/Sul, onde pareciam intransponíveis as dificuldades do trabalho organizativo e educativo. Esse contraste foi o que motivou em grande parte o seminário cujos principais resultados publicamos nesta edição da revista **Proposta**. Tratava-se, para nós, não só de registrar e possibilitar a avaliação das experiências, mas sobretudo de provocar um confron-

to entre as áreas aparentemente mais "avançadas" e as regiões onde parecia imperar um clima de marasmo e desmobilização.

Felizmente, antes mesmo de o seminário acontecer, os próprios fatos se encarregaram de desmentir esta dicotomia tão radical entre áreas "avançadas" e áreas "problemáticas". Durante o primeiro semestre de 1984 vêm à tona os movimentos grevistas de São Paulo e do Rio de Janeiro, mostrando a existência da capacidade de mobilização por parte dos assalariados sem dúvida ainda frágil, mas muito superior ao que se poderia imaginar a partir de uma impressão superficial. Podemos dizer, neste sentido, que nos últimos anos tem início uma modificação qualitativa da própria forma como os assalariados rurais se apresentam ao conjunto da sociedade: não apenas como as miseráveis vítimas de um sistema capaz de promover o avanço simultâneo da produção agrícola e da fome, mas também como os agentes de construção de sua própria cidadania.

Este avanço não pode, entretanto, obscurecer as enormes dificuldades que o trabalho de educação popular enfrenta no meio dos assalariados rurais. Foi para promover o debate tanto a respeito do avanço até aqui já alcançado como das dificuldades ainda existentes que decidimos reunir pessoas com experiências diferenciadas de vários Estados onde é significativo o trabalho com assalariados rurais. Não se pode dizer que tenha sido um seminário conclusivo, nem era este nosso objetivo. O essencial para nós era que fossem levantadas certas pistas básicas de reflexão sobre o tema. E isto, no fundamental, parece-nos ter sido alcançado.

### **VOLANTES: UM TRABALHO IMPOSSÍVEL?**

Em primeiro lugar o seminário contribuiu para que fosse derrubado um mito ainda hoje vigente entre os que realizam trabalhos de educação popular: de que é praticamente impossível realizar uma atividade frutífera de mobilização entre os assalariados rurais temporários, em virtude do próprio caráter irregular e itinerante do seu trabalho. As experiências não só de Pernambuco, mas também do Rio de Janeiro e de São Paulo mostram, ao contrário, que quando o movimento sindical decide levar adiante um trabalho de organização e mobilização efetivo, os resultados se traduzem em movimentos sociais muito mais rapidamente do que se pensa. No caso de São Paulo, inclusive, as formas de mobilização adotadas passaram por cima dos freios burocráticos impostos pela legislação de greve. Ao contrário do que vem ocorrendo em Pernambuco desde 1979, a greve de São Paulo não respeitou em 1984 o ritual de negociações previsto na legislação.

A situação do Norte do Paraná é um verdadeiro contra-exemplo do que acaba de ser exposto.

Ali as negociações trabalhistas são feitas na ausência de qualquer tipo de mobilização de base e seus resultados são absolutamente decepcionantes, tanto do ponto de vista da conquista de melhores condições de vida como também sob o ângulo de educação popular.

Nesse contexto de inércia do trabalho sindical com os assalariados, as tentativas de mobilização que passam por fora dos sindicatos encontram também enormes dificuldades para se traduzirem em lutas efetivas. Aliás, a questão do trabalho organizativo realizado por organizações não-sindicais foi um dos pontos mais importantes da discussão. O papel das entidades de assessoria e de educação popular não é importante somente naquelas situações em que o movimento sindical é dominado por uma burocracia descomprometida com as lutas. Ao contrário, o trabalho de assessoria e de educação popular torna-se tanto mais relevante quanto mais firme é a decisão das direções sindicais de se engajarem nas lutas. É nesse momento que a educação popular pode revelar o seu potencial de mobilização, estimulando não só a compreensão dos problemas vividos pelos trabalhadores mas sobretudo a participação ativa das bases (e não só das direções) em todas as etapas da luta.

### **TERRA OU TRABALHO?**

Mas qual a natureza dessas lutas? O que querem realmente os trabalhadores rurais? Evidentemente, a célebre discussão "terra ou salários" não poderia estar ausente do encontro. Em algumas situações em que o peso social dos assalariados na população trabalhadora total é reduzido e onde é escassa a experiência coletiva de mobilização trabalhista — como é o caso do Sudoeste do Paraná — a luta pela terra apresenta-se, de certa forma, desvinculada do combate por melhores salários e condições de trabalho. São situações em que os trabalhadores se unem para arrendar ou ocupar uma terra, estabelecendo aí, tanto quanto possível, formas coletivas de produção. O eixo da unidade aí não está tanto no combate à exploração salarial capitalista, mas sobretudo no estabelecimento de formas, por assim dizer, independentes de produção. A experiência de Pernambuco e São Paulo aponta já em outra direção. A batalha pela aplicação da "Lei do Sítio" mostra, em Pernambuco, que a conquista da terra não é a válvula de escape que vai possibilitar o abandono da situação de proletário, mas está integrada na luta salarial e trabalhista.

### **IDENTIDADE SOCIAL E OBJETIVOS DE LUTA**

Esta questão se relaciona, evidentemente, com outra questão também já clássica: a da identidade social dos assalariados e sobretudo dos volantes. Vale a pena transcrever um trecho da exposição de

Hélio Neves, dirigente sindical com destacada atuação no movimento grevista de São Paulo:

“Um outro ponto que gostaria de salientar diz respeito às dificuldades que os sindicatos de São Paulo enfrentam para ampliar a consciência do trabalhador rural, do chamado bóia-fria. Esse tipo de trabalhador, do qual eu sou um deles, imaginou sempre a melhoria das condições de vida pela mudança de profissão. A gente sempre considerava que iria trabalhar uma ou duas safras até obter um emprego numa metalúrgica, numa indústria, no comércio na cidade. Essa visão do trabalhador dificultava muito que ele se assumisse como pertencendo a uma classe. Contudo, os trabalhadores começaram a perceber que as oportunidades de trabalho na cidade não mais existem; que as condições de vida na cidade não são melhores do que aquelas que eles enfrentam na área rural. O fato de um trabalhador ir para a cidade mas só encontrar serviço na roça ajudou muito a ele perceber essa ilusão, que a força da propaganda contribuiu para formar, no momento em que os usineiros expulsavam os trabalhadores das propriedades e plantavam cana por toda a parte. Considero então importante ressaltar que essa mobilização dos trabalhadores revelou esse fato novo: a consciência de que ele pertence a uma classe, que não tem como sair dessa situação e que, portanto, deve lutar para melhorá-la.”

Em outras palavras, na medida em que se desenvolve a experiência coletiva de enfrentamento à exploração capitalista, a luta pela terra tenderá cada vez mais a se confundir com a luta contra o capital. É a experiência de mobilização que poderá mostrar aos assalariados que na realidade, para eles, o acesso à terra virá coletivamente, com a conquista também do acesso aos meios de produção cujo uso privado hoje é a base da apropriação capitalista dos resultados de seu trabalho. Ou, no dizer de um trabalhador presente a uma reunião de canavieiros na Região de Ribeirão Preto, cuja idéia foi apresentada por Hélio Neves, “a nossa luta é essa mesma, para melhorar salário, para melhorar as condições de transporte, o caminhão, para melhorar isso ou aquilo. Mas a grande luta é para quebrar tudo isso que está aí e fazer com que nos sejam os nossos próprios patrões. Agora, nós não temos condição de fazer isso porque não temos unidade no nosso meio para fazer com que isso ocorra. Nós precisamos brigar por isso, na medida em que brigamos por nosso salário, porque é a fonte geradora de nossa organização. Hoje nós estamos aqui num grupo de 300 trabalhadores e estamos decidindo que a única saída para nós é a terra. Quando a gente tiver 600, 700 e assim sucessivamente, quando chegarmos a milhares de trabalhadores de todo o Brasil, então vamos enfrentar uma luta para quebrar toda essa estrutura. Nós temos que continuar lutando pelas coisas imediatas, mas não per-

der de vista que quando tivermos todos reunidos, temos que lutar para romper com tudo isso.”

## OS RISCOS DO LEGALISMO

Os avanços alcançados tanto em Pernambuco como em São Paulo e no Rio de Janeiro trazem à discussão um outro ponto fundamental: qual o alcance e quais os limites das mobilizações que giram fundamentalmente em torno das Convenções Coletivas de Trabalho e do respeito à legislação grevista vigente? A experiência de Pernambuco mostra que, por um lado, é evidentemente importante aproveitar as brechas existentes nas repressivas leis do trabalho existentes até aqui. Por outro lado, entretanto, existe o risco de que as negociações se tornem um ritual burocrático que absorve o essencial às energias do dirigente sindical e acaba por desligá-lo do trabalho de mobilização de base. E em muitas circunstâncias este risco foi evitado. O resultado é que as conquistas obtidas por escrito nos acordos com os patrões acabavam virando muitas vezes letra morta, por não se investir o suficiente na mobilização fora dos movimentos do dissídio. Com isso, evidentemente, a confiança dos trabalhadores na prática do dissídio e na eficiência da mobilização e da luta ficava seriamente comprometida. Não foram poucas as ocasiões em que assessores e advogados ocupavam a cena principal com os trabalhadores paralisados formando uma espécie de fundo secundário.

A preocupação com esse problema ficou nítida durante o encontro tanto, por exemplo, na experiência de formação de grupos de estudo entre os trabalhadores por parte da CPT de Minas Gerais, quanto na prática da comissão de negociações formada diretamente por trabalhadores (e não só por dirigentes e assessores) em São Paulo.

## ESTRATÉGIAS DE DESMOBILIZAÇÃO

A ampliação da participação ativa dos trabalhadores é tanto mais importante porque, do lado patronal, são inúmeros os instrumentos de enfraquecimento da organização popular. Por um lado, as milícias privadas do latifúndio em estreita colaboração com as forças repressivas do Estado (mesmo sob governos “democráticos”, como em São Paulo) tentam intimidar os trabalhadores e impedir o acesso dos agentes sindicais aos locais de trabalho. Mas embora a repressão aberta e violenta apareça sempre que os trabalhadores começam a se organizar no campo, este não é o único método que os patrões adotam para provocar um recuo na mobilização de massas. Em primeiro lugar, é sistemática a existência de listas negras de trabalhadores que, após os movimentos grevistas, ou não conseguem trabalho ou são alocados nas tarefas mais pesadas e menos remuneradas. Além disso, em São Paulo tor-

nou-se hábito a arregimentação de trabalhadores de outras regiões para quebrar o respeito às cláusulas aprovadas durante a greve. Ainda em São Paulo (mas isto é também bastante comum no Paraná), a presença de máquinas colheitadeiras no local de trabalho funciona por si só como elemento de inibição às lutas diante da perspectiva de desemprego. E em colaboração com o Estado — e com o evidente propósito de enfraquecer o movimento sindical — o patronato tem estimulado a formação das cooperativas de trabalhadores volantes e, em algumas circunstâncias, até a formação de sindicatos, mas com diretorias previamente cooptadas — para não dizer compradas — pelo latifúndio.

O seminário deixou-nos, em suma, a sensação de que a organização e a mobilização dos assalaria-

dos rurais continua um dos aspectos críticos no trabalho de educação popular no campo. As miseráveis condições de vida dos volantes, a instabilidade de seu trabalho, a apatia de uma parte muito grande dos dirigentes sindicais e a pressão patronal formam um quadro de enormes dificuldades. Ao mesmo tempo, porém, deste mesmo quadro de dificuldades surgem experiências em que a consciência dos trabalhadores cresce rapidamente. Ao que tudo indica, esse crescimento ocorre quando as organizações populares — e primeiramente o movimento sindical — passam a acreditar na possibilidade de os assalariados assumirem eles próprios a luta por melhores condições de vida e de trabalho. E isto, ainda que lentamente, vem acontecendo cada vez mais em várias regiões do País.

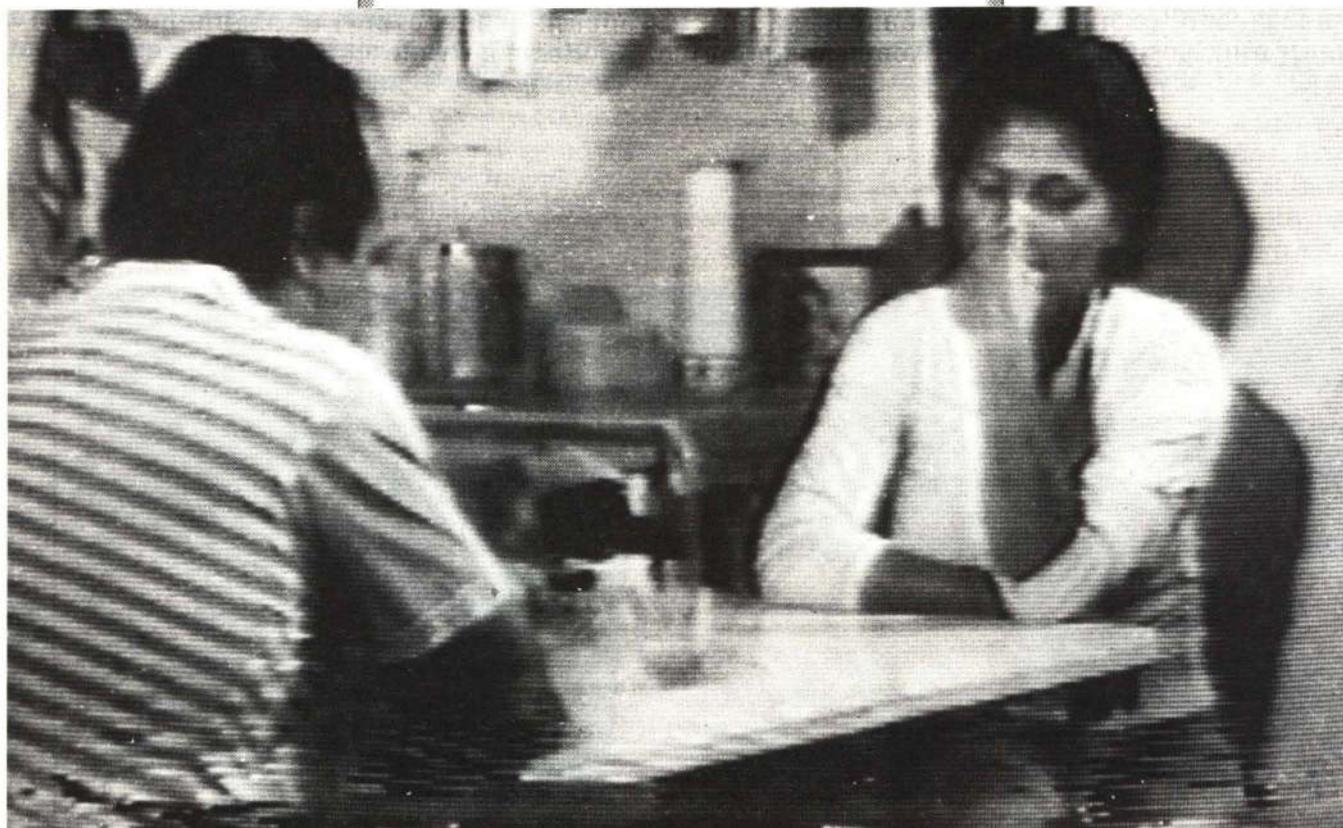
Ricardo Abramovay

Maria Emília Lisboa Pacheco



## BATALHA EM GUARARAPES

Última produção do Programa  
de Recursos Pedagógicos do  
Regional Sudeste-Sul da FASE



O vídeo "Batalha em Guararapes" conta a história dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim Guararapes (situado em Campo Grande, a 60 km do Rio), que, organizados em sua associação de bairro, lutam contra o Sistema Financeiro Habitacional. É uma dramatização da realidade onde os habitantes, não atores, representam seu próprio papel. Como parte integrante dessa história é mostrado também o papel e a importância da FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro) e das associações vizinhas. Tentamos incorporar o cotidiano daquele grupo de pessoas e nossa proposta foi a de fazer um vídeo que, contando uma luta, começasse num passeio e terminasse numa seresta.

Temos cópias em VHS e U-MATIC à venda na FASE-Nacional (Rua das Palmeiras, 90-tel. 286-6797) e para associações de moradores, grupos de bairro e outras entidades do movimento popular, temos cópias em VHS para empréstimo (telefonar para FASE/rio — tel.: 220-7198).

# AS GREVES DOS TRABALHADORES RURAIS DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA



1984 representou um novo marco no processo de mobilização e organização dos assalariados rurais.

O movimento iniciado há anos no Nordeste expandiu-se para a região Sudeste/Sul, onde se concentra um expressivo contingente de assalariados rurais.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, a alteração no sistema do corte da cana, (\*) imposta pelos pa-

(\*) Até o ano de 1982, aproximadamente, o corte de cana era feito em 5 ruas, ou seja, cada trabalhador recebia 5 fileiras de cana para cortar e amontoá-la a intervalos previamente estabelecidos. Estudos realizados por técnicos contratados pelos usineiros revelaram a possibilidade de maior lucro atribuindo 7 ruas para cada trabalhador. Essa modificação significaria a redução dos montes de cada um e, conseqüentemente, redução nos gastos de combustível das carregadeiras de cana, assim como na remuneração do trabalhador, que recebe por produção, na realização dessa tarefa.

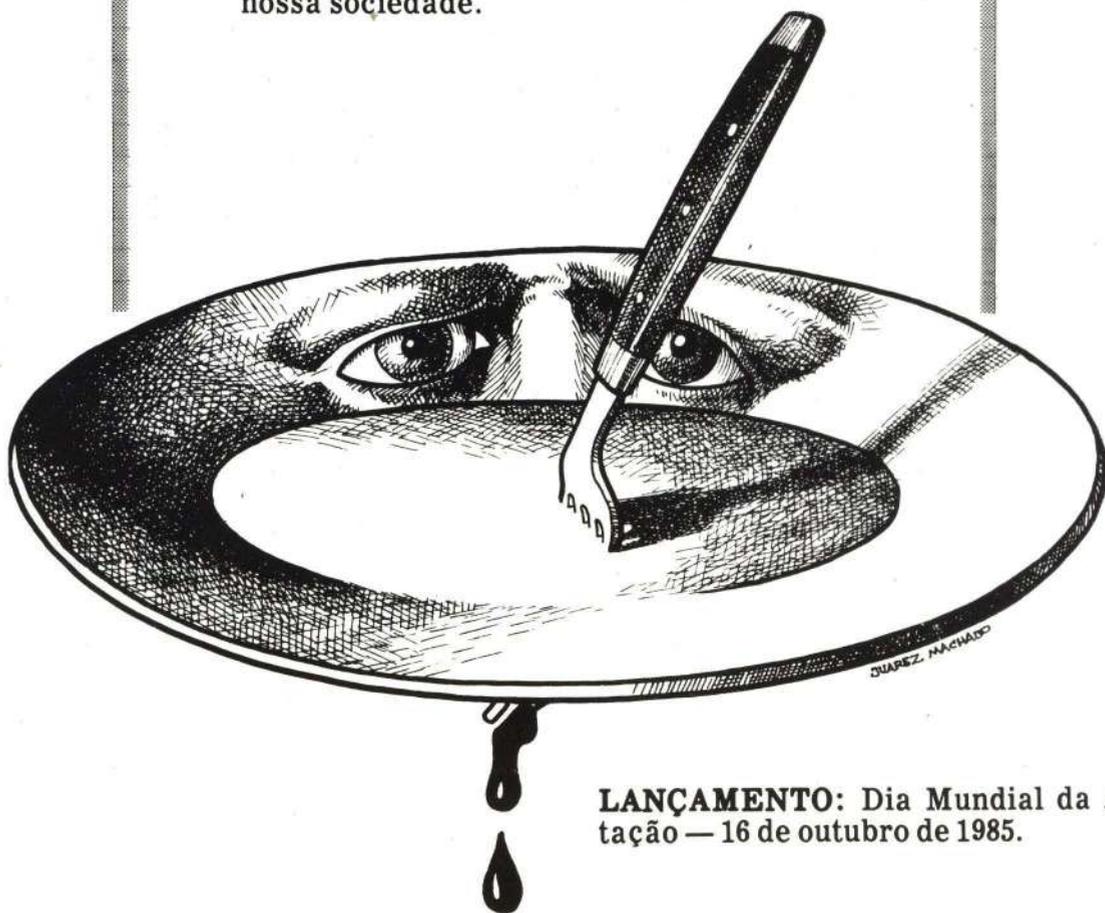
trões, atuou efetivamente como um elemento acelerador do processo de mobilização dos trabalhadores. Para quem trabalha no limite de suas forças, era impossível aceitar uma alteração que significava além da redução de seus ganhos, maior desgaste físico. Este é um dos aspectos contemplados nas exposições sobre as greves dos assalariados apresentadas na primeira parte do seminário. Além deste, estão incorporados nas intervenções elementos de

avaliação (muitas vezes polêmicos) da ação sindical, as conquistas alcançadas e as manobras e violências dos patrões, visando esvaziar o movimento.

De modo geral, as exposições sobre o movimento grevista nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Paraíba, que são aqui registradas, têm como fio condutor a discussão sobre aspectos organizativos dos movimentos.

## Fase Lança Raízes da Fome

Um livro que trata do fantasma secular da subalimentação. Dezesseis textos de autores renomados e escolhidos tocam o "tema proibido" para desmascará-lo, denunciá-lo, buscar-lhe as causas e propor soluções. O assunto é abordado do ponto de vista da medicina social, da sociologia, da economia, da nutrição, da preocupação ecológica, da pesquisa social e também a partir de experiências do movimento popular. Por sua abrangência, o livro interessa a várias áreas do conhecimento. Por sua linguagem simples, direta e até coloquial, pode facilmente ser lido por um vasto público preocupado com mudanças fundamentais em nossa sociedade.



**LANÇAMENTO:** Dia Mundial da Alimentação — 16 de outubro de 1985.

## O Movimento dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo



HÉLIO NEVES, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araraquara, mostra como o movimento dos assalariados rurais, especialmente da Região de Ribeirão Preto, vem contribuindo para forjar a consciência dos bóias-frias e como o encaminhamento das lutas tem significado, na prática, a superação

da legislação antigreve, que não atende aos interesses dos trabalhadores.

Vou me restringir aos movimentos que ocorreram em 1984 e que ainda não tiveram paradeiro. Desde 1976, o movimento sindical dos trabalhadores de São Paulo vem encaminhando suas campanhas através dos tribunais, deixando em segundo plano a mobilização em prol da obtenção de me-



Ihorias. A avaliação dessa forma de encaminhamento mostrou que de nada adiantavam algumas conquistas obtidas a partir do dissídio coletivo, porque os sindicatos não se voltavam para uma mobilização que pudesse fazer cumprir o acordo. Em 1983, quando foi realizada a primeira assembléia, coordenada pela FETAESP, para iniciar a campanha salarial, um grupo de sindicatos da Região de Ribeirão Preto, que já havia iniciado um trabalho de mobilização, apresentou uma proposta de encaminhamento do movimento sindical que ultrapassa o legalismo. Através dessa forma de encaminhamento, esses dirigentes pretendiam obter um resultado concreto na luta dos trabalhadores tanto no que se refere à conquista de novos direitos, como também de melhoria de condições de vida, de trabalho e de organização política. Essa proposta foi novamente colocada em pauta no Encontro dos Sindicatos, quando se discutia a programação das formas de luta dos assalariados.

*A superexploração dos trabalhadores com a alteração do sistema de corte de cana, imposta pelos patrões, foi um elemento que acelerou a mobilização.*

A partir dessas discussões, o grupo dos sindicatos de Ribeirão Preto, que compreende Arara-

quara, Jaboticabal, Bebedouro e Barretos, se reuniu para estabelecer um programa de ação junto aos trabalhadores, visando à mobilização para a greve. Essa proposta vinha ao encontro de um conjunto de ações dos trabalhadores, ocorridas em 1982, em virtude de os usineiros terem alterado o sistema de corte de cana de 5 para 7 ruas. Nessa ocasião, algumas greves isoladas haviam acontecido, mas foram imediatamente sufocadas. O trabalho que os sindicatos se propunham realizar estava baseado nessas mobilizações, agora de modo mais amplo e programado. Foi feito então um levantamento das reivindicações dos trabalhadores através de reuniões que contavam com um número bem maior de participantes. Esse levantamento resultou num documento que estabelecia as condições desejadas pelos trabalhadores para serem respeitadas na safra que se iniciava. Esse rol de reivindicações foi encaminhado aos Sindicatos dos Usineiros por todos os Sindicatos de Trabalhadores Rurais envolvidos nessa programação.

Durante a mobilização que preparava a negociação com os usineiros, ocorre o movimento de Guariba. Embora toda a liderança sindical previsse a greve, Guariba acontece antecipadamente, precipitando o movimento. A partir da greve de Guariba se deflagra um movimento grevista no Estado de São Paulo. Nas regiões onde os sindicatos já haviam encaminhado o processo de mobilização e passaram a apoiar o movimento dos trabalhadores, as conquistas então obtidas resultaram em maior organização. Naquelas em que os sindicatos haviam permanecido atrelados ao encaminhamento legalista, o resultado das conquistas obtidas com a greve não se consolidou do modo mais desejado.

Mas o fato novo nesse movimento ocorrido no Estado de São Paulo é a superação de uma legislação que não atende aos interesses dos trabalhadores pela adoção de formas de encaminhamento das lutas para além do legalismo. Essa legislação repressiva, antigreve, foi jogada na lata de lixo. Esse fato novo deve ser analisado levando em conta as tentativas de o movimento sindical obter maior autonomia e liberdade de ação.

## ● A Consciência dos Bóias-frias

Um outro ponto que gostaria de salientar diz respeito às dificuldades que os sindicatos de São Paulo enfrentam para ampliar a consciência do trabalhador rural, do chamado bóia-fria. Esse tipo de trabalhador (eu sou um deles) tentou sempre a melhoria das condições de vida pela mudança de profissão. A gente sempre considerava que iria trabalhar uma ou duas safras até obter emprego numa metalúrgica, numa indústria, no comércio na cidade. Essa visão do trabalhador dificultava muito que ele se assumisse como pertencendo a uma classe.

Contudo, os trabalhadores começaram a perceber que as oportunidades de trabalho na cidade não mais existem; que as condições de vida na cidade não são melhores do que aquelas que enfrentam na área rural. O fato de um trabalhador ir para a cidade mas só encontrar serviço na roça ajudou muito a perceber essa ilusão — que a força da propaganda contribui para formar — no momento em que os usineiros expulsavam os trabalhadores das propriedades e plantavam cana por toda a parte. *Considero, então, importante ressaltar que essa mobilização dos trabalhadores revelou esse fato novo: a consciência de que ele pertence a uma classe, que não tem como sair dessa situação e que, portanto, deve lutar para melhorá-la.*

## ● As manobras dos patrões

Mas esse movimento iniciado pelos sindicatos esbarra em grandes dificuldades, pois os patrões buscam desmobilizar os trabalhadores. **Dentre as manobras utilizadas para isso está a substituição dos trabalhadores já vinculados às atividades da cultura da cana por outros que apresentem as mesmas características inicialmente vividas por nós, qual seja considerar esse trabalho de bóia-fria como**



transitório. Arregimentando trabalhadores de outras regiões, utilizam um número muito grande de desempregados, que aceitam condições de trabalho bastante desvantajosas.

**Ao lado dessa estratégia, os usineiros estão ampliando a mecanização**, aumentando o número de desempregados e, assim, dificultando a mobilização dos trabalhadores. Essa mecanização numa região como a de Ribeirão Preto — que tem, aproximadamente, 30 usinas e mantém uma tradição de monocultura da cana-de-açúcar, agravada com os estímulos oferecidos pelo PROALCOOL, e que tem, aproximadamente, 120 a 150 mil bóias-frias — acentua o problema do desemprego e intensifica a concorrência entre os trabalhadores.

Essas circunstâncias aumentam as dificuldades dos sindicatos na manutenção de um número expressivo de trabalhadores mobilizados para fazer cumprir os acordos e consolidar as conquistas obtidas.

Retomando a exposição sobre o movimento dos trabalhadores rurais de São Paulo, JOSÉ DOMINGOS BRAGHETTO, agente educacional da Comissão Pastoral da Terra, de Jabuticabal/SP, fez uma avaliação do movimento, destacando as conquistas e os pontos negativos, mostrando ainda outros aspectos da estratégia patronal para esvaziar o movimento.

O movimento de Guariba não foi espontâneo, como querem alguns. Através da CPT foi iniciado um trabalho de aproximação com os trabalhadores, comemorando eventos como o dia do trabalhador, de modo a organizá-los em grupos de base para discussão dos seus direitos. Associada ao Sindicato de Guariba e de Jabuticabal, a CPT promovia encontros que possibilitassem a expressão de uma consciência crítica. O nível de organização dos trabalhadores não era muito alto, mas já havia um embrião de associação.

Um trabalho de avaliação da CPT quanto ao movimento dos trabalhadores rurais da Região de Ribeirão Preto considerou que após 20 anos de exploração, com os canais institucionais interrompidos, a violência explodiu à revelia do Sindicato, da Igreja, da CPT. Os trabalhadores pressionaram os sindicatos a se mobilizarem rapidamente, a funcionarem ou a se articularem de modo mais efetivo. O movimento de Guariba despertou o de outras regiões. A televisão cumpriu um importante papel, divulgando a luta por outras cidades.

*Dentre os avanços desse movimento podem ser destacadas a eliminação do "gato", a inclusão da multa nos casos de desrespeito as cláusulas do acordo, a negociação coletiva através de comissões de trabalhadores e não somente através de dirigentes sindicais.*

Dentre os aspectos negativos do movimento pode-se apontar a preocupação do Governo estadual, através do Secretário de Trabalho, que começou a expandir o acordo por todo o Estado, como resposta às pressões dos usineiros no sentido de esvaziar o movimento e pelo medo de que a mobilização dos trabalhadores se tornasse incontável. Alguns acordos ficaram muito aquém do de Guariba, como o de Assis, onde a direção sindical ignorava as reivindicações dos trabalhadores, mas assinou um acordo com os usineiros.

Os usineiros passaram a oferecer recursos assistencialistas a alguns sindicatos, ajuda financeira para pagar o aluguel da sede, salário de funcionários e médicos. Mesmo em Guariba, onde não havia sindicato mas uma delegacia sindical, os patrões começaram a estimular a constituição do sindicato. A direção sindical passou a explicar para os trabalhadores que as dificuldades, os impasses do movimento se deviam à falta de sindicato em alguns municípios, e que era necessário partir para sua fundação.

**Ao lado dessa estratégia assistencialista por parte dos usineiros para esvaziarem o movimento, outras bastante repressoras estão sendo colocadas em prática: criaram listas negras, e os trabalhadores nelas incluídos recebem pouca cana para cortar, e portanto têm um salário muito baixo.**

A questão que se coloca na avaliação desse movimento diz respeito às possibilidades de, no nível em que se encontra, poder sustentar as conquistas obtidas no acordo. O Estado de São Paulo tem 500 municípios, mas apenas 150 sindicatos de trabalhadores rurais. A maior parte desses sindicatos tem uma diretoria inoperante. Uma pequena parte dos dirigentes sindicais tenta direcionar as lutas.

A CPT tem procurado acompanhar o movimento, estimulando a criação de sindicatos "autênticos", divulgando os acordos para um número máximo de trabalhadores e discutindo com estes o encaminhamento das formas de luta, de modo que eles tenham mais clareza do que de fato ocorreu.

## ● Debates

As perguntas apresentadas após as exposições giraram em torno do papel desempenhado sobretudo pela FETAESP e a CONTAG no movimento grevista, dos desdobramentos e perspectivas surgido após essa experiência de participação mais direta dos trabalhadores e dos efeitos provocados pelas atitudes dos usineiros.

**FERNANDO** — *Qual foi o papel da FETAESP no movimento grevista de São Paulo?*

**HÉLIO** — A FETAESP sempre foi composta por pequenos produtores e jamais teve qualquer atuação dirigida aos assalariados rurais, daí terem

surgido conflitos de orientação durante o movimento. A FETAESP esteve presente em todas as negociações, nas assembléias, mas ela não tem uma estrutura capaz de atender a uma gama tão variada de problemas. Mas há dois meses a direção da FETAESP foi alterada e renovada. A diretoria ganhou 5 membros novos, a maioria de assalariados. Com essa nova diretoria, poderão ser criadas melhores condições de atendimento ao movimento dos assalariados. Após essa renovação da diretoria, foi realizado em Sertãozinho (na Região de Ribeirão Preto) um Encontro Regional de Sindicatos para se estabelecer uma programação para 1985.

**JORGE CANTOS** — *Qual foi a participação das direções sindicais na mobilização para o cumprimento dos acordos e quais os ganhos do movimento do ponto de vista da organização dos trabalhadores?*

**HÉLIO** — Vários acordos foram assinados a partir de assembléias, sem que os trabalhadores entrassem em greve, como foi o caso de Araraquara e de Matão, porque as reivindicações foram aceitas de imediato. Após as greves de reivindicação, muitas outras ocorreram sem grande cobertura pela imprensa, com outro caráter, para o cumprimento do acordo. Essas greves de cumprimento foram programadas pelos sindicatos, como no caso de



Santa Lúcia, Esperança do Sul, Pombal, etc. Os sindicatos, portanto, têm conseguido avançar no que se refere ao nível de organização dos trabalhadores.

A proposta de trabalho elaborada pelos sindicatos que estiveram no Encontro que mencionei anteriormente foi de atuar na formação de novas lideranças com base na mobilização para se tentar uma renovação no movimento sindical. No entanto, devo esclarecer que existem direções sindicais irrecuperáveis, que se deixam levar por propostas patronais.

**BRAGHETTO** — Um dado novo que se pode apontar após o movimento dos trabalhadores foi a constituição de um corpo de delegados sindicais, anteriormente ausentes na estrutura sindical. Esses delegados estão sendo credenciados para fiscalizar os acordos, tendo asseguradas todas as prerrogativas inerentes ao cargo.

**RICARDO** — *Quais os efeitos da mecanização na composição do contingente de mão-de-obra em São Paulo e na mobilização dos trabalhadores?*

**HÉLIO** — A presença de máquinas de cortar cana no pátio da usina é altamente desmobilizante. As máquinas amedrontam os trabalhadores. E os patrões estão se valendo desse recurso para desmobilizá-los. Recentemente, a usina de Maringá dispensou 300 trabalhadores, que foram substituídos por uma máquina de cortar cana, como represália ao movimento. O mesmo ocorreu na usina de Catanduva. Mas isso não deve ser motivo para impedir a ação sindical. Muito pelo contrário, na medida em que o grau de exploração aumenta, mais o sindicato tem que se integrar e realizar trabalhos importantes para tentar deter o desemprego.

**ORLANDO** — *A estabilidade sindical dos delegados foi obtida através de acordo?*

**HÉLIO** — Os delegados sindicais surgiram do próprio movimento, sem que se tenha adotado critérios para essa integração. Ninguém procurou saber se o delegado contava com mais de 10 anos na empresa. O importante era reconhecer sua capacidade. Em alguns acordos foi conseguida estabilidade para a comissão de greve, de onde surgiram os delegados sindicais. Em outros, não. Mas a represália dos patrões tem sido muito grande.

**LEILAH** — *E como se deu a repressão ao movimento grevista em São Paulo?*

**HELIO** — Ela foi muito violenta, desproporcional. A Polícia Militar não foi violenta apenas em Guariba, mas em toda a região, batendo, dando tiros. Até hoje existem vários casos de trabalhadores com problemas, internados para tratamento cirúrgico, em consequência de disparos que os atingiram. Os dirigentes sindicais tentaram mediar para diminuir a violência, mas não conseguiram.

O problema é que, além da violência da Polícia Militar, o pessoal das usinas começou também a se armar para enfrentar os trabalhadores. A revista



Senhor dessa semana divulga o caso da Usina Pontal, onde os trabalhadores estavam fazendo piquete e, num veículo da usina, empregados davam tiros para cima. Os trabalhadores tiveram que fugir para dentro dos canaviais.

No entanto, a disposição para a greve por parte dos trabalhadores continua. Em toda conversa, em toda assembléia, voltam à baila a experiência da greve, a repressão e as tentativas de organização de uma próxima, porque a inflação já destruiu o aumento recebido. Os trabalhadores querem continuar o movimento.

**FERNANDO** — *Creio que a posição que a CONTAG vem assumindo é imobilista, porque está fundada no legalismo. Isto é, os contratos coletivos de trabalho são assinados sem a devida organização dos trabalhadores, sem que eles tenham consciência de suas conquistas.*

**HÉLIO** — Isso é certo. Existem sérios limites no encaminhamento legalista das reivindicações, mas os trabalhadores estão reagindo. Em relação a esse problema, existem duas saídas: ou o movimento se expressa pelo desespero ou pela organização dos trabalhadores. A última alternativa obviamente é capaz de melhor assegurar as conquistas e, portanto, creio que os Sindicatos, as Federações e a CONTAG deveriam partir para um trabalho de organização dos trabalhadores.

## O Movimento dos Trabalhadores Rurais no Estado do Rio de Janeiro



Partindo de uma explicação sobre a formação do proletariado agrícola no Estado, ELIANE CANTARINO O' DWYER, assessora do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itaboraí, analisa a greve ocorrida em Campos, desde sua preparação, destacando algumas conquistas dos trabalhadores, entre as quais o

rompimento na prática com o enquadramento sindical.

- **A formação do proletariado agrícola**

Com o objetivo de descrever a situação, que levou à eclosão da greve, gostaria de destacar que

no Estado do Rio, desde o final da década de 50, ocorre um processo de expropriação de forma bastante intensa. Havia um sistema de colonato nas grandes propriedades, onde os trabalhadores com suas famílias trabalhavam um, dois, três dias na plantação dos patrões e nos demais voltavam para suas lavouras. A partir da década de 50, ocorre um processo de transformação dessas condições que tem conseqüências diversas conforme a região. Comparando as condições de realização desse processo na Região de Campos com as da Baixada Fluminense — Itaboraí, Cachoeira de Macacu e Magé — pode-se ver que nem sempre a expulsão dos pequenos produtores resultou em proletarização.

Em alguns casos, isso não aconteceu com o objetivo da implantação de novas relações de trabalho, mas para a valorização da terra, visando futuros loteamentos. Essa terra, eventualmente, foi utilizada para a criação de gado, em pequena escala, enquanto se aguardava sua valorização e a especulação imobiliária. Por isso mesmo, o movimento dos trabalhadores rurais no Estado do Rio de Janeiro, desde um período anterior ao golpe de 1964, foi feito em grande parte em termos de ocupação de terras que eles alegavam ser improdutivas por que abandonadas.

**No Norte Fluminense, em especial na Região de Campos, o movimento de expulsão dos colonos redundou em proletarização da mão-de-obra. A expansão da agroindústria açucareira levou à formação de um grande contingente de assalariados agrícolas que hoje vive em bairros na periferia da cidade. No Município de Campos, calcula-se que o número de assalariados esteja em torno de 50 mil.**

Na década de 60, antes do golpe de 1964, ocorreu, no Município de Campos, uma luta pela ocupação de terras na Região do Imbé, também disputada pelas usinas especialmente para atendimento da demanda de lenha. Os usineiros tomaram as terras dos pequenos proprietários e posseiros que ali tinham suas posses. Esse movimento teve a participação de assalariados agrícolas que, naquele período, estavam desempregados em virtude da crise na produção canavieira do Município. Mas esse movimento foi coordenado pela FALERJ, que era a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro. A FALERJ só foi reconhecida em 1963 enquanto entidade sindical, mas estava ligada a entidades de trabalhadores agrícolas então existentes, fundadas sob inspiração do Partido Comunista.

Tanto a FALERJ como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fundado em 1936, atuavam na Região de Campos. A FALERJ estava mais voltada para as ações acima referidas de acesso à terra. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais realizava um trabalho junto aos assalariados das usinas, visando o cumprimento da legislação, mesmo depois de 64,

a despeito de os outros sindicatos, até os reconhecidos antes dessa data nessa nova conjuntura, terem mudado de orientação em relação às lutas coletivas, de mobilização, voltando-se para o cumprimento da legislação agrária e trabalhista.

## ● A ação do sindicato

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, como o de Itaboraí, vêm promovendo, antes mesmo de 1970, o dissídio coletivo.

Em termos do movimento sindical do Estado Rio, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos tem peso importante. A direção da FETAG sempre contou com dirigentes sindicais provindos desse Sindicato, ocupando cargos importantes.

Seus dirigentes são, geralmente, cortadores de cana, assalariados e não pequenos proprietários. Sua atuação sempre se pautou pelo encaminhamento das questões individuais ou coletivas através da via jurídica e pelas denúncias através da imprensa. Ele conta com uma cobertura significativa da imprensa, que concede espaço para entrevistas e declarações dos dirigentes sindicais. Desse modo, há uma formação da opinião pública em torno de determinadas questões levantadas pelos trabalhadores, como foi o caso do uso dos agrotóxicos. O uso



indiscriminado de agrotóxicos, a utilização de empreiteiras pelas usinas e o desrespeito à legislação trabalhista são questões bastante divulgadas pela imprensa.

Como a prática do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos está marcada pelas lutas em torno do cumprimento da legislação trabalhista, os trabalhadores, geralmente, a ele se associam, na medida em que encaminham questões à Justiça, recurso geralmente acionado quando são dispensados do trabalho. Os trabalhadores rurais da Região de Campos não têm tradição de luta através da greve. A greve foi, portanto, um fato novo para esses trabalhadores, diferentemente das outras regiões de cultura da cana, como São Paulo e Pernambuco.

## ● A preparação da greve

Desde abril e maio de 1984, as diretorias de vários sindicatos de trabalhadores rurais do Estado do Rio de Janeiro e a FETAG vinham organizando encontros de trabalhadores inseridos na produção de cana e de laranja, com o objetivo de retomar a mobilização. Na sua preparação participavam ativamente a direção sindical, alguns trabalhadores mais integrados aos sindicatos, a CONTAG, além da FETAG.

No momento em que os sindicatos do Estado do Rio estavam se organizando para esses encontros, ocorre o movimento de São Paulo. *A greve de Guariba teve peso importante na deflagração da greve de Campos. Todos os trabalhadores haviam assistido pela televisão às notícias sobre a greve em São Paulo.* Durante todo o trabalho de mobilização para o Encontro e para a greve, eles comentavam que sabiam que esse movimento, como se fosse uma onda, acabaria chegando em Campos.

Para a realização do Encontro dos Canavieiros, a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos promoveu um grande número de visitas aos locais de moradia desses trabalhadores e de reuniões, quando compareciam de 200 a 300 trabalhadores, número esse que expressa sua capacidade de mobilização.

O Encontro dos Canavieiros se realizou no dia 22 de julho e estavam presentes vários secretários de Estado, vereadores e o bispo de Campos. Nesse momento, não estava claro qual seria o encaminhamento dessa assembléia. Mas a participação dos trabalhadores estava muito ativa e, quando se levantavam as reivindicações para serem encaminhadas à classe patronal, foi aventada a possibilidade de uma greve. A questão foi tomando corpo durante a assembléia, resultando numa das conclusões ou propostas elaboradas nesse Encontro. Decidiu-se, então, que as reivindicações seriam encaminhadas à classe patronal, que teria o prazo de uma semana

para se pronunciar. Caso nessa primeira negociação as reivindicações não fossem atendidas, na próxima assembléia, marcada para o domingo seguinte, seria deflagrado o movimento grevista.

Durante essa semana (até a realização da próxima assembléia) foi intensificado o trabalho de mobilização. Dele participaram a assessoria da CONTAG e da FETAG, dirigentes de outros sindicatos do Estado do Rio de Janeiro e a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos. Cinco equipes foram formadas conforme o número de carros disponíveis. Essas equipes compareciam



pela manhã nos pontos de embarque dos trabalhadores, percorriam os canaviais durante o dia e visitavam os locais de moradia à noite. Os carros dispunham de alto-falantes, que durante todo o tempo eram utilizados para convocar os trabalhadores para a próxima assembléia. Através de contatos diretos, de conversas com os trabalhadores, essas equipes tentavam mobilizá-los e distribuíam panfletos.

*Nos contatos feitos nos locais de trabalho, era fácil perceber a disposição dos trabalhadores para a greve. Nessas ocasiões, eles se queixavam do siste-*

*ma de corte de 7 linhas de cana, da baixa remuneração, das dificuldades que estavam enfrentando para sustentar a família.*

Ao lado desse trabalho de mobilização, a direção sindical discutia a forma de encaminhamento da greve, o momento de sua deflagração, tendo em vista o problema do enquadramento sindical, os riscos de intervenção, pelo fato de não se estar levando em conta a Lei de Greve.

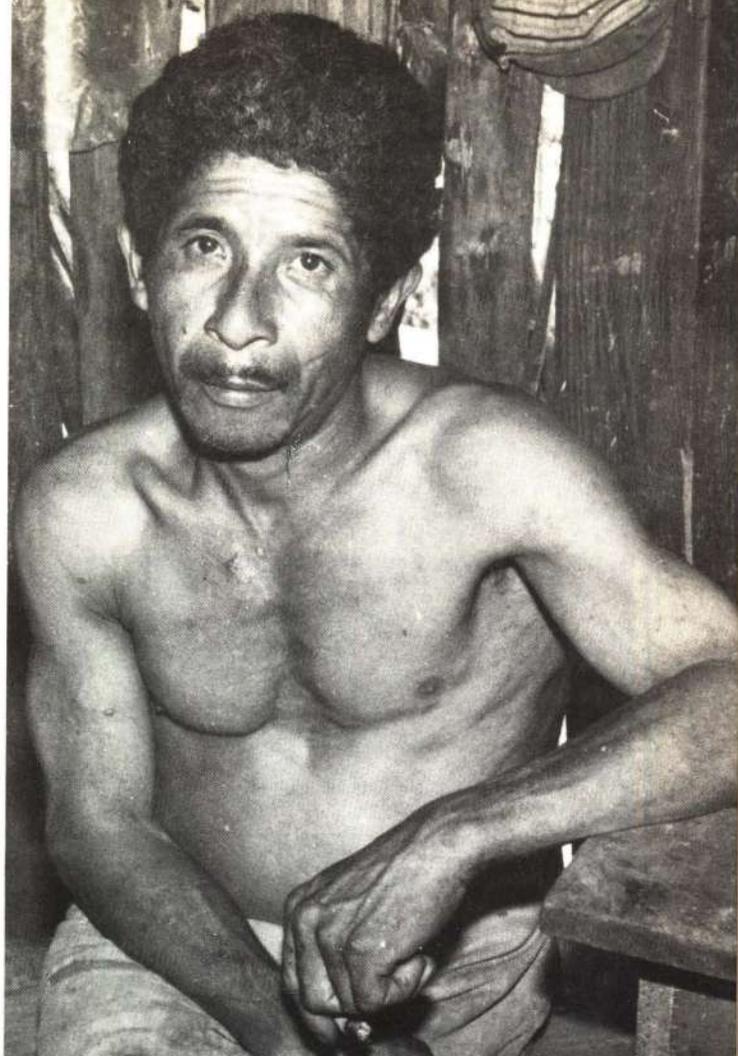
Na véspera da assembléia, quando ainda se discutia o possível desdobramento e as formas de encaminhamento, compareceram ao sindicato uns 30 trabalhadores que tinham saído da roça diretamente para o Sindicato, atitude essa que já era efeito do trabalho de mobilização realizado. Os trabalhadores chegaram na sala com as mãos erguidas, cada um portando uma nota de mil cruzeiros. Apresentadas as reclamações, a direção sindical colocou para os trabalhadores questões a respeito da viabilidade da deflagração da greve. Eles responderam favoravelmente, afirmando sua disposição de iniciá-la.

A greve foi deflagrada. Novamente as equipes que atuavam na organização do movimento passaram a freqüentar os pontos de embarque dos trabalhadores e os canaviais, especialmente, onde os empreiteiros eram muito violentos e os trabalhadores preferiam parar só com a presença de representantes do Sindicato no canavial. No segundo dia de greve houve acordo e a festa da vitória da greve ocorreu nos locais onde ainda havia piquete.

## ● O rompimento na prática do enquadramento sindical

Uma outra questão importante para se entender a situação em que a greve eclodiu é a subdivisão desses trabalhadores em relação ao enquadramento sindical. Segundo o Ministério do Trabalho, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos deve limitar sua atuação junto aos trabalhadores vinculados aos proprietários de terra, fornecedores de cana. Os trabalhadores rurais vinculados às usinas devem se filiar ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar de Campos. Essa subdivisão colocava em questão a representatividade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores rurais como um todo. O outro sindicato, que foi bastante combativo até 1964, inclusive promovendo algumas paralisações, encontra-se há alguns anos sob intervenção e é objeto de muitas acusações em relação às atitudes dos interventores.

**A deflagração da greve pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a aceitação desse fato pelo Sindicato dos usineiros rompeu na prática o enquadramento sindical.** Trabalhadores que estavam filiados



ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar de Campos passaram a se associar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

## ● As lideranças e a mobilização para o cumprimento

Houve um crescimento muito grande na forma de atuação da direção sindical. Durante as assembléias todos os dirigentes se mostravam grandes oradores. A constatação desse processo de crescimento — é importante se entender — é em cima de uma luta concreta em que os líderes vão se constituindo e melhorando sua atuação. A greve abriu novas possibilidades para as formas de atuação dos trabalhadores e dos dirigentes sindicais e criou uma relação de compromisso entre eles.

Esse movimento fortaleceu ainda certos dirigentes que eram suplentes da diretoria e passaram a atuar no trabalho político e propiciou a formação de um quadro de delegados sindicais.

Em relação à manutenção das conquistas, ficou decidido que, após a saída do pessoal da CONTAG e da FETAG, os dirigentes sindicais visitariam os trabalhadores para avaliar o cumprimento do acordo. Onde isso não estivesse ocorrendo, o

Sindicato tentaria primeiramente dialogar com a administração das fazendas e das usinas. Nos casos em que essas conversações não chegassem a bom termo, os trabalhadores fariam paralisações, como de fato ocorreu.

Não sei se deixei claro no meu relato, mas tentei mostrar que não havia um trabalho anterior no sentido da greve. Acho que a liderança sindical não foi atropelada porque todas as condições, os fatos de São Paulo, apontavam para a possibilidade de ocorrência de greve em Campos. Mas os dirigentes sindicais não estavam pensando em conformar o movimento em termos de greve. Foi através do trabalho de mobilização para o Encontro dos Cana-

vieiros que a greve surgiu como um possível instrumento da ação política dos trabalhadores, como uma das alternativas. Quero aproveitar para chamar a atenção para a tendência de se fazer uma divisão entre trabalho de conscientização e trabalho político propriamente dito. Na maior parte dos casos, eles não podem ser separados assim, isto é, primeiro se faz um trabalho de conscientização, depois o trabalho de ação política. Essa conscientização pode vir no próprio trabalho político. Foi o que ocorreu no caso do Encontro dos Canavieiros do Norte Fluminense. Não se previa uma greve. Porém, o próprio trabalho de mobilização para o Encontro terminou por levar a ela.



## O Movimento dos Trabalhadores Rurais do Estado de Pernambuco



JOSE ORLANDO FALCÃO, técnico da FASE, fez o relato sobre o movimento dos trabalhadores assalariados em Pernambuco, avaliando seus pontos negativos, entre os quais coloca-se a omissão das diretorias sindicais em vários municípios no processo de deflagração das greves e nas mobilizações para o cumpri-

mento dos acordos. Como saldos organizativos ressaltou a estruturação de delegacias sindicais e a conquista de sindicatos por parte de lideranças mais combativas.

Tenho uma experiência parcial do movimento dos trabalhadores rurais do Estado de Pernambuco, de modo que não sou a pessoa mais indicada para

falar dele. Tenho atuado mais diretamente com 5 sindicatos localizados na Mata Sul, perto do Agreste, próximo ao Estado de Alagoas.

A título de esclarecimento, lembraria de maneira sintética que o movimento dos trabalhadores da cana-de-açúcar remonta a um período anterior a 1964. Suas maiores conquistas datam do período do Governo de Arraes, quando trabalhadores e patrões estabeleceram algumas negociações. Nessa época algumas greves setoriais ocorreram, debaixo de muita repressão por parte dos patrões.

Após 1964 houve um período de desmobilização, com intervenções em sindicatos, embora ainda tivessem ocorrido algumas greves localizadas.

## ● Os patrões pegos de surpresa

O processo de mobilização foi retomado por ocasião da preparação do III Congresso dos Trabalhadores Rurais, em 1979, quando alguns sindicatos que contavam com novas lideranças passaram a discutir a retomada do trabalho de mobilização para encaminhamento das reivindicações. Nesse processo a atuação da FETAPE foi decisiva. Apesar de todos os sindicatos terem sido convocados para a retomada das lutas, apenas uma parte deles ade-

riu. Os demais, que contavam com a assessoria do deputado Nilson Gibson, se mantiveram à parte. (Esse deputado possui um escritório que oferece assessoria aos sindicatos da área rural e urbana.)

Dentre os sindicatos que aderiram à convocação da FETAPE se destacam o de Pau d'Alho e de São Lourenço. Aproximadamente, metade dos sindicatos se integrou ao levantamento proposto pela FETAPE, no sentido de compor e encaminhar as reivindicações. **Esse encaminhamento seria feito segundo a legislação, através de editais e da obediência à Lei de Greve.** Conforme acordo estabelecido, os dois sindicatos citados liderariam esse movimento porque já se encontravam mais organizados. Em 1979 esses dois sindicatos publicaram os editais determinando o prazo de negociação com os patrões e entraram em greve. Os patrões foram pegos de surpresa porque não contavam com toda essa mobilização. Muitas perseguições e prisões ocorreram, mas na medida em que os outros sindicatos foram aderindo à greve, os patrões tiveram que aceitar o acordo.

A divulgação desse movimento através da imprensa, especialmente do rádio, levou a que os trabalhadores de outras regiões começassem a pressionar os sindicatos. A partir de 1980, com a pressão dos trabalhadores, esses sindicatos passaram a entrar em greve.

## ● Diretorias sindicais omissas

De modo geral os presidentes dos sindicatos tinham muito receio de participar nessas lutas. Os assessores dos sindicatos tinham que fazer o trabalho da Diretoria, convocando os trabalhadores para a assembléia. Essa atitude provocou o aparecimento de acusações de que o movimento contava com pessoas de fora, comunistas etc. A gente passou a pressionar os dirigentes a acompanharem os assessores nesse trabalho de mobilização. Os dirigentes marcavam e se atrasavam. Não distribuíam corretamente os panfletos, dificultando a comunicação com os trabalhadores. Quando entravam no engenho para falar com os trabalhadores, eles anunciavam os assessores como membros da FETAPE e como interessados em conversar com eles. Considero importante ressaltar esses aspectos para caracterizar a diferenciação nas formas de atuação dos sindicatos e as heterogêneas condições de luta dos trabalhadores.

Nas assembléias, o comparecimento era muito grande. Havia muita disposição de luta por parte dos trabalhadores. Mas mesmo nessas assembléias, os dirigentes sindicais tentavam empurrar a responsabilidade para o pessoal da FETAPE.





### ● Avanço na organização: as delegacias sindicais

Embora existam todos esses aspectos negativos, muitos são os saldos positivos. Hoje pode-se contar com algumas diretorias combativas, com um trabalho de organização dos trabalhadores e com uma estrutura formada de delegados sindicais. Os dirigentes, no momento, não precisam mais ir aos engenhos para convocar os trabalhadores para a campanha salarial. Os delegados sindicais atuaram no sentido de mudar alguns dirigentes sindicais menos combativos, formando chapas de oposição e concorrendo em eleições. Atualmente, em toda Zona da Mata não existe dirigente pelego.

### ● As pressões pelo cumprimento do acordo

Uma outra dificuldade era que os sindicatos de modo geral restringiam seu trabalho de mobilização à época da campanha salarial. Mas os trabalhadores conseguiram pressionar e obter a realização de reuniões mensais.

Essa pressão dos trabalhadores em relação aos

sindicatos decorreu do trabalho de organização feito pelos assessores da FETAPE, que os orientavam a pressionar os dirigentes, a discutir lá dentro suas questões. Os trabalhadores passaram a cobrar dos sindicatos uma atitude de vigilância, exigindo que os dirigentes fossem até as usinas e não deixassem por conta deles as pressões para cumprimento das cláusulas do acordo. Como os trabalhadores que cobravam seus direitos perdiam o emprego, eles só assim procediam quando aqueles eram demitidos.

A proposta de trabalho da FETAPE e dos órgãos da Igreja que atuam no Estado de Pernambuco, especialmente na região a que já me referi, é a organização dos trabalhadores, maneira de assegurar as conquistas. Dentro dessa proposta, estão sendo criadas comissões de representantes nos engenhos, para que os trabalhadores possam direcionar o movimento. Os efeitos desse trabalho se manifestaram na última campanha salarial, que foi conduzida sob grande mobilização e mediante a constituição de novas lideranças.

Por trás dessa proposta de trabalho há uma tentativa de redirecionar o movimento, que vem sendo conduzido com base em paralisações e greves. Isto não quer dizer que a greve como instrumento de pressão esteja sendo descartada ou que ela só será acionada quando os trabalhadores estiverem organizados. Na verdade, são estratégias que se complementam. A organização dos trabalhadores visa à criação de condições para obrigar os usineiros e fornecedores a cumprirem os acordos e convenções.

### ● Debates

FERNANDO — *Gostaria que você fizesse um balanço sobre o número de sindicatos que atuam mais decisivamente no movimento. E também dissesse se, após todo esse tempo de trabalho dos assessores e de mobilização dos trabalhadores para a greve, só dois sindicatos, como foi colocado na exposição, continuam com uma atuação de vanguarda? A maneira como têm sido encaminhadas as greves, com a adoção de atitudes legalistas, leva a um refluxo do movimento sindical porque as conquistas dos trabalhadores sofrem muitas manobras. Para citar um exemplo concreto: alguns sindicatos da Região de Passos, Minas Gerais, entraram em nova convenção sem terem obtido o resultado da anterior. Esse fato propicia ao patrão o não-cumprimento das cláusulas porque o dissídio não foi homologado (embora seja uma interpretação errônea). Mesmo alguns dirigentes sindicais acreditam que as conquistas possam ser desrespeitadas nessas circunstâncias. Por isso, os trabalhadores não acreditam no processo de luta coletiva porque ele não traz resultados imediatos. Alegam que vão se arriscar numa greve, obrigar a família a se sacrificar durante certo*

tempo, colocar em risco o emprego, a estabilidade, para no final não obter nada de novo e concreto. A utilização de greves, especialmente dentro dos limites da Lei de Greve, leva a uma descrença nos movimentos coletivos e a um reflexo na mobilização dos trabalhadores. Creio que soluções alternativas devem ser criadas para superar essas limitações.

ORLANDO — De acordo com a forma de atuação, classifico os sindicatos como: de vanguarda, intermediários e de reboque. Os últimos alcançaram a metade do total. No cômputo geral, no entanto, há uma tendência a que os sindicatos melhorem sua atuação pela pressão dos trabalhadores que, assistindo ao movimento de mobilização de seus colegas em áreas vizinhas, exigem uma postura mais combativa de seus sindicatos.

JORGE EDUARDO — *Como reagem os trabalhadores frente à defasagem entre as conquistas obtidas nas convenções e através das greves e o não-cumprimento dos acordos?*

ORLANDO — Essa questão deve ser pensada conforme as regiões onde os trabalhadores estão mais ou menos organizados. No primeiro caso, a luta pelo cumprimento das cláusulas é em si mesma mobilizadora. No segundo, o desânimo e o desinteresse aumentam, propiciando manipulações por parte dos patrões. Alegam estes últimos que a mobiliza-

ção para a campanha salarial é um instrumento de apropriação de parte do salário do trabalhador, já que ele deve contribuir com o valor correspondente a uma diária como taxa do dissídio. Na medida em que os trabalhadores pagam e não vêm cumpridas as conquistas, passam a acreditar na explicação dos patrões e a se desinteressar.

MARIA EMÍLIA — *Existem casos de lutas por cumprimento, organizadas pelos trabalhadores, a despeito da inoperância do sindicato?*

ORLANDO — Na região onde atuamos, todas as lutas são lideradas pelo sindicato. As iniciativas dos trabalhadores, para além do sindicato, dizem respeito ao encaminhamento de questões trabalhistas à Justiça, através de advogados particulares.

## ● Limitações para o cumprimento de acordos

Para muitos sindicatos, o dissídio coletivo representa uma forma de arrecadar dinheiro para cobrir *déficits* e remunerar os serviços assistenciais que oferecem, e não um instrumento de constituição de um fundo de recursos para que propicie a mobilização dos trabalhadores em torno do cumprimento das convenções. Isso leva a que os dissídios sejam desrespeitados por falta de fiscalização do cumprimento e deixa recair sobre alguns trabalhadores de mais coragem as ações individuais. Além disso, com o encaminhamento jurídico, a questão se arrasta morosamente até o seu desfecho e as convenções não são cumpridas. Como isso acontece em todos os Estados, as entidades interessadas no processo de organização política dos trabalhadores têm que ter clara a necessidade de criação de recursos e instrumentos para fazer cumprir as convenções. Isso é fundamental para que os trabalhadores tenham confiança nas convenções, no sindicato e no movimento de greve.

LEÔNICIO — Creio que a avaliação do cumprimento das convenções tem sido muito radical por parte dos debatedores. Se se compara, por exemplo, regiões diversas, como Pernambuco e Paraíba, mesmo que as convenções não sejam cumpridas no seu todo, elas trazem benefícios. O nível salarial global geralmente aumenta a partir desse processo de mobilização. Enquanto em Pernambuco o piso salarial é de Cr\$ 120.000 e pode-se encontrar trabalhador ganhando Cr\$ 80.000 mensais, na Paraíba não se encontra um trabalhador ganhando mais de Cr\$ 40.000 mensais.

*Creio que, além dos limites da organização sindical, também pesam algumas limitações econômicas para o cumprimento dos acordos. A maioria dos bóias-frias são trabalhadores sazonais, eventuais. O aumento do salário não altera fundamentalmente suas vidas, já que passam boa parte do*





ano sem acesso ao trabalho. No caso de dissídio coletivo entre metalúrgicos, por exemplo, são colocadas reivindicações que dizem respeito à garantia de trabalho, à assistência educacional e de saúde, que se traduzem em vantagens concretas na vida cotidiana. Por essa razão, esses trabalhadores são muito mais propensos a lutar pelo cumprimento. **Um outro problema prejudicial à luta pelo cumprimento dos dissídios é o das limitações colocadas pela ameaça de mecanização no campo.** Se os salários dos trabalhadores rurais aumentam muito, a utilização de instrumentos mecanizados se faz mais vantajosa e mais intensa. A cada ganho de um ano de luta, corre-se o risco de no próximo não se poder reivindicar porque a dependência do patrão em relação ao trabalhador diminui bastante. Por isso é fundamental pensar as ações políticas com referências também ao acesso à terra, às formas de utilização de terras devolutas, terras em litígio, terras do Governo, do INCRA, ocupadas como forma de pressão para um encaminhamento de soluções para os trabalhadores rurais. Todo esse contingente de trabalhadores no campo não vai encontrar solução para seus problemas através do assalariamento. A bandeira da reforma agrária é objetiva porque a exploração no campo supõe a expropriação da terra.

Não basta diminuir a exploração porque ela se funda na concentração da terra.

ORLANDO — Creio que o Leôncio aprofundou o debate sobre a questão do bóia-fria. Concorde que é importante sair das lutas individuais para as lutas coletivas, mas também devemos pensar nas conseqüências dessas lutas, nas formas que o sistema tem para manipular tudo isso. A cada ano a demanda de trabalhadores diminui. Por isso, essas manobras devem ser refletidas com mais profundidade. De modo geral só se valoriza uma proposta de trabalho basista. Mas, a dinâmica do processo tem que ser acompanhada. Além disso, essa proposta de trabalho basista apresenta limitações. De modo geral, um presidente de Federação aparece entre os trabalhadores durante 5 dias antes da convenção, mobiliza e realiza a convenção e se retira, deixando, na melhor das hipóteses, um assessor educacional que nada pode fazer com um volume de trabalho tão grande. No meu caso, com 11 sindicatos para atuar, o que posso fazer?

CLÁUDIO — *Quais são as estratégias de repressão, de violência policial e patronal no Nordeste, e quais as limitações que os trabalhadores sofrem pelo fato de morarem nos engenhos, situação diversa de outros Estados, onde os trabalhadores rurais estão morando na periferia de cidades e, em princípio, são mais livres?*

### • Estratégias dos patrões e as formas de violência

ORLANDO — Os trabalhadores no Nordeste estão subdivididos em fichados e clandestinos ou os que têm carteira assinada e os que não têm. O termo bóia-fria entre eles é considerado pejorativo, razão por que eles não se assumem como tal. De modo geral, os patrões têm muito receio de assinar carteira dos trabalhadores porque, quando eles entram na Justiça, recebem um volume de dinheiro grande. Por isso, o trabalhador fichado é mais combativo, participa de modo mais efetivo nas greves. Frente a isso, os patrões preferem utilizar trabalhadores clandestinos. Estes recebem mais que os fichados, o que os induz a optar por essa vinculação. De modo geral, o patrão destina as melhores tarefas para o clandestino e as mais pesadas para os fichados. Além dessa jogada, os patrões contratam trabalhadores de Alagoas para diminuir a dependência em relação àqueles que residem em Pernambuco. A violência é organizada. Quando os patrões foram pegos de surpresa em relação ao movimento dos trabalhadores, ela foi menor. Na medida em que eles começaram a se preparar para enfrentar os trabalhadores, também organizaram as formas e estratégias de violência. **Além da organização em associações de classe, criaram milícias privadas dentro das usinas, e passaram a espancar principalmen-**

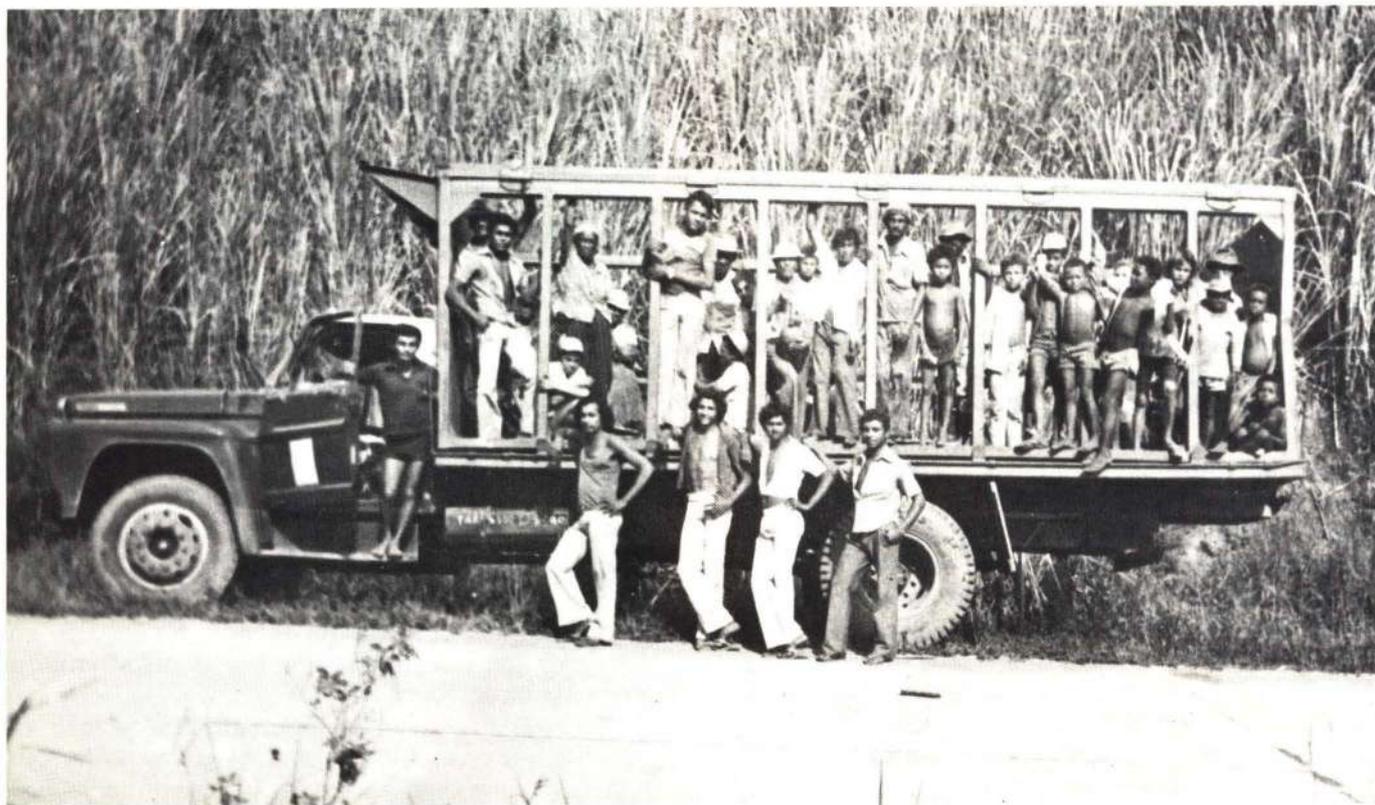
te os delegados sindicais, que também são jogados para tarefas pesadas e isoladas. Em coro mandam matar delegados sindicais. Além do controle das relações trabalhistas, os patrões tentam controlar os sindicatos por motivos políticos. Em épocas de campanha, oferecem boi para churrasco, cachaça, cedem carros para os candidatos a dirigentes sindicais que estão apoiando. A maioria dos trabalhadores não é sindicalizada. A eleição do sindicato é decidida com base nos trabalhadores fichados, que têm desconto das mensalidades como associados em folha. O dirigente sindical tem que ir ao engenho para receber as contribuições. Se o sindicato coloca muita questão na Justiça, ele não precisa nem ir ao engenho porque não vai ter dinheiro para receber. Com isso, os patrões passam a ter um controle muito grande sobre os sindicatos. Não existe um trabalho decisivo para sindicalizar o clandestino. No momento é apenas uma proposta. Algumas vezes os patrões assinam a carteira dos clandestinos em período próximo às eleições só para estes votarem no candidato que desejam ver na direção sindical.

A partir das eleições de 1982, esse quadro se alterou um pouco porque muitas prefeituras ficaram nas mãos do PMDB ou da facção do PDS que era considerada oposição. Com isso, o movimento sindical conseguiu que a polícia não interferisse e perseguisse trabalhadores de oposição aos dirigentes sindicais da situação. Numa das vezes que fomos apanhar a urna na casa de um administrador de usina, onde estavam sendo realizadas as eleições,

os capangas ameaçaram o diretor da FETAPE, um advogado e um assessor de atirar se "em três minutos não se retirassem da fazenda". A polícia, entretanto, desarmou os capangas dando cobertura para o fechamento da urna. Mas esse efeito positivo tem sido controlado pela articulação dos políticos locais, que pressionam para o afastamento da Polícia Militar nesses eventos.

*Um outro exemplo de violência dos patrões é pegar o trabalhador, dar-lhe uma coça e depois apresentar queixa contra ele, alegando ser ladrão, ou o agressor. Quando o trabalhador chega para apresentar queixa pela violência de que foi vítima, é preso. Os métodos de que a classe patronal se utiliza são aperfeiçoados a cada dia. Os patrões costumam dar sumiço a trabalhadores, que aparecem posteriormente mortos e classificados como delinquentes. A explicação da morte apresentada é então de queima de "arquivo" por outros delinquentes. Se outras versões são apresentadas, com testemunho de trabalhadores, o processo é arquivado. Um crime desse tipo é altamente desmobilizante.*

LEÔNICIO — Creio que, frente à violência, o trabalho do assessor educacional não pode se restringir à mobilização, mas a uma grande solidariedade e até ao assistencialismo, no caso daqueles mais perseguidos. O assessor não pode estimular a organização dos trabalhadores e se retirar nessas situações de violência. Por isso, muitas vezes, essa solidariedade pode se revestir de formas de assistencialismo, necessárias frente a essa conjuntura política.



## 1.4. O Movimento dos Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais



Partindo de uma avaliação crítica da atuação da Federação dos Trabalhadores na agricultura do Estado de Minas Gerais, FERNANDO ANTONIO SGRECIA, assessor da Comissão Pastoral da Terra, mostra como vem sendo desenvol-

vido o trabalho dessa instituição de apoio ao movimento no sentido de contribuir para o avanço da consciência e organização dos trabalhadores. Um dos aspectos realçados na exposição diz respeito à incorporação de reivindicações de

melhores condições de vida e moradia nas lutas dos assalariados, especialmente no Município de Passos.

## ● As primeiras greves pós-64

Embora antes de 1964 tenham ocorrido algumas tentativas de organização política dos camponeses do sul de Minas Gerais, no momento os trabalhadores estão muito desarticulados. O nível de exploração da força de trabalho é muito intenso, e o salário só assegura a sobrevivência. Os sindicatos dos trabalhadores rurais nessa região só foram criados após o golpe militar de 1964. Os dirigentes sindicais são muito comprometidos com os interesses dos usineiros.



A partir de 1980, algumas tentativas de mobilização chegaram mesmo à deflagração de uma greve. Sob a mediação da FETAEMG, foi assinado um acordo com os usineiros. O contrato coletivo, no entanto, se constituiu numa imposição, numa solução de cima para baixo, sem consciência das conquistas obtidas por parte dos trabalhadores. Essa

situação abriu espaço para manobras por parte dos usineiros, que não cumpriram o dissídio anterior, sob o pretexto de aguardar a decisão em relação ao posterior, que se encontrava em tramitação.

A Federação optou então por um trabalho de base, colocando na região um educador e um advogado, cujas ações se voltavam para organizar os trabalhadores no sentido de cobrar as conquistas já obtidas. Mas a força de pressão dos trabalhadores era muito pouca porque a data-base para alteração do salário era no final da safra.

Ao lado do trabalho de organização dos trabalhadores, tentou-se renovar os dirigentes sindicais, especialmente a partir das lideranças que haviam se constituído no processo de greve.

Como fruto desse trabalho, 700 ações foram encaminhadas à Justiça Trabalhista. Quando se organizou uma chapa de oposição, houve intervenção do Ministério do Trabalho no Sindicato. Após uma luta nos tribunais, foram realizadas as eleições com a vitória da chapa de oposição. Contudo, a chapa vencedora só tomou posse três meses após a eleição. Um dos compromissos fundamentais dessa chapa era fazer cumprir os acordos.

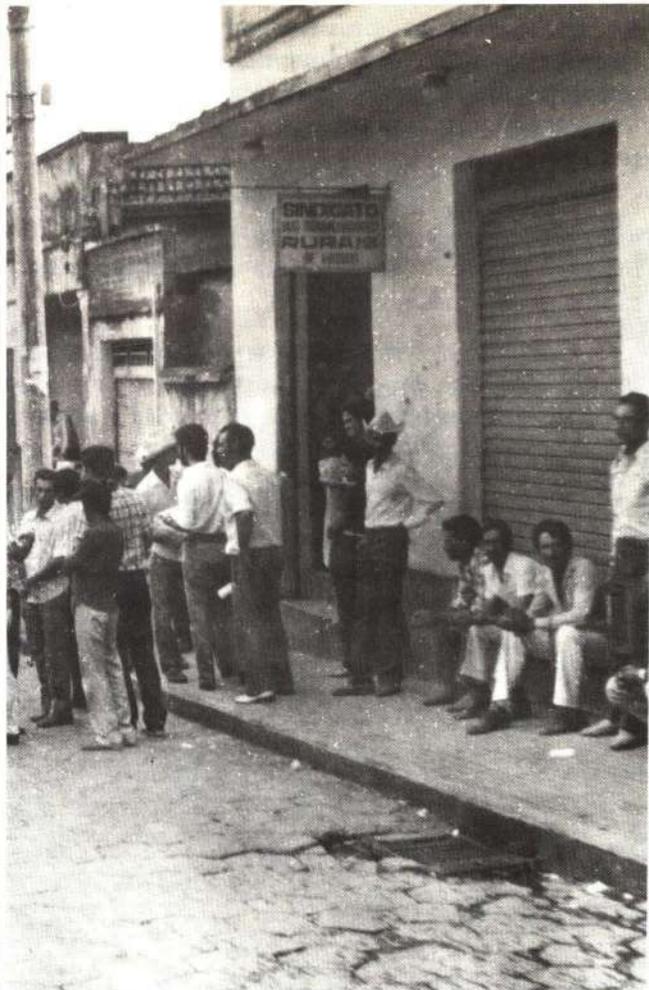
O momento de acesso dessa chapa à direção do Sindicato coincide com o início da safra, quando os usineiros resolveram diminuir o salário dos trabalhadores, já que o preço do corte de cana era de Cr\$ 520 e eles passaram para Cr\$ 320 a Cr\$ ... 200 a tonelada. Além disso, havia roubo na balança, de modo que os trabalhadores não tinham o menor controle sobre o que produziam.

Os trabalhadores só acreditavam na greve como instrumento de pressão. Durante todo o tempo em que os assessores da FETAEMG tentavam organizá-los, eles reagiam afirmando que só contassem com eles para a greve.

Diante dessa situação, a FETAEMG, com o apoio da CONTAG, tentou encaminhar a greve de cumprimento do acordo. No primeiro dia, 60% dos trabalhadores pararam. No segundo, esse índice atingiu 90%. Como não havia fundo de greve (embora tenha se tentado organizá-lo), os trabalhadores não resistiram a mais de 4 dias parados. Na verdade, no 4º dia a Usina já estava disposta a ceder, mas os usineiros descobriram que o movimento não contava com reservas, e resolveram prorrogar o prazo para a negociação. A única saída foi o encaminhamento através dos tribunais.

No dia do julgamento, 200 trabalhadores se postaram na frente do Tribunal para pressionar. Pela primeira vez no Estado de Minas Gerais, no período pós-64, uma greve foi considerada legal, e embora legalistas as conquistas, foram asseguradas.

Após a greve eu fui demitido do cargo de assessor da FETAEMG, porque nossos pontos de vista estavam em choque, e me integrei à assessoria da CPT. Através dessa instituição, venho insistindo



num trabalho de base, de organização dos delegados sindicais, especialmente porque eles perderam o direito à estabilidade e começaram a resistir em assumir o cargo.

Tanto o Sindicato de Passos como os demais da região sul de Minas não tentam organizar e mobilizar os trabalhadores. A convenção coletiva é feita segundo ditames da CLT e sob um total desinteresse de participação dos trabalhadores. Os acordos são assinados mas não são cumpridos.

### ● A violência dos patrões

Além do desrespeito à convenção e aos acordos, os usineiros obrigam os trabalhadores a assinarem recibos em branco, impedindo a cobrança do valor real do salário na Justiça. Possuem uma lista negra de trabalhadores mais combativos, que vivem eternamente desempregados. Também têm estimulado a criação de cooperativas de bôias-frias, estratégia utilizada para se contraporem ao contrato coletivo de trabalho.

As usinas dessa região detêm 90% da produção de cana. O número de fornecedores é muito pequeno. A convenção coletiva, ainda que precariamente, só vem sendo cumprida pelas usinas. Os fa-

zendeiros não cumprem e ainda se articulam com as usinas, absorvendo os trabalhadores no momento em que estas os desempregam, esvaziando o movimento.

### ● Novos métodos: O trabalho da CPT

A atuação da CPT hoje se dá pela organização de grupos de estudos, com a utilização de recursos audiovisuais, de modo a ajudar na formação de uma consciência de que os trabalhadores devem se organizar e pressionar os sindicatos para que expressem seus interesses.

A partir de avaliações de minhas experiências anteriores junto à Federação, a gente optou por formas de luta que facilitassem o encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores do sul de Minas Gerais, especialmente de Passos. Foi então elaborado um método de trabalho que tem surtido efeitos satisfatórios. Percebemos que toda questão girava em torno da falta de informações e do fato de as formas de luta serem colocadas de cima para baixo, sem a participação do trabalhador nesse processo e na elaboração de propostas. Para minimizar tais efeitos, o método consiste em organizar os trabalhadores em grupos de estudo, partindo de questões concretas e locais. Através de um trabalho fotográfico, produzimos um material que visava comparar as condições de vida dos trabalhadores e da burguesia local. Através da discussão desse material, os trabalhadores passaram a discutir mais claramente a necessidade de encaminhamento das reivindicações que possam alterar esse quadro. A CPT produziu uma cartilha sobre a história do movimento sindical, tanto no Brasil como na Europa, e esse material também passou a ser objeto de discussão.

Esses grupos estão proliferando porque os membros que participaram do primeiro formaram outros tantos, e assim sucessivamente. Da questão sindical os trabalhadores passaram a discutir questões sanitárias, melhorias de condições de vida. **A luta dos trabalhadores não tem, por isso, se restringido ao salário, tem incorporado também reivindicações mais amplas relacionadas com as condições de vida.** Um dos efeitos desse trabalho pode ser aquilatado pela pressão que os trabalhadores vêm exercendo junto ao poder local. Cento e vinte deles compareceram à Câmara dos Vereadores para cobrar dos políticos os compromissos assumidos em palanque. Também se organizaram para questionar a presença de uma granja, com capacidade para criação de 250.000 frangos, que prejudica o bairro criando problemas sanitários. Os trabalhadores exigiram controles sobre as condições de funcionamento dessa granja.

Constituindo-se em sujeitos da história, os

trabalhadores estão organizando a oposição sindical nos locais onde os dirigentes têm atuação questionável ou onde nem são trabalhadores rurais. Vêm exigindo a realização de assembléias mensais nos sindicatos e dando apoio aos trabalhadores que são vítimas de violências mais visíveis, como foi o caso de um agregado que estava sendo expulso. Em grupo, os trabalhadores foram ao promotor reivindicar a permanência do colega na terra onde vinha trabalhando. Obtiveram resultado positivo.

A opção pelo trabalho em grupo decorreu também dos problemas criados pela repressão que os delegados sindicais começaram a sofrer nesses últimos anos, dificultando a ação dos sindicatos.

**Em grupo, a ação repressiva pode ser melhor controlada. Por outro lado, atuando em grupo, o poder se torna mais descentralizado. Mesmo que haja uma intervenção no Sindicato, o trabalho tem continuidade.**

Através da documentação de todo o trabalho, essa própria experiência passa a se constituir em material didático, sendo levada a outros locais para se iniciar esse mesmo trabalho.

Concluindo: através desse método de trabalho, pretende-se propiciar oportunidades de reflexão, a partir das questões concretas e das propostas de ação dos próprios trabalhadores.



## O Movimento dos Trabalhadores Rurais do Estado da Paraíba



A exposição feita por LEÔNICIO CAMINO, assessor educacional do Centro de Educação do Trabalhador Rural (CENTRU), criado em 1981, focaliza o trabalho desenvolvido por esta instituição de apoio ao movimento, enfatizando a necessidade da dinamização da vida sindical para que as conquistas econômicas dos trabalhadores sejam asseguradas.

Em primeiro lugar, quero esclarecer os objetivos do CENTRU, por considerar isso fundamental à compreensão do trabalho que essa instituição vem desenvolvendo no Estado da Paraíba. O CENTRU tem por objetivo colaborar no processo de emancipação do trabalhador, tendo em vista suas condições sociais de vida. Essa emancipação econômica e política supõe participação numa sociedade em que os interesses dos trabalhadores e

suas perspectivas sejam levados em consideração. Para que esse objetivo seja alcançado, considero fundamental a união das classes trabalhadoras, rural e urbana. A organização do trabalhador rural para essa participação supõe a organização sindical, fundada no sindicalismo democrático, autônomo em relação ao Estado, aos partidos e às instituições religiosas. Sob essa perspectiva a direção do CENTRU cabe aos trabalhadores rurais.

A educação sindical e política constitui uma tarefa do próprio trabalhador, embora possa contar com colaboradores externos. Porém, essa colaboração deve se dar levando em conta a relação entre saber e poder. O seu objetivo é transformar o saber do trabalhador em poder.

é transformar o saber do trabalhador em poder.

Quando da criação do CENTRU na Paraíba, duas regiões foram escolhidas para atuação, mediante critérios políticos. Uma área de seca e outra onde o processo de proletarização está ocorrendo violentamente, em virtude da expansão do plantio da cana, estimulado pelo PROÁLCOOL. A atividade agroindustrial canavieira vem se expandindo no Estado da Paraíba, exercendo grande importância na sua economia. Estima-se que 75% da arrecadação do ICM nesse Estado provenham da agricultura, sendo 50% da atividade agroindustrial canavieira.



## ● A formação do proletariado agrícola

O processo de expropriação dos pequenos produtores agrícolas na região canavieira ocorre sob níveis de exploração insuportáveis. Os moradores e pequenos arrendatários estão sendo expulsos da terra. Como eles se dedicavam à produção de lavouras de subsistência, a oferta de alimentos tem diminuído, gerando sérias crises no abastecimento e criando péssimas condições de reprodução física dos trabalhadores. Existem municípios que contam com 110 a 120 mil trabalhadores. A grande maioria desses assalariados não consegue ultrapassar o salário de Cr\$ 40.000 mensais. Essa dupla situação de expropriação e exploração tende a se agravar porque o PROÁLCOOL se propõe duplicar a produção de álcool até o final da década. Os conflitos de terra também estão se agravando em virtude dessas condições de produção.

## ● O trabalho do CENTRU

O CENTRU foi criado em 1981. Nesse ano, voltou-se para um trabalho de contato com os trabalhadores e de organização interna. Em 1982, passou a se dedicar à organização sindical, através de seminários, reuniões, encontros etc. com os trabalhadores, de modo a compor as diretorias dos sindicatos. No ano de 1983, o trabalho se voltou para a criação de comissões de trabalhadores que pudessem atuar em conjunto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura e a organizar a campanha salarial.

As orientações dos órgãos de cúpula do movimento dos trabalhadores são divergentes. A Federação opta por uma campanha trabalhista porque 90% dos trabalhadores não têm carteira assinada. Mas esse trabalho se dá de uma forma individual e legalista, gerando uma série de dificuldades, porque o trabalhador tem que se contrapor sozinho, encaminhando questões à Justiça, obtendo testemunhas entre seus colegas. As questões ganhas na Justiça do Trabalho não são postas em prática. Os patrões possuem listas negras dos trabalhadores que encaminham questões à Justiça e lhes negam emprego. Só no Município de Serraria, o CENTRU mantém 39 pessoas que não conseguem obter trabalho.

A Federação coordena a atuação de 3 ou 4 sindicatos. A Igreja orienta a ação de 10 a 12 sindicatos e o CENTRU, 7 a 8. O PDS exerce influência sobre 4 sindicatos. A grande maioria dos 140 sindicatos é indefinida.

*O CENTRU tem se voltado para um trabalho de oposição sindical, no sentido de renovar as diretorias com trabalhadores mais combativos e menos atrelados a interesses estranhos ao movimen-*

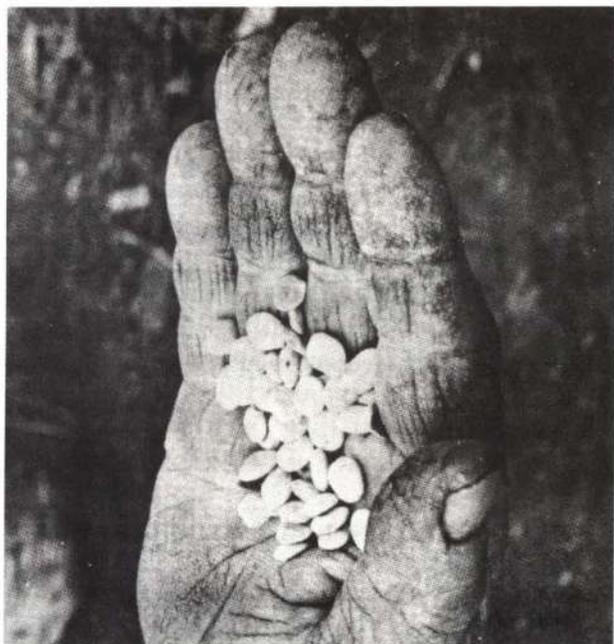
to sindical. Opta por um trabalho de base de modo que as oposições sindicais sejam frutos amadurecidos e assegurem melhor desempenho aos sindicatos.

As divergências e conflitos decorrentes das orientações diversas dos órgãos de cúpula criam muitas dificuldades para articulação do movimento. Uma tentativa de agregação dessas instituições vinha sendo posta em prática por Margarida Maria Alves, dirigente sindical assassinada. A morte de Margarida, resultado de sua atuação junto à campa-

nha trabalhista no Município de Alagoa Grande (pois já vinha encaminhando 34 processos à Justiça do Trabalho), dificultou ainda mais esse trabalho de articulação. Com o seu assassinato, a Federação ficou sem uma liderança clara, justamente no momento em que se tentava articular as atuações da Igreja, do PDS e do CENTRU.

O CENTRU considera fundamental a organização dos sindicatos para que as conquistas econômicas como salário, produtividade e cumprimento do dissídio possam estar asseguradas.

## Agrotóxicos



Em breve será lançado um livro sobre o problema dos agrotóxicos no Brasil e no Terceiro Mundo. O trabalho está sendo elaborado por David Hathaway, junto à Coordenação do projeto TA (Tecnologias Alternativas) — FASE-Rio de Janeiro.

A pesquisa sobre o Brasil abrange uma ampla gama de aspectos da produção, do uso e dos efeitos dos agrotóxicos no País e é complementada por material já publicado pela OXFAM, na Inglaterra, sobre a situação em muitos outros países do Terceiro Mundo. Os assuntos tratados nos vários capítulos incluem intoxicações, resíduos na comida e no meio ambiente, controle de vetores, o conceito de "custos e benefícios", promoção e rotulagem, a estrutura da indústria de agrotóxicos, a luta política por maiores controles e as alternativas agrônômicas: manejo integrado de pragas e a agricultura orgânica.

## O que é fome

de Ricardo Abramovay

Quanto mais cresce a produção agrícola mundial, mais aumenta o número de famintos. Explosão demográfica, ignorância, escassez de recursos? Neste livro são desvendadas as engrenagens que tornam a fome, no Brasil e no mundo, uma das maiores fontes de lucros de todos os tempos.

Publicado pela Ed. Brasiliense na coleção Primeiros Passos



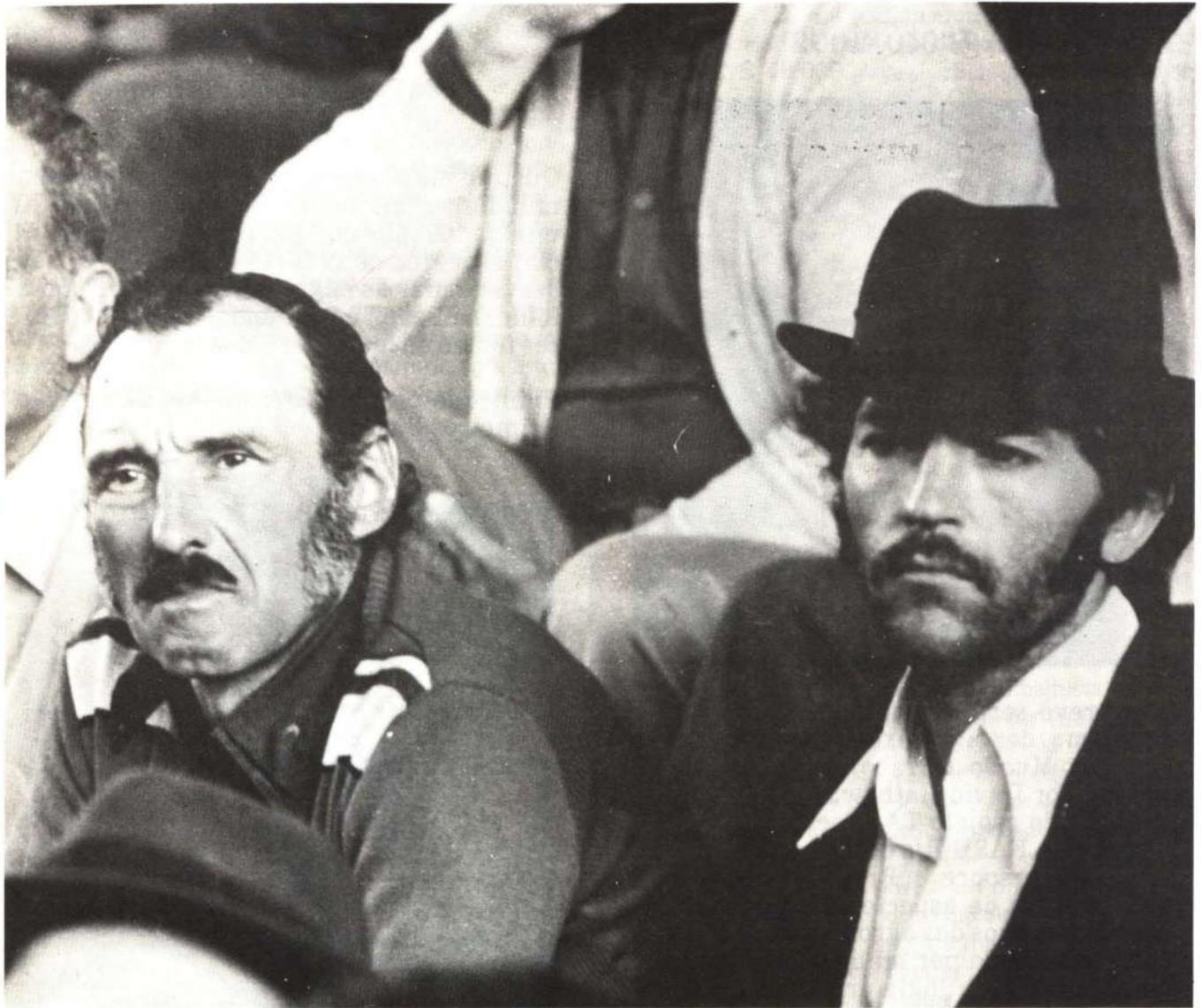
Ricardo Abramovay

## O QUE É FOME

3.<sup>a</sup>  
edição

editora brasiliense

## AS EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS COM OS TRABALHADORES RURAIS DO PARANÁ



Os expositores que participaram desse painel enfatizaram as dificuldades de organização enfrentadas pelos trabalhadores, devidas às mudanças nas relações de trabalho no Estado do Paraná e das posições assumidas pelo movimento sindical. Esses fatores, segundo eles, explicam o surgimento de experiências alternativas de associação entre os trabalhadores. Além disso, depositam esperanças de que, a partir dessas experiências, os trabalhadores

possam obter maior nível de organização política, de modo a reverter esse quadro e criar um movimento sindical mais combativo.

A apresentação de duas dessas experiências provocou uma série de debates sobre a relação entre assessores educacionais e trabalhadores e sobre a definição dessas experiências como alternativas, ou seja, a relação entre elas e o movimento sindical.

## Associação dos Trabalhadores Volantes de Santa Isabel do Oeste



A experiência da Associação dos Trabalhadores Volantes de Santa Isabel do Oeste foi apresentada por um de seus assessores, VALDIR DUARTE. Embora reconhecendo seu alcance limitado, uma vez que atinge uma ínfima parcela de trabalhadores com o objetivo de responder

às necessidades imediatas de trabalho e alimentação de trabalhadores desempregados, Valdir realçou como um dos pontos positivos o avanço da consciência dos participantes no processo de discussão sobre organização do trabalho colocado na prática da experiência.

## ● A criação da Associação

Para melhor compreensão das questões a serem apresentadas, gostaria de informar que sou funcionário da ACARPA, instituição vinculada à Secretaria de Agricultura do Estado. Até 1980, ela desenvolvia um trabalho de estímulo ao uso do crédito e à incorporação de tecnologia entre produtores agrícolas, conforme orientação da política agrícola vigente. A participação dessa instituição nessa nova modalidade de trabalho que vou apresentar só foi possível pelas mudanças políticas ocorridas, que determinaram a opção pelo desenvolvimento de um trabalho junto aos pequenos produtores e trabalhadores volantes.

O Município de Santa Isabel do Oeste tem aproximadamente 360km<sup>2</sup> e uma população de 19.000 habitantes, sendo 12.000 na área rural e 7.000 na urbana. Na década de 60 passou por um processo de colonização, tendo recebido produtores oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A produção agrícola está voltada para a cultura do milho, feijão soja, trigo e a criação de suínos.

Um levantamento realizado em 1983 aponta para uma distribuição fundiária em que a presença de minifúndios é predominante:

| Propriedades<br>(área-ha) | Proprietários<br>(nº — %) | Área Total<br>(%) |
|---------------------------|---------------------------|-------------------|
| 0 40                      | 1.205 88                  | 58                |
| 40 100                    | 140 10                    | 27                |
| 100 e mais                | 18 2                      | 15                |

A idéia de se criar uma associação de volantes surgiu do prefeito do Município, que até 1972 era arrendatário. Em 1977/78 ele assumiu a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Quando foi eleito prefeito, passou a enfrentar sérios problemas como o nível de endividamento da Prefeitura, abandono do sistema viário (que se encontrava em péssimas condições), grande número de funcionários e mal aproveitados.

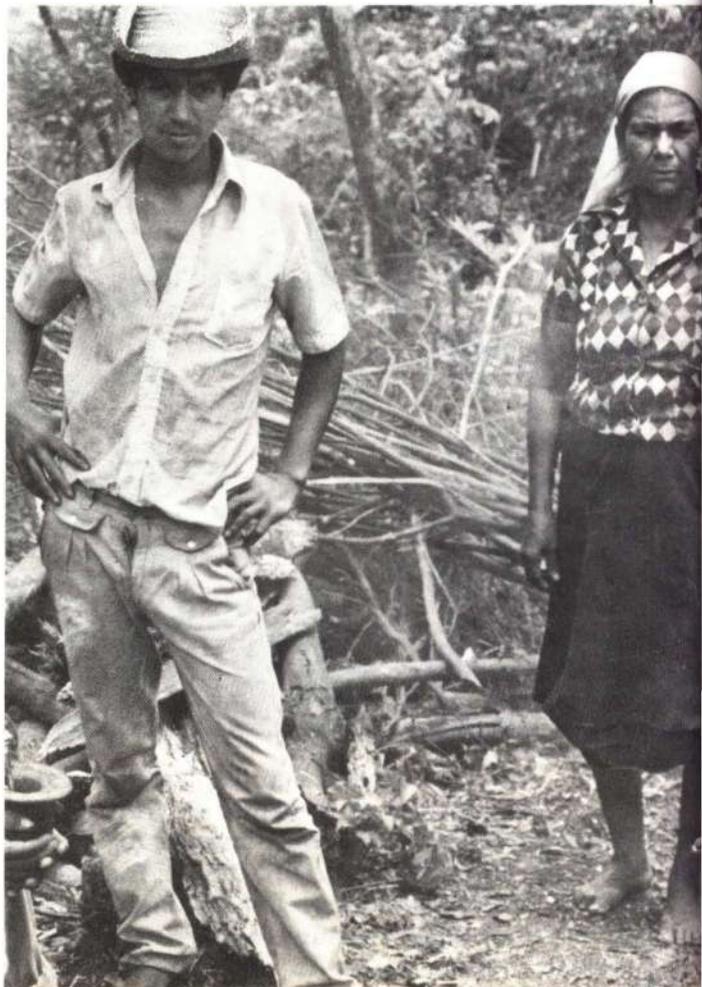
A ocupação desse cargo havia se dado com o respaldo da população, que criou uma série de expectativas em relação à sua administração. O número de pessoas que procurava a Prefeitura para solicitar emprego, recuperação de estradas, assistência médica, transportes, etc. era enorme. Desses problemas o mais aflitivo era o de desemprego, porque os trabalhadores volantes só encontravam trabalho nos meses de novembro a janeiro. O resto do ano eles sobrevivem em condições miseráveis, uma vez que não há qualquer atividade na região.

## ● As propostas da Associação

Frente a essas dificuldades, surgiu a idéia de estimular a plantação de grãos não só para oferecer trabalho, mas também para garantir a alimentação. Embora essa alternativa não solucionasse o problema dos volantes (o que só acontecerá com a reestruturação agrária e um programa de assentamento), não era possível deixá-los batendo de porta em porta à procura de comida.

O prefeito entrou em contato com a ACARPA, sugeriu a utilização de uma área de terra sob arrendamento para que os volantes pudessem trabalhar e solicitou a participação dos técnicos na orientação dessa experiência.

Aceita a proposta, os volantes que residem na periferia da cidade foram convocados para uma assembléia, onde aquela proposta seria discutida. Como na época era comum a distribuição de alimentos, eles trouxeram sacolas para carregar os supostos doativos. A proposta de arrendamento foi então colocada para uma assembléia de 130 trabalhadores. A maioria aceitou e partiu-se naquela mesma ocasião para a escolha de 10 coordenadores, que teriam como atribuição imediata a elaboração de um estatuto ou regulamento que orientasse as formas



de organização desse trabalho. Dias após, realizou-se uma nova assembléia, quando foram apresentados o estatuto e a proposta de arrendamento feita (por um proprietário) e organizado um cadastro dos trabalhadores interessados.

### ● Critérios de participação e formas de organização

Dentre os critérios estabelecidos para participação do trabalhador pode-se destacar: ausência de vínculo empregatício e exclusão de quem fosse proprietário de terra ou já possuísse terra arrendada. A proposta aceita fixava o arrendamento em 10 sacos de milho por alqueire plantado.

Foram obtidas ferramentas com o comércio local e alguns donativos para alimentação, valendo-se da mobilização ocorrida a nível nacional de assistência aos flagelados das enchentes.

Os trabalhadores decidiram que a alimentação seria preparada no local de trabalho, pois queriam que fosse eliminada a denominação de bóia-fria.

A locomoção até a área arrendada foi um dos piores problemas que os trabalhadores tiveram que enfrentar. Através de aprovação da Câmara de Vereadores, a Prefeitura passou a se encarregar do transporte.

### ● As dificuldades

Inicialmente ficou decidido que os 68 inscritos estariam subdivididos em 5 grupos, cada um trabalhando um dia por semana, de modo que nos demais dias eles pudessem se dedicar a outras atividades, já que as colheitas só começariam no mínimo 4 meses após. No entanto, a desistência de alguns dos inscritos e a incidência de um longo período de chuva impediram que o trabalho fosse estruturado dessa forma. A presença dos interessados na área de cultura passou então a depender da opção de cada um. Paralelamente, visando resolver o problema das mulheres que não tinham com quem deixar os filhos durante o período de trabalho, foi feito um convênio com a LBA e instalada uma creche para atendimento das crianças até 6 anos de idade.

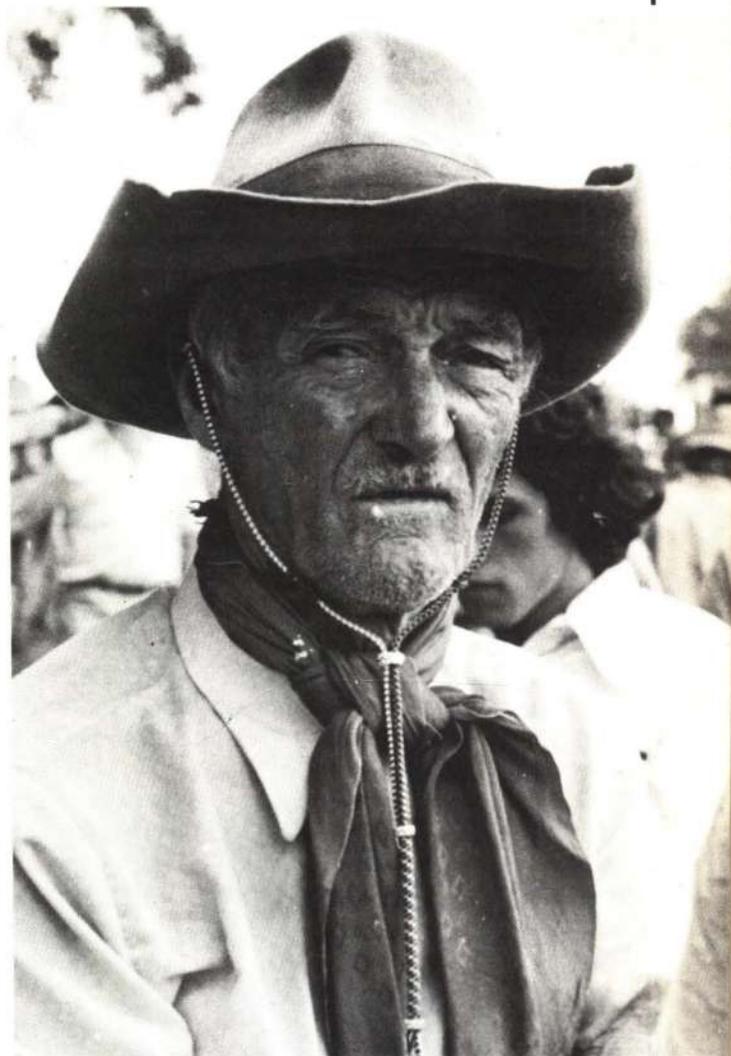
Ao lado dessa experiência, as mulheres participavam da constituição de hortas em 40 lotes urbanos e alguns homens passaram a compor frentes de trabalho destinadas à limpeza da cidade. Dos 68 inscritos, apenas 38 chegaram ao final do trabalho, com uma produção estimada em 600 sacas de milho, 150 sacas de feijão e 20 sacas de arroz.

As desistências entre trabalhadores foram devidas a uma campanha que propagava que ao final da safra os produtos seriam apropriados pelo prefeito, pelos técnicos da ACARPA e pelos trabalhadores que exerciam o papel de coordenadores.

Além disso, alguns trabalhadores desistiram porque precisavam de remuneração imediata, ou não se adaptaram ao trabalho por ser muito pesado (todas as atividades eram manuais, com uso de enxadas, foices, etc.).

### ● Resultados positivos

No período em que essa experiência de trabalho foi realizada, o salário diário de um trabalhador era de Cr\$ 800. Deduzidos os custos da produção agrícola, os trabalhadores conseguiram Cr\$ 8.000 diários.



Como resultado positivo dessa experiência também podemos destacar o aparecimento de novas lideranças e de uma consciência de trabalho coletivo, que permitiu a superação do individualismo reinante no início. Embora não se possa afirmar que essa experiência tenha sido especificamente voltada para a mobilização e conscientização dos trabalhadores, a discussão sobre a organização do trabalho, as decisões tomadas em grupo diante de cada tarefa ou problema, a delegação de poderes

para uma coordenação, estimularam o surgimento de uma consciência crítica e de uma avaliação comparativa em relação às experiências de trabalho anteriores.

## ● Organização sindical nas diferentes regiões

ARY FROZA, assessor da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, faz um balanço do movimento sindical no Paraná, apontando sua debilidade, especialmente nas áreas de concentração dos trabalhadores volantes.

Visando esclarecer o significado e a razão de ser das experiências de colaboração de determinadas instituições com o movimento dos trabalhadores no Estado do Paraná, apresentarei, de forma sintética, uma visão geral das condições sociais da produção agrícola e da organização do movimento sindical.

O Estado do Paraná conta com 310 municípios, mas apenas 210 Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Desses sindicatos, 30 a 40 são considerados "combativos", "autênticos" e de oposição, tentando alcançar a direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Os demais ou são "ultradireita", "conservadores" ou são "ingênuos" bem intencionados mas não assumem a luta dos trabalhadores.

A maior parte dos sindicatos se situa no norte do Estado. No centro, onde se localizam os grandes empreendimentos de reflorestamento, praticamente inexitem sindicatos rurais. Nesta Região Norte se desenvolvem as culturas do algodão, da cana-de-açúcar, do café e, recentemente, a pecuária. Paralelamente a esses grandes empreendimentos, tem-se constituído uma massa de trabalhadores volantes ou bóias-frias.

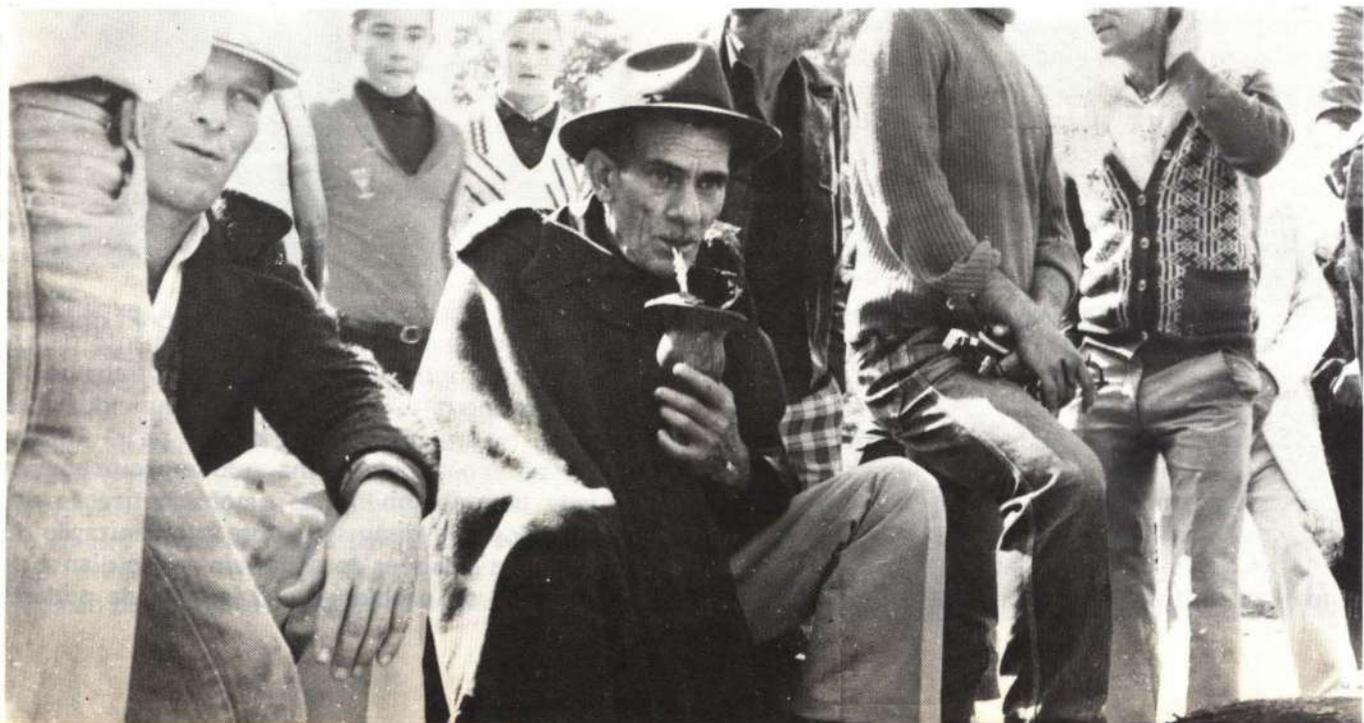
Nas Regiões Oeste e Sudoeste, ocorreu um processo de colonização cujos produtores, de origem italiana e alemã, são oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Estão voltando para a produção de soja, milho, feijão e suínos. Como esses produtores tinham experiências de participação em sindicatos nos Estados de origem, o movimento sindical aí é mais forte.

O movimento sindical na Região Sudoeste tem avançado em torno das questões dos agricultores sem terra. Esse movimento conta com o apoio da ASSESOAR e da CPT, entidades vinculadas à Igreja e que têm procurado desenvolver um trabalho de base. Esse movimento dos agricultores sem terra surge fora do sindicato, através da organização dos próprios trabalhadores. O desdobramento dessa luta levou os trabalhadores a valorizar o sindicato como instituição e a tentar ocupar seus espaços.

De modo geral, a formação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais data da década de 60, num contexto de luta contra o comunismo e de atrelamento à estrutura conservadora da Igreja, dos partidos políticos e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

Quanto aos volantes no norte do Estado, sua organização ainda é muito incipiente.

*A Federação no Estado do Paraná não tem assumido a luta dos trabalhadores, colocando-se por trás dos movimentos sociais. Procura articular-se com lideranças do PDS e do PMDB, tentando evitar o acirramento dos conflitos no meio rural. No momento, com a instalação de um governo de oposição no Estado, as lutas dos trabalhadores têm encontrado melhor receptividade, através de tentativas de rompimento com a postura oficialista da Federação.*



## A Casa dos Trabalhadores em Apucarana



A exposição sobre a experiência associativa da Casa dos Trabalhadores em Apucarana, apresentada por JORGE CANTOS, assessor da Comissão da Pastoral da Terra, despertou interessante polêmica. Até que ponto essa experiência está sendo canalizada para o fortalecimento do movimento sindical? Esta foi uma das questões que polarizou o deba-

te, trazendo à tona referência a outras experiências sobre o trabalho desenvolvido por entidades de educação popular e sua relação com a organização sindical.

### ● Os primeiros passos do trabalho

Por volta de 1979, começou a surgir, entre alguns membros da Igreja, a preocupação com os

“bóias-frias”, e a CPT decidiu iniciar um trabalho com eles. Inicialmente, pensou-se em congregar os sindicatos e a Igreja para discutirem essa questão. Seis encontros foram realizados com 17 sindicatos de 15 paróquias da Região Norte do Estado. Nos últimos encontros, houve participação de alguns “bóias-frias”.

Nos primeiros encontros foram levantadas as reivindicações dos trabalhadores. A discussão dessas reivindicações desembocou na questão do acesso à terra, aliás uma reivindicação generalizada entre os trabalhadores do norte do Estado. Ora, essas reivindicações não encontravam respaldo entre os sindicatos, que não pretendiam se engajar numa luta desse porte. Os encontros estavam agregando um número cada vez maior de trabalhadores e as possibilidades de encaminhamento das questões estavam ausentes.

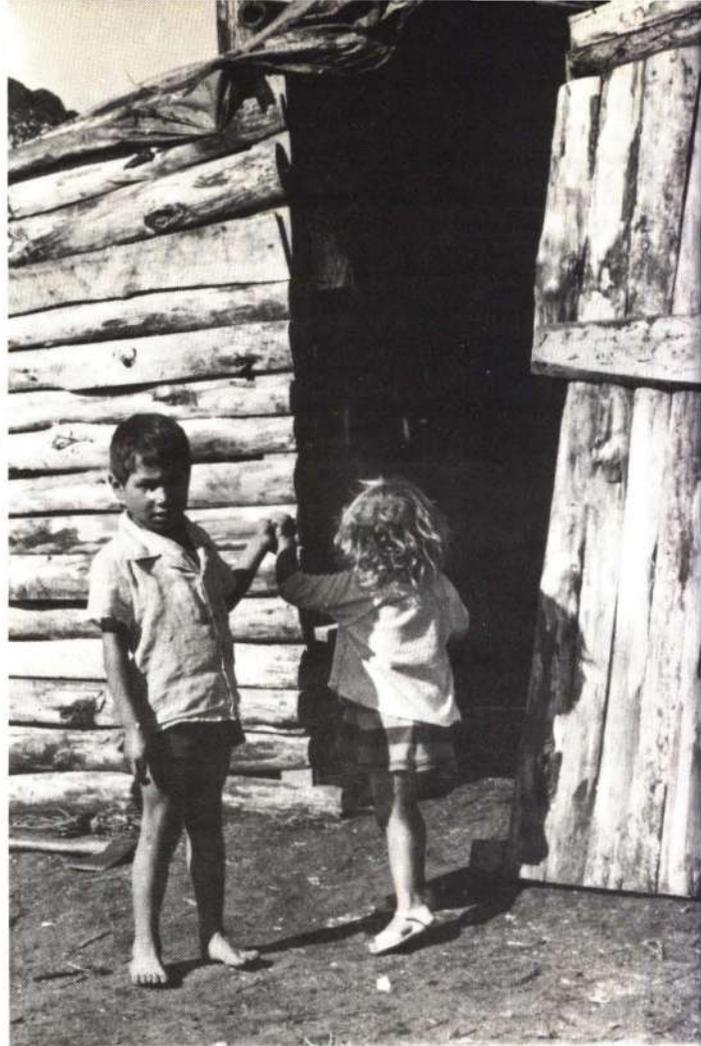
Algumas experiências de encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores já haviam sido frustradas por interferência do Estado. Nesse momento, a questão que aflorou foi a do acesso à terra. Um projeto para distribuição de terra foi elaborado, mas engavetado, em virtude das repercussões provocadas junto à classe patronal. Da mesma forma, um projeto de criação de frentes de trabalho transformou-se em letra morta.

O movimento sindical vem-se dedicando a questões trabalhistas, encaminhando dissídios coletivos segmentados conforme a vinculação dos trabalhadores a culturas diversas: cana, café e reflorestamento. Em torno dessas questões trabalhistas e de negociação para fixação de piso salarial, alguns ensaios de greve ocorreram, mas não havia um trabalho de mobilização que lhes desse sustentação.

## ● A criação da casa dos Trabalhadores

Frente a toda essa situação, a CPT resolve inverter o trabalho, voltando-se para a organização dos trabalhadores de forma mais localizada e abandonando a proposta de articulação de cima para baixo. O Município de Apucarana foi escolhido porque já havia tentativas de organização dos trabalhadores em torno das condições de locomoção e a reivindicação por terra já aparecia como tema das discussões.

A CPT alugou uma casa, porque os 50 trabalhadores que constituíam a comissão ligada à Igreja consideravam que era necessário um ponto de referência para eles. As reuniões, até então, eram feitas na Cúria, onde se localizava o escritório da CPT, mas havia resistência dos trabalhadores em comparecerem às reuniões naquele local. A casa representava também uma “descida” dos membros da CPT. Contava-se, assim, com um local para encontros formais e informais e, desse modo,



com um recurso que facilitaria a articulação dos trabalhadores. Foi, então, inaugurada a Casa dos Trabalhadores, com uma festa a que aproximadamente sessenta pessoas compareceram.

A partir da inauguração da Casa dos Trabalhadores foram realizados trabalhos de aproximação com os “bóias-frias”, segundo sua vinculação aos sítios, às fazendas e à criação de gado.

A experiência com os trabalhadores que se dedicavam à criação de gado não deu certo porque a cada dia eles estavam em locais de trabalho diferentes, gerando grandes dificuldades para a locomoção.

## ● As propostas de luta pela terra

As reuniões com os trabalhadores das fazendas levaram à discussão sobre a questão do acesso à terra. Esses trabalhadores têm presente na memória a relação com a terra porque foram expropriados recentemente. Além disso, já havia ocorrido um caso de ocupação em Tamaranhuns, fato que estimulava cada vez mais os trabalhadores à discussão do problema. Foram cadastradas 70 famílias interessadas na questão, tendo sido nomeada uma comissão para encaminhamento das propostas de ação.

Ao lado das discussões em torno das formas de encaminhamento, foi criada uma outra comissão de trabalhadores para estudar as possibilidades de arrendamento comunitário de uma área de terra. Essa proposta foi encaminhada ao Sindicato e até levada à Prefeitura, mas até o momento nenhuma resposta foi dada. Contudo, como essa alternativa de arrendamento comunitário tem sido praticada em outros municípios (como Santa Isabel do Oeste e Campo Mourão), há expectativa, por parte dos trabalhadores, de que a Prefeitura atenderá à reivindicação se for pressionada. Ao mesmo tempo, foi feito um levantamento das terras da região para fundamentar as reivindicações em torno do reassentamento definitivo ou do arrendamento.

### ● Uma experiência de ocupação de mão-de-obra volante

A Prefeitura de Apucarana rompeu o contrato com uma empresa para roçagem de terrenos baldios e contratou a prestação desse serviço com os trabalhadores filiados à Casa. Um trabalhador fez o contrato com a Prefeitura e os demais assumiram coletivamente a empreitada. Eles elegeram um fiscal, discutiram as condições de pagamento, as formas de adiantamento do salário e o processo de trabalho. A partir da primeira experiência, os trabalhadores ganharam a confiança do contratante (a Prefeitura), porque a tarefa foi realizada mais a contento. Além disso, com essa experiência de trabalho organizada por eles próprios, passaram a dispor de dados objetivos para discutir comparativamente as relações de trabalho sob a forma capitalista.

Através de comissões nomeadas, eles continuam procurando estabelecer novos contratos coletivos com outras empresas.

Esse grupo de trabalhadores organizou ainda uma horta comunitária na vila, utilizando-se de dois terrenos desapropriados. O produto dessa horta é apropriado pelas famílias que nela trabalham e encaminhado para a creche e para famílias que estão vivendo sob níveis de carência insuportáveis.

### ● Outras lutas e atividades da Casa dos Trabalhadores

Além da questão de acesso à terra, a Casa dos Trabalhadores vem absorvendo, através de um grupo de mulheres, as reivindicações em torno da melhoria das condições de vida. Foi criada uma creche para atender aos filhos das mulheres que trabalham como "bóias-frias". No momento, elas estão se organizando em torno de lutas pela conquista de um Posto de Saúde.

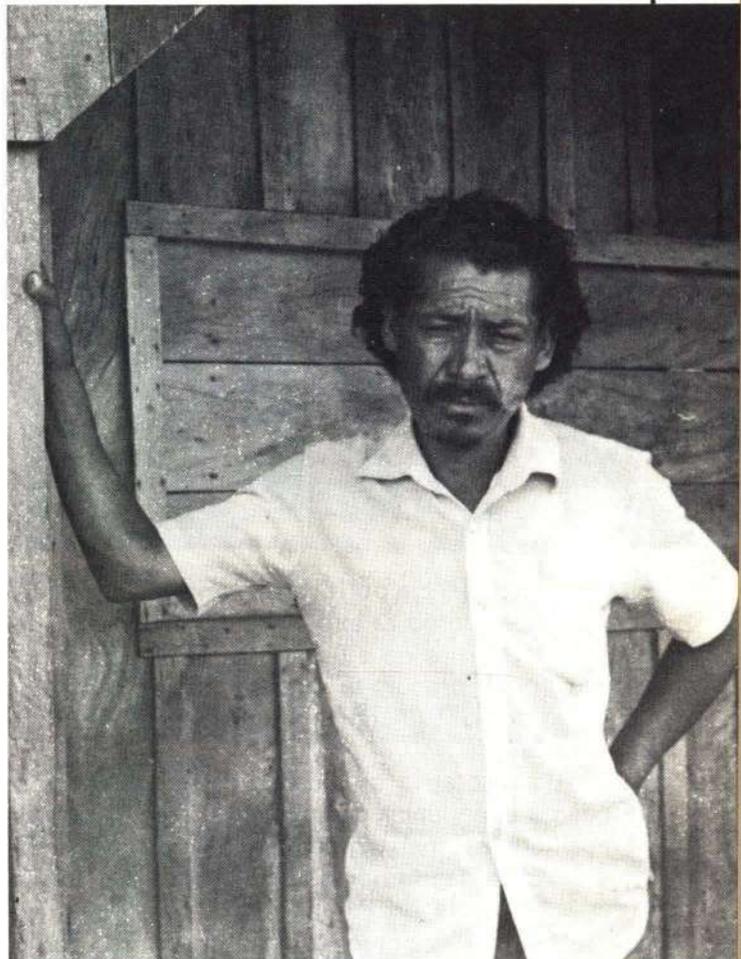
Como o prefeito havia prometido a doação de leite e soja, mas não cumpriu, foi criada uma comissão para pressioná-lo quanto a esse atendimento

e para estabelecer critérios de distribuição do leite.

Existe ainda uma outra comissão, organizada por membros das famílias que participam da Casa dos Trabalhadores, cujo objetivo é tentar a desapropriação de um terreno para a construção de uma igreja.

Além das atividades acima citadas, a Casa dos Trabalhadores oferece um curso de datilografia para jovens e cursos de crochê e bordado para mulheres. Este trabalho propicia a aproximação dos jovens e das mulheres para essa instituição.

Diariamente 50 pessoas participam de atividades ou procuram algum tipo de serviço prestado.



Esse número deve ser ampliado porque tem havido um trabalho de divulgação sobre a Casa dos Trabalhadores através do rádio, da igreja e de palestras feitas pelos membros da CPT. O objetivo dessa divulgação é estimular a criação de outras instituições congêneres em outros municípios. Essa instituição, portanto, é ponto de referência dos trabalhadores, mas também de outras instituições como Secretarias de Estado, Igreja, ACARPA, sindicatos etc.

Esses dados refletem os aspectos positivos de um trabalho de base, já que a Casa é organizada pelos trabalhadores com assessoria dos membros da CPT. Através dessas experiências pretende-se esti-



mular a consciência política em torno de discussões de questões como às experiências coletivas de trabalho, as formas de atuação dos sindicatos etc. A longo prazo, procura-se alcançar uma organização coletiva dos trabalhadores e um nível de mobilização maior.

A expectativa de alcance desses objetivos se funda na experiência desenvolvida junto à Casa dos Trabalhadores, mas também em algumas mudanças que estão se dando no comportamento dos "bóias-frias". No norte do Paraná não há grandes movimentos grevistas como ocorreram em São Paulo, mas há alguns ensaios de paralisação. Embora os sindicatos orientem suas ações pela questão legal, de encaminhamento de dissídios, essa atuação tem permitido alguma participação dos trabalhadores em face da consciência que vão adquirindo de que são assalariados. Os dissídios são encaminhados conforme vinculação dos trabalhadores a um tipo específico de produção. No caso da cultura da cana, os usineiros têm aceitado discutir com os trabalhadores através dos sindicatos, fato que não ocorria anteriormente. No Município de Jandaia houve uma paralisação dos trabalhadores porque as usinas baixaram o preço do metro da cana cortada de Cr\$ 30 para Cr\$ 19. Com a paralisação, os usinei-

ros voltaram a pagar o preço anteriormente acordado.

Esses fatos têm apontado para algumas mudanças em termos da organização e participação dos trabalhadores e criado expectativas de que as formas de luta possam ser mais efetivas.

## ● Debates

BRAGHETTO — *Até que ponto essa experiência constitui um trabalho de base, na medida em que não ficou claro na exposição se a Casa dos Trabalhadores surgiu de uma necessidade dos trabalhadores ou da CPT para ir ao encontro deles?*

JORGE CANTOS — Essa experiência não surgiu da base porque os trabalhadores não tinham organização. Decorreu de uma proposta da CPT, como tentativa de viabilizar um trabalho de organização dos trabalhadores. Contudo, a Casa dos Trabalhadores não pode ser considerada uma imposição porque durante todo o processo de criação e instalação alguns trabalhadores participaram ativamente. O perfil da instituição foi definido pelos trabalhadores. E não podia ser de modo diferente, porque as propostas só se concretizam se os trabalhadores as assumem. Se o trabalho político não avançou, foi porque os trabalhadores também não avançaram. A pretensão é de que um trabalho político mais amplo possa vir como desdobramento dessa experiência inicial.

RICARDO — E preciso lembrar que as formas de organização estão relacionadas a movimentos sociais da própria sociedade civil. O sindicalismo não é a única forma de organização dos trabalhadores, embora as outras experiências devam propiciar o fortalecimento dos sindicatos, uma vez que dependem da dinâmica do movimento sindical.

CLÁUDIO — *De que forma se mantém a Casa dos Trabalhadores?*

JORGE CANTOS — A Casa é sustentada pela CPT. Ela ainda não se constituiu como sociedade civil, não podendo estabelecer convênios. Ela tem-se organizado a partir das questões e problemas que vão surgindo e através de um trabalho de mutirão, onde as comissões vão-se constituindo para enfrentar este ou aquele problema. A idéia é de que um dia ela possa se constituir como associação autônoma, sustentada pelos próprios trabalhadores.

## ● As dificuldades de mobilização e organização dos volantes

RICARDO — *No norte do Paraná, os trabalhadores passaram a ter uma visão negativa dos direitos trabalhistas. Eles consideram que a implantação dos direitos dos trabalhadores rurais veio prejudicá-los porque são "impossíveis" de serem colocados*

em prática, gerando, então, expulsão da terra e desemprego.

Outro problema é que esse processo não se restringe à expulsão do morador de dentro da fazenda e sua incorporação mediante novas relações de trabalho. Ele se faz acompanhar de uma profunda mudança na paisagem e na cultura. A colônia, as casas, os cafezais desapareceram. No lugar dos cafezais, outras culturas surgiram, em que o trabalho humano é menos importante. Houve grande depreciação do trabalho porque as tarefas são irrelevantes. As culturas que se instalaram assim o fizeram sob intenso processo de mecanização. Ao traba-



lhador sobrou a catação dos restos de soja, o trabalho volante.

Qualquer trabalho político com esses trabalhadores, e sob tais condições, é extremamente difícil. Não que com essa afirmação eu esteja justificando posturas assumidas pela Igreja, pelo movimento sindical. Não quero com isso explicar a passividade, mas também não se pode ignorar essas dificuldades.

Ultimamente, a introdução da lavoura canieira tem propiciado a concentração dos trabalhadores. Entretanto, nem a Igreja nem o movimento sindical têm investido a fundo na organização des-

ses trabalhadores. Seja porque esse trabalho supõe o enfrentamento com os usineiros, seja porque os dirigentes sindicais mantêm relações de amizade e compromisso com eles, os trabalhadores estão sozinhos. Num dos sindicatos da região que eu mais frequento, o filho de um usineiro vive constantemente por lá.

A experiência desenvolvida pela Casa dos Trabalhadores se situa num Município onde aparecem muitos trabalhadores volantes, que são extremamente dispersos. Poucas são as fazendas nesse Município, e a maior parte das propriedades é de área pequena.

*Optando por trabalhar com os volantes e não com os trabalhadores que se acham concentrados num mesmo local, é natural que a Casa dos Trabalhadores desemboque nessas atividades de ocupação de mão-de-obra. Embora reconheça que são atividades importantíssimas, considero, entretanto, que este não seria o trabalho a ser desenvolvido com os assalariados.*

## ● Relação CPT e movimento sindical

Quero destacar, ainda, que a relação que a CPT mantém com o movimento sindical no norte do Paraná é extremamente problemática. É verdade que alguns dirigentes sindicais estão comprometidos com os patrões. Mas eu pergunto: essa razão é suficiente para explicar o incrível estremecimento da relação entre ambos? Não se pode responsabilizar apenas a CPT por não ter conseguido se impor ao movimento sindical, mas a experiência desenvolvida junto à Casa dos Trabalhadores está totalmente afastada, dissociada do movimento sindical. Diante disso, de que forma esse trabalho pode estimular a sindicalização dos trabalhadores e a organização da classe trabalhadora?

VALDIR — Creio que os debatedores vêm aceitando que é difícil levar adiante um trabalho com os volantes por causa de sua dispersão. A Casa dos Trabalhadores, no entanto, mostra que essa afirmação não pode ser generalizada, já que os volantes vêm respondendo favoravelmente.

LEÔNICIO — *As reivindicações surgidas a partir da Casa dos Trabalhadores são por equipamentos urbanos. A questão da exploração no trabalho não vem sendo levantada. Esse processo de organização passa ao largo do movimento sindical. Em que sentido pode contribuir para o avanço do processo de mobilização e organização dos trabalhadores?*

VALDIR — Não creio que as associações, mesmo tendo personalidade jurídica, possam atraparalhar o movimento sindical porque elas são mais livres, propiciando maiores alternativas aos trabalhadores. Há sempre uma mistificação do sindicato e

da legislação trabalhista nessas afirmações, que os definem como o movimento prioritário. Essas organizações paralelas podem operar em oposição ao sindicato para expulsar dirigentes comprometidos com o sistema. O objetivo dessas organizações não é a criação de um sindicato paralelo ou superar o movimento sindical. A partir das discussões travadas nas associações, os trabalhadores e seus familiares podem ter mais clareza a respeito do processo de exploração a que estão submetidos e se organizarem para obter melhores condições de trabalho e de vida. A partir dessas experiências, eles podem se dirigir ao sindicato para exigir a realização de assembléias, de negociações coletivas, a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista. De modo geral, dentro do sindicato também está o chefe político local, o empresário, o político do PDS, o delegado regional do trabalho, que reprimem qualquer manifestação dos trabalhadores. Por isso, creio que a experiência realizada na Casa dos Trabalhadores, desde que assegure ao trabalhador a possibilidade de decidir, gerir, dirigir, fazer programas, pode ser frutífera em termos de organização política.

## ● A questão da autonomia do movimento

**VILMA** — *É muito discutível que essas associações tenham maior autonomia, pois a dependência financeira que mantêm frente à CPT pode oferecer problemas.* Por outro lado, é inegável que a Casa dos Trabalhadores é importante em termos da mediação que exerce entre a nucleação dos trabalhadores e a vida cotidiana, a luta pelos equipamentos urbanos, a vida familiar e a avaliação das formas de atuação dos dirigentes sindicais. Mas, tudo isso pode ser prejudicado pelo problema da dependência das fontes de suprimento financeiro.

**JORGE CANTOS** — *Os trabalhadores têm planejado e organizado uma série de atividades e formas de participação que assegurem o acesso independente dos recursos financeiros, como as contribuições, as mensalidades e a realização de quermesses.* Através desses recursos (depositados em caderneta de poupança), eles têm autofinanciado viagens para a exposição de suas experiências e divulgado as finalidades da Casa dos Trabalhadores, de modo a obter maior respaldo político. Na medida em que eles enfrentam essas dificuldades, as idéias e soluções vão surgindo.

**FERNANDO** — Acho que o Valdir está certo quando diz que não se deve mistificar o sindicato, porque ele não se limita a um espaço físico. O sindicato deve estar na base, nas pontas de rua, espaço social sobre o qual deve atuar. Além disso, conforme o III Congresso dos Trabalhadores Rurais, o sindicalismo não é a direção sindical. O trabalho de



envolvido pela Casa dos Trabalhadores não exclui a perspectiva de encaminhamento desses trabalhadores para o movimento sindical. Por exemplo, se eles vão a uma reunião no sindicato, podem pensar nas questões que vão encaminhar. Após a realização da reunião, podem debater o encaminhamento das propostas e as posições assumidas.

**ORLANDO** — O problema não é tão simples. Na medida em que se critica a subordinação e o atrelamento do movimento sindical ao Estado, o mesmo deveria ser feito em relação a associações desse tipo que também estariam subordinadas a controles parecidos.

**CLÁUDIO** — A criação de associações sem reconhecimento legal tem a vantagem do distanciamento. Dessa posição, não precisam apresentar balanços, relatórios, não precisam ter CGC, enfim, podem se livrar de todos esses processos de controle.

Segundo esclarecimentos do expositor, a administração da Casa é feita por agentes da CPT, embora as atividades e programas sejam elaborados com a participação dos trabalhadores. De início havia uma coordenação geral. Posteriormente, essa coordenação foi descentralizada entre os representantes das diversas comissões: de emprego, do curso de datilografia, do grupo de mulheres, etc.

**RICARDO** — Considero positivo que haja uma divisão clara entre os agentes e os trabalhadores porque, de modo geral, nos trabalhos da Igreja, há confusão entre esses papéis, que facilita a manipulação, justamente porque pretende desfazer uma desigualdade que existe de fato. Se a diferença é

assumida abertamente, as possibilidades de manipulação diminuem. É preciso enfrentar essa relação agente social-trabalhador como problema: por exemplo, quais são as possibilidades de transformação da Casa dos Trabalhadores na casa deles mesmos?

## ● O caráter das reivindicações

MARIA EMÍLIA — Creio que essa questão deve ser pensada, levando em conta a compreensão de fatores que assegurem a legitimidade da Casa frente aos trabalhadores. Será que os trabalhadores consideram este espaço legítimo apenas para a discussão dos problemas do bairro, da falta de equipamentos urbanos ou também para as questões pertinentes às condições de trabalho? Pode-se supor que alguns desses trabalhadores que freqüentam a Casa estejam participando de lutas de resistência, ainda que simples, nos locais de trabalho. Por vezes, a luta de classes se manifesta nas formas "mais elementares". Essas questões são trazidas para o debate na Casa? Os agentes da CPT conhecem essas formas "surdas" de luta? Essa questão é importante, porque a tendência é se eleger apenas algumas formas — a greve, atos que se tornam públicos — como aquelas capazes de explicar o nível de consciência dos trabalhadores.

Avaliando essas outras formas de luta e correlacionando com a questão da legitimidade da Casa, pode-se melhor compreender questões já colocadas como as referentes ao paralelismo frente ao movimento sindical e ao desdobramento dessa experiência em termos do processo de organização da classe trabalhadora.

Não estariam esses trabalhadores identificando a Casa como uma associação de moradores, apenas como espaço para lutas de acesso a equipamentos urbanos? Não estou com isso subestimando essa forma de luta, mesmo porque os volantes atualmente residem em bairros da periferia das cidades e enfrentam esses problemas.

Acho que a reflexão sobre essas questões possibilita ao agente uma compreensão melhor do real espaço social que a Casa representa.

## ● Sobre a preparação do assessor

LÍGIA — Um fator que qualquer agente ou promotor de projetos deve dar a devida atenção é a pressa em se fazer coisas e superar o tempo perdido. A gente sabe que a história não espera por nós e começa a andar depressa demais. Mas é preciso que se conheça um pouco mais a realidade onde vai intervir. Nos 6 meses de experiência da Casa dos Trabalhadores, inúmeras atividades foram desenvolvidas. **Se existe dispersão dos trabalhadores volantes, esse seria o local ideal para a instalação dessa**

**casa? os volantes estão sendo atingidos? O trabalho se encaminha para desembocar no movimento sindical, ainda que se leve em conta toda a relativização já apontada nessa discussão a respeito do sindicato?**

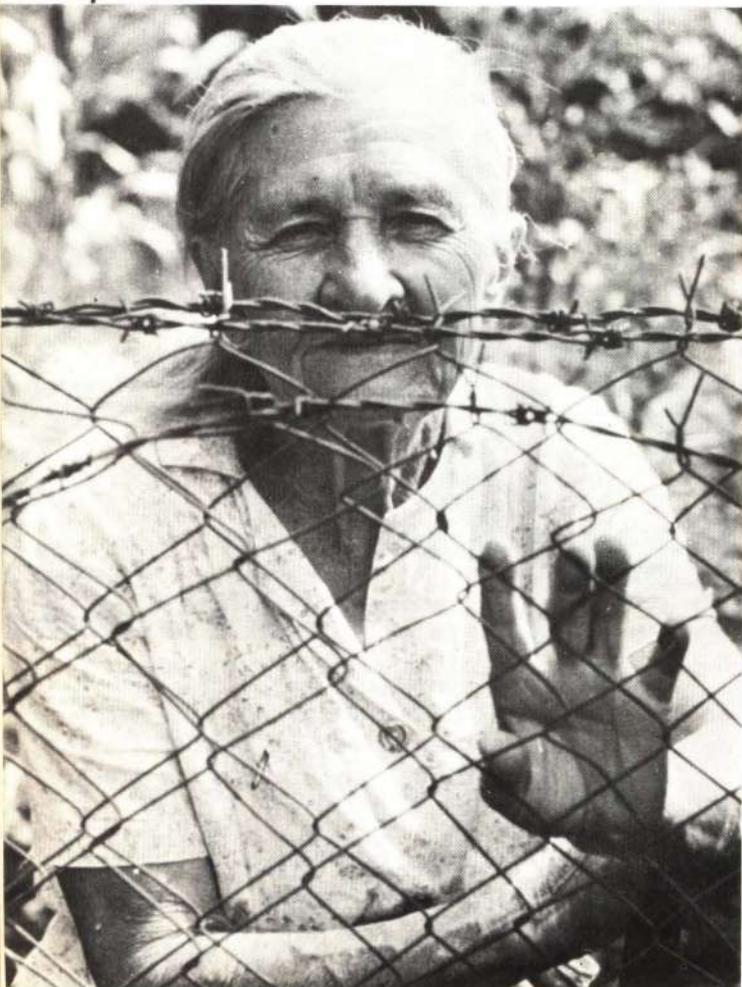
JORGE CANTOS — Creio que os companheiros estão sendo muito severos e exigentes, esquecendo-se que se trata de uma experiência de apenas 6 meses. A CPT não conta com pesquisadores para fazer esse estudo sobre a realidade. A proposta é de avaliação constante do trabalho, é de reelaboração, de modo a superar as dificuldades.



BRAGHETTO — Essa experiência está servindo como pretexto para se trazer à tona uma série de questões que afligem a todos os debatedores. Não se trata, portanto, de colocar a Casa dos Trabalhadores na berlinda. O importante é discutir a questão colocada pela Lígia sobre a pressa dos agentes em acelerar o processo. Quando da criação do Sindicato de Dourada (São Paulo), de repente, os trabalhadores passaram a me fazer cobranças sobre a instalação do sindicato. Eu achava que ainda não era o momento de fundá-lo, mas os trabalhado-

res empurravam porque, de certo modo, o trabalhador é imediatista. Começa hoje e amanhã já quer ver a coisa pronta. Muita discussão, muita reunião não é com eles. E o agente fica num impasse. Se cede, corre o risco de criar uma instituição que amanhã está na mão de um pelego. Se segura, está dirigindo. Como agente, eu tinha clareza de que não era o momento. Deveria haver mais discussões sobre a função do sindicato. O nível de consciência dos trabalhadores ainda era fraco. Hoje, percebo que aquelas previsões estavam corretas. O sindicato está passando por uma série de dificuldades de organização e para enfrentar a burocracia. Em São Paulo, um conjunto de sindicatos está sendo fundado assim. Essa questão me preocupa muito e gostaria que ela fosse mais aprofundada em nossa discussão.

LEÔNICIO — A leitura do texto que relata a fundação do sindicato apresentada por Braghetto, de fato passa a impressão de que ele foi fundado às pressas. Faltou um trabalho de assessoria, o acompanhamento de algum sindicato vizinho que pudesse assegurar um pouco mais de maturidade. Além disso, o agente deixou o sindicato abandonado, em virtude de outros compromissos. Até que ponto houve trabalho de base? de preparação do pessoal?



Essa pressa é sempre arriscada porque, na medida em que a experiência não dá certo, propicia avaliações negativas dos próprios trabalhadores, que terminam considerando que são incapazes para levar avante suas lutas, para criar um sindicato.

BRAGHETTO — *Creio que muitas das dificuldades surgidas no trabalho do agente devem-se ao seu despreparo: ele não conhece suficientemente a realidade sobre a qual vai atuar e não dispõe dos materiais mais adequados. A formação do sindicato é uma proposta, mas quais são os métodos passíveis de serem utilizados para que ela possa ser concretizada?* Considero este um ponto fundamental que deve ser aprofundado durante esses debates para que realmente o trabalho do agente possa ser aperfeiçoado.

VILMA — As reivindicações que os trabalhadores levam à administração (da Casa dos Trabalhadores) estão ligadas às lutas da classe, o que constitui um processo mais amplo do que o aumento do salário ou as formas de encaminhamento da campanha salarial, do dissídio coletivo. Os problemas que os trabalhadores enfrentam abrangem a ausência de uma infra-estrutura nos bairros onde residem, como o abastecimento d'água, no caso de Guariba. Por que, então, questionar essa prestação de serviços oferecida pela Casa dos Trabalhadores e a alternativa que cria para encaminhamento das reivindicações?

A questão a ser colocada é se os assessores educacionais não deveriam levar em conta todas essas reivindicações e formas de luta. Além disso, creio que essas outras experiências não são excluídas em relação às formas de atuação do sindicato. **Como impor a valorização do sindicato a trabalhadores que não estão legitimando essa instituição, em virtude de não concordarem com sua forma de atuação?** As ligas camponesas, por exemplo, nasceram à margem dos sindicatos.

CLÁUDIO — No Estado da Bahia ocorreram casos em que os trabalhadores criaram associações como forma de se contraporem a alguns sindicatos que estavam tutelados pelo PDS. Ou seja, **as duas iniciativas podem coexistir, embora as associações devam funcionar como instituições de apoio ao movimento sindical.**

### ● Casa dos Trabalhadores: paralelismo sindical?

HÉLIO — Por que classificar as experiências que ocorrem paralelamente ao sindicato como "alternativas"? Alternativa a quê? O que está em jogo é um paralelismo. *A luta de classes é algo real e não alternativo. Se os sindicatos não estão atuando a contento, eles devem ser questionados de dentro e não abandonados em nome de experiências alterna-*

*tivas, paralelas.* Essa postura termina por atrapalhar o movimento sindical.

**LÍGIA** — De modo geral, o assessor educacional tem muita pressa em relação aos resultados do seu trabalho, em vez de imediato as mudanças econômicas e políticas em pleno curso. Isso vai, muitas vezes, de encontro ao ritmo e às condições de encaminhamento das lutas pela base. Essa postura tende a estimular a dependência do trabalhador. Como o trabalhador vê a Casa dos Trabalhadores: a sua casa, a casa do padre? Não estaria a Casa dos Trabalhadores propiciando mais um laço de dependência e prejudicando o movimento sindical? **Todas as atividades provocam o aumento do nível de consciência dos trabalhadores? Para não se criar paralelismo é preciso que o aumento do nível de consciência social dos trabalhadores seja uma preocupação constante, bem como a articulação dessas experiências com o movimento sindical.**

**JORGE CANTOS** — É preciso não esquecer que a fundação da Casa dos Trabalhadores visava à criação de um ponto de referência, um lugar de encontro, de troca de experiências. **Se os trabalhadores nesses encontros optam por creches ou por cursos de datilografia, é porque seu nível de cons-**

**ciência valoriza ainda esses serviços, expressando, portanto, seus interesses concretos. Acho que o trabalho político tem que partir das reais necessidades dos trabalhadores, independentemente deles agradarem ou não ao agente educacional.** A presença da CPT na administração da Casa visa facilitar as ações dos trabalhadores e na medida em que estes decidem as atividades e suas formas de encaminhamento, aquela presença tende a ser minimizada. Os trabalhadores, num primeiro momento, vêm na Casa dos Trabalhadores um local onde podem arranjar emprego ou receber assistência social. Num segundo momento, percebem que ali podem se reunir, organizar atividades, discutir os seus direitos e formas de luta. Aos poucos, portanto, eles vão entendendo as características da Casa.

A preocupação com uma avaliação constante desse desempenho está presente entre os assessores educacionais. Mas a consciência de classe se dá no processo de luta, a partir de uma prática questionadora. Assim, não consigo perceber, como querem alguns debatedores, no que a Casa dos Trabalhadores pode atrapalhar o encaminhamento do processo de luta e o melhor desempenho dos sindicatos.



# REPENSANDO AS EXPERIÊNCIAS



- A construção social da identidade dos assalariados
- Luta por terra x Luta por salário
- A relação entre assessoria e trabalhadores
- O movimento sindical e alternativas de organização dos trabalhadores.

Estes foram os principais temas que afloraram durante o debate sobre as experiências de luta e organização dos assalariados rurais.

Embora esse debate esteja aqui registrado, distinguindo separadamente cada um dos temas, eles se interpenetraram. Dessa interpenetração, a mais evidente diz respeito aos problemas decorrentes da coexistência de visões diferentes sobre o processo de organização dos trabalhadores. Por isso, os debates sobre a relação entre movimento sindical e formas alternativas de organização dos trabalhadores foram mais polarizados e inseridos na discussão dos demais temas.

## Construção social da identidade dos assalariados



Como a instabilidade e mobilidade desses trabalhadores e suas condições degradantes de vida e trabalho influem na construção social de sua identidade? Esta foi a questão que desencadeou o debate neste momento do Seminário.

### ● Identidade social: Uma categoria econômica?

CÂNDIDO — Minha preocupação é com os rumos do processo de construção social da identi-

dade e da consciência coletiva. A identidade que está sendo criada é a do camponês que luta pela terra? ou é a do assalariado? Como essas diferentes lutas vão se somar para obter maior eficácia política?

RICARDO — Creio que as concepções e expectativas dos trabalhadores a respeito de seu futuro deveriam ser melhor explicadas. A construção de uma identidade social é bastante problemática na medida em que os volantes, bóias-frias, sem-terra se submetem a uma vida desgraçada, degradante, pior que a situação do trabalhador urbano. Como é pos-

sível a construção de uma identidade de classe sob tais condições?

**LEILAH** — *A identidade social não é uma categoria econômica, mas, sobretudo, ideológica, cultural e política. O processo de expropriação é condição necessária para a construção de uma identidade de assalariado, mas não é suficiente.* A existência de condições de vida comuns constitui a base para que se processe a criação de identidades sociais. Por isso, o trabalho com "bóias-frias", volantes, se torna difícil. A percepção da vivência de experiências comuns de vida, da submissão ao mesmo tipo de exploração forma a base para construção de uma consciência política.

**LÍGIA** — Não creio que os lavradores se aceitem como lavradores porque vivem negando essa forma de inserção na produção para os filhos. Dizem sempre: — Meu filho, você vai estudar para não ser como o seu pai.

**LEÔNCIO** — O problema não se reduz a esse aspecto mencionado pela Lígia, porque em todas as profissões os pais podem desejar que os filhos não se submetam às condições negativas que eles sofreram. Os fazendeiros também dizem para os filhos estudarem, para não serem como eles.



**VALDIR TONIATO** — Em Conceição da Barra (ES), tínhamos dificuldades para reunir um grande número de pessoas. Quando a questão da reforma agrária e da terra foi colocada, o número de trabalhadores que passou a participar cresceu significativamente. Ou melhor, a percepção de pertencer à mesma situação social depende das questões que estão sendo encaminhadas.

A composição da força de trabalho assalariada no Espírito Santo é muito recente. Os trabalhadores não conseguiram acumular experiências capazes de melhorar suas condições de luta e organização. As novas lideranças sindicais são também muito recentes. As mais combativas surgiram em 79/80 em Colatina; no final de 81 em Linhares e no final de 82 em São Mateus. Em Conceição da Barra, uma chapa de oposição concorreu em 1982 mas só conseguiu 30% dos votos. Os sindicatos estão muito atrelados ao PDS e tentam sufocar qualquer movimento, qualquer esforço que ultrapasse a mobilização para eleições sindicais. O PDS é um aliado forte dos empresários. O PMDB é representado pelos latifundiários. Não há diferença entre os dois partidos. O PT está tentando se organizar ainda. Faltam lideranças e apoio para o movimento dos trabalhadores.

O trabalho de aproximação com os bóias-frias, especialmente ligados à cultura do café, é muito difícil. Deslocam-se de fazenda em fazenda e os fazendeiros possuem um verdadeiro exército privado. Qualquer pessoa que quiser entrar na área da fazenda para se aproximar dos trabalhadores corre um risco muito grande. Além disso, esses bóias-frias são muito flutuantes.

Há uma dificuldade muito grande para renovação de quadros. Falta uma infra-estrutura, recursos financeiros para uma ação mais ampla. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo tem uma composição dividida. O Conselho de Representantes conta com 25 membros identificados com formas de ação assistencialistas e 8 membros que desejam renovar, melhorar a atuação do sindicato, de modo a melhor atender aos interesses dos trabalhadores. A organização dos trabalhadores é muito difícil, embora eles vivam sob uma situação de exploração.

A Igreja tem prestado uma colaboração bastante grande também, através da Pastoral de São Mateus. A CPT tem mantido dois técnicos e a FASE, um assessor educacional.

O trabalho de organização dos trabalhadores é muito incipiente. Estamos, especialmente a partir de 1982, iniciando um processo de discussão com pequenos grupos. Temos discutido o bê-a-bá, esclarecendo sobre os direitos, através do material oferecido pela CUT, recentemente criada no norte do Estado.

## ● Mediação política na construção da identidade

LEILAH — A identidade social não é um atributo econômico, mas tem base econômica. Não é possível que o trabalhador construa uma identidade de camponês se não tem essa experiência social. As identidades sociais são construções de cunho político e ideológico. Um exemplo interessante para se entender essa construção é o fato de os trabalhadores rurais de São Paulo aceitarem a denominação de "bóia-fria" e os do Nordeste reagirem, identificando-se como "clandestino". Essa aceitação ou rejeição tem a ver com as experiências de luta e com a elaboração de uma identidade. A autodenominação de "clandestino" acentua o fato de serem apropriados dos seus direitos.

Se os trabalhadores fazem sua história e nesse processo constroem sua identidade, essa elaboração depende de mediação política. As organizações às quais estão filiados ou referidos são importantes nessa mediação. Eu tenho dificuldades de entender a construção da identidade considerando apenas as relações de trabalho e a vinculação da organização da produção. Várias são as formas de existência dos trabalhadores e elas têm importância. Mas a construção da identidade depende da intermediação das instituições, ressaltando aí o papel do assessor educacional.

CÂNDIDO — *Creio que a construção da identidade está relacionada à criação de uma unidade para as lutas. Elas podem ser unificadas pela oposição aos mesmos adversários: os capitalistas e o Estado. Se a construção da identidade se elabora na oposição, é importante que a gente compreenda como os trabalhadores elaboram essa oposição. A percepção dessa oposição em algumas formas de luta se torna mais difícil, como é o caso da luta pela terra.*

No caso das lutas pelo salário, a oposição está clara, o adversário é mais facilmente identificável, é o patrão. Na luta pela terra, ele se opõe ao jagunço, que é testa-de-ferro de interesses de vários outros agentes. Por isso, acho importante o trabalho de mediação política das instituições na elaboração dessa oposição. Este trabalho, contudo, enfrenta uma série de dificuldades no caso das lutas pela terra e de trabalhadores volantes, bóias-frias, que consideram sua situação passageira, como foi acentuado aqui pelos expositores.

CLÁUDIO — *Essa instabilidade e mobilidade do trabalhador não se deve apenas às perspectivas que os trabalhadores têm, mas à forma do capital operar, às formas de exploração que estrategicamente os capitalistas se utilizam. É papel do sistema capitalista destruir essas identidades, dividir, mostrar as diferenças. Como foi apontado no caso da agroindústria canavieira, os usineiros eliminam*

os trabalhadores antigos e buscam trabalhadores novos para manter a mesma situação de transitoriedade da força de trabalho.

ARY — Por tudo o que já foi dito, parece-me que é importante, nessa construção de identidade, a consciência do poder da organização por parte dos trabalhadores. É preciso que eles tenham claro que têm poder e devem exercê-lo. Para isso é importante que disponham de instrumentos e de capacidade de análise para compreender o processo, na medida em que as lutas avançam. Nesses termos, o papel das entidades é fundamental. **Concretamente, o que se percebe é que nem todo movimento dos**



trabalhadores e atuação das entidades levam à construção da identidade. Será que na prática a CONTAG, atrelada ao Ministério do Trabalho, contribui para isso? Acho que não basta considerar que as instituições devem ser mediadoras dessa construção de identidade, mas também que elas manipulam esses trabalhadores. Frente a essa situação, considero que a saída é um movimento popular forte. Caso contrário, terá que se esperar o desatrelamento dessas instituições.

A grande tarefa a ser enfrentada é o fortalecimento da sociedade civil; é a participação num processo de reestruturação das mais diversas formas de

luta e de organização que assegurem a existência dessa sociedade civil. A reconstrução da sociedade civil permitiria aos indivíduos resgatar sua identidade de cidadãos e se contrapor ao sistema de dominação. Caso contrário, de que adiantam as experiências aqui relatadas, que visam organizar os trabalhadores, se eles não podem avançar politicamente, ocupando espaços e se contrapondo ao sistema de dominação?

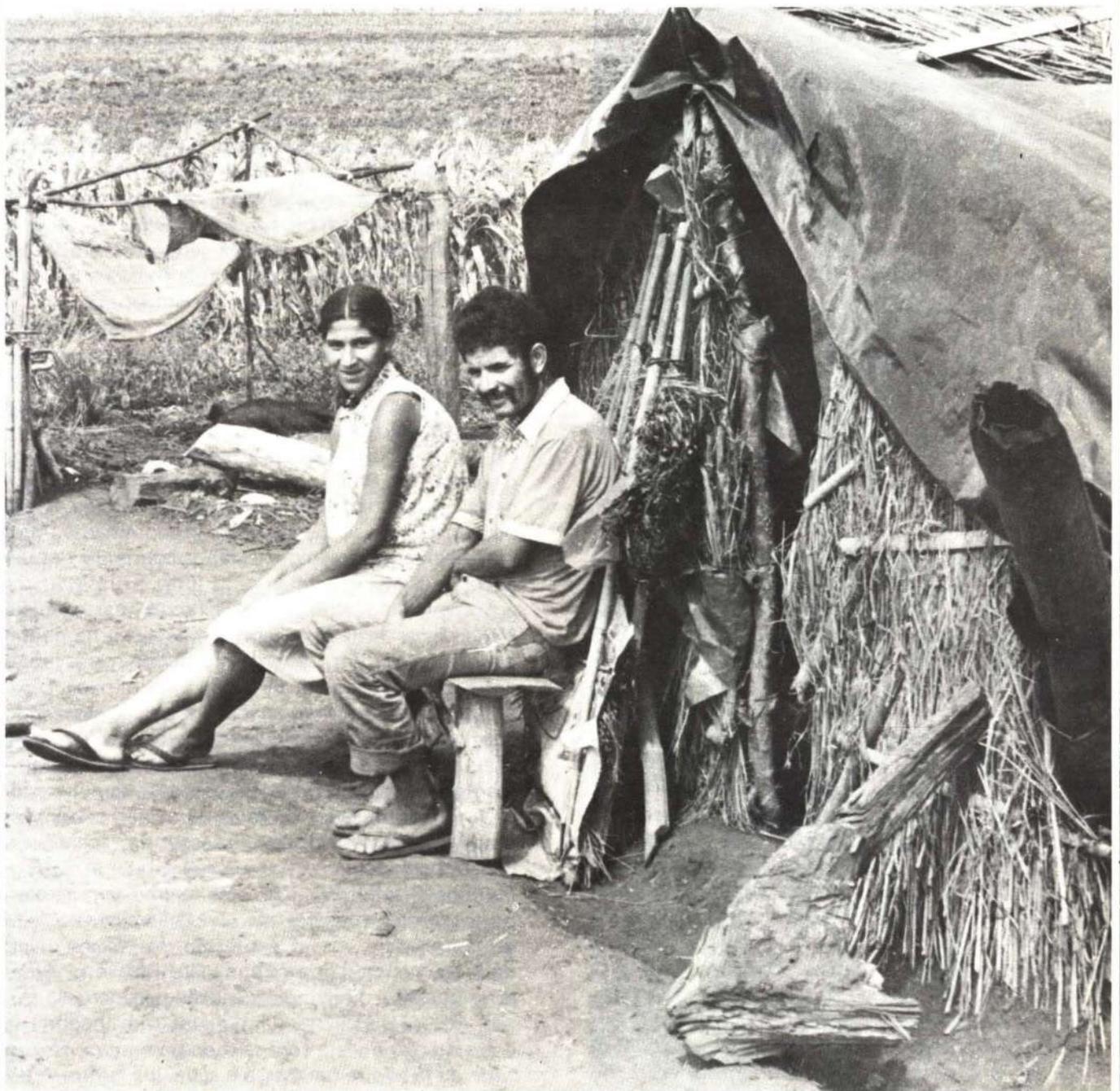
**HÉLIO** — Acho que o Ary tem razão. O espaço que os trabalhadores devem conquistar é aquele possível de ser ocupado pelo sindicato. Os trabalhadores devem ser encaminhados para os seus sindicatos. Esses movimentos paralelos, essas organizações que competem com o sindicato levam à divisão de forças dos trabalhadores. Se a proposta é estimular o avanço político da classe, então deve-se encaminhar os trabalhadores para a discussão das questões sindicais, dos limites dessa instituição, da melhor forma dela atuar, mas dentro do sindicato. A questão da manipulação não é específica dos sindicatos

(da CONTAG), porque estão atrelados ao Ministério do Trabalho, como foi dito aqui. Qualquer instituição, qualquer agente educacional manipula porque tem sua proposta política. A própria Igreja é muito manipuladora. O caminho, a meu ver, é a participação direta no sindicato e não organizar fora os trabalhadores para depois encaminhá-los para o sindicato. Mas, o problema maior é criar um sindicato combativo.

Qual o saldo, até o momento, do movimento sindical em termos de organização dos trabalhadores? Como chamar a si todas as lutas se o sindicato contribui pouco para a organização dos trabalhadores? Por tudo o que já foi discutido, em termos muito gerais sobre a construção de identidade, penso que a gente poderia discutir concretamente, nas lutas cotidianas, como é possível contribuir para a construção da identidade, canalizar grupos concretos com os quais trabalhamos para o movimento mais geral dos trabalhadores, para o processo de organização da classe trabalhadora.



## A luta pela terra X a luta por salário



O debate sobre a relação da luta pela terra e a luta por salário foi introduzido por Hélio Neves quando informou que *“num encontro realizado entre trabalhadores rurais de São Paulo para avaliação das greves, do cumprimento dos acordos, do nível de desemprego, a maioria concluiu que essas formas de luta são transitórias, intermediárias. Para esses trabalhadores, a luta por salário, pelo cumpri-*

*mento da legislação trabalhista são importantes, mas as conquistas obtidas não são suficientes para o rompimento do sistema de dominação. A única luta capaz de mudar a situação do trabalhador é a do acesso à terra, possível somente quando os trabalhadores de fato se organizarem politicamente.”*

Essa intervenção surpreendeu os participantes do seminário porque, de modo geral, perceberam



que só os trabalhadores mais antigos, que tiveram uma experiência de posse ou propriedade de terra, levantam essa questão. Segundo esses participantes, trabalhadores bóias-frias de segunda ou terceira gerações, os mais jovens, raramente apresentam a expectativa de acesso à terra. Estão mais atentos à questão salarial.

Vamos, pois, ao debate que se desencadeou.

ORLANDO — *No Nordeste, na região de produção de açúcar, já se constituiu um segmento de capitalistas agrários e a grande massa de assalariados correspondente está mais interessada nas lutas por melhores salários. No Agreste, onde há um processo de proletarização pela pecuária, os trabalhadores estão mais relacionados com os problemas da propriedade e posse da terra.* Ali, em qualquer discussão sobre melhoria de salário, a questão da terra está presente. Essa diversidade de perspectivas de encaminhamento das lutas tem que ser levada em conta pelos assessores educacionais. Mas as lutas dos assalariados por melhores condições de trabalho podem ser vistas como instrumental para a organização dos trabalhadores e não exclusivamente em relação àquelas que visam ao acesso à terra. O problema que se coloca é como canalizar formas de

luta tão diversas em termos de um movimento nacional.

HÉLIO — Em São Paulo também há uma diferenciação de lutas. Nas regiões onde o capital está se consolidando e o camponês está sendo expulso, a luta tem-se orientado pelo desejo de retomar o acesso à terra. Na Região de Ribeirão Preto, onde há bóias-frias da segunda ou terceira gerações, o pessoal mais jovem não se refere à questão da terra. A bandeira da reforma agrária não dá para ser colocada aí. Mas tudo isso é relativo, porque a própria luta por salários e suas contradições levam os trabalhadores a perceberem os limites desse encaminhamento. Um bóia-fria de Guariba, que recebeu um tiro por ocasião da greve, declarou que sofrer tanto para mudar só um pouquinho não vale a pena. Portanto, certos tipos de luta com muito sofrimento e poucos ganhos permitem perceber que a forma de encaminhamento tem que ser mudada.

CLÁUDIO — É fundamental compreender o movimento mais amplo dos trabalhadores, na conjuntura política atual. Parece que, até o momento, a questão da luta pela terra tem sido colocada onde a implantação de relações capitalistas está se iniciando, onde os camponeses estão sendo expropriados da terra. Na Bahia, na região produtora de cacau, onde o assalariamento é um processo antigo, a luta pela terra não se dá de forma predominante. Mas, os trabalhadores sempre estão procurando um pedaço de terra. Atualmente, as lutas entre jagunços e posseiros têm sido violentas, com 9 mortes só em 1983. Esses lavradores em luta estavam na periferia da cidade. Por isso, mesmo nessas regiões mais antigas, o problema da terra não foi eliminado. Digase de passagem que nas regiões onde estão ocorrendo conflitos de terra, dois dos sindicatos travaram uma luta, em grande parte vitoriosa, visando ao pagamento de diferenças salariais, descanso remunerado.

Por outro lado, os educadores não podem ter uma visão tão estreita do processo de organização dos trabalhadores. A exploração à qual estão submetidos é total. Por isso, eles reivindicam escolas, posto médico, creches etc. Isso não significa falta de consciência, mas é expressão dos vários níveis onde se concretiza a exploração. Portanto, todas essas questões e reivindicações são pertinentes.

BRAGHETTO — Para alguns trabalhadores, a volta à terra é vista com sentido pejorativo, em virtude de lá não se ter acesso à água, luz, enfim, a determinados serviços urbanos.

## ● Significado da luta pela terra para os assalariados

MARIA EMÍLIA — A luta pela terra e pelo salário de fato não são iguais. Essas diferenças decorrem das variadas formas de inserção dos trabalhadores na organização social da produção.

Pode-se perceber que, de modo geral, a reivindicação por terra está presente entre camponeses, proprietários recentemente expropriados, trabalhadores assalariados, mesmo entre os jovens. Mas seria interessante discutir se a visão que esses segmentos têm do acesso à terra é a mesma. A pergunta que fica para mim é como eles colocam essa questão. Se são diferentes visões, como elas podem ser articuladas tendo em vista um movimento mais geral. *Será que para o trabalhador da agroindústria canavieira falar em acesso à terra inclui também a usina, isto é, todo o conjunto dos meios de produção? Ou significa acesso a um pedaço de terra para cada família?*

De modo geral, de forma explícita ou implícita, os documentos da Igreja existentes a respeito colocam uma oposição entre a luta pelo salário e a luta pela terra. A luta por melhorias salariais não tem a perspectiva de transformação social profunda, porque só acena para algumas melhorias nas condições de vida do trabalhador. Partindo desse pressuposto, chega-se à seguinte conclusão: a luta dos assalariados é reformista. Em contrapartida, a luta pela terra significa expropriar o expropriador e, assim, aparece como mais revolucionária. A análise desse discurso é importante porque parece não estar restrita à ideologia da Igreja. Está, também, presente entre os trabalhadores, como já foi aqui apontado: a luta pela terra é que permite a eliminação de formas de exploração e a recuperação da autonomia do produtor. Dentro dessa perspectiva, para acabar com a exploração, o trabalhador (proletariado) teria que mudar de classe. Mas será isso possível?

Nesse ponto, eu concordaria com a visão de que a luta pela terra deve incluir a luta pela propriedade coletiva dos meios de produção. Afora isso, a separação entre as duas formas de luta vai permanecer. Mas, **uma luta que ao se referir ao acesso à terra englobe também os demais meios de produção não aparece entre os assalariados hoje, porque só será possível quando eles estiverem em outro nível de consciência e de organização política.** O documento de Itaici, por exemplo, saiu pela tangente nessa questão. O problema dos assalariados está praticamente ausente nesse documento. E ele precisa ser enfrentado. A bandeira da reforma agrária hoje parece estar excluindo os assalariados. Politicamente, essa é uma questão muito séria.

**HÉLIO** — Num encontro de assalariados rurais da Região de Ribeirão Preto, onde estavam presentes 26 sindicatos e cerca de 300 trabalhadores rurais, a grande decisão foi a luta pela terra. Mas essa solução não foi pensada como imediata. Considerou-se que muitas lutas anteriores devem ser encaminhadas visando alcançar a organização política dos trabalhadores e resolver problemas imediatos de sobrevivência. Dizia um dos trabalhadores: *"a nossa*

*luta é essa mesma, para melhorar salário, para melhorar as condições de transporte, para melhorar isso ou aquilo. Mas a grande luta é para quebrar tudo isso que está aí e fazer com que nós sejamos os nossos próprios patrões. Agora, nós não temos condição de fazer isso porque não temos unidade. Nós precisamos lutar por isso. Na medida em que brigamos por nosso salário, lutamos pela fonte geradora de nossa organização. Hoje reunimos um grupo de 300 trabalhadores e estamos decidindo que a única saída para nós é a terra. Quando a gente tiver 600, 700 e assim sucessivamente, quando chegarmos a milhares de trabalhadores de todo o Brasil, então vamos enfrentar uma luta para quebrar toda essa estrutura. Nós temos que continuar lutando pelas coisas imediatas; mas não podemos perder de vista que quando tivermos todos reunidos, temos que lutar para romper com tudo isso."* O que nos mostra que a luta dos assalariados não é uma luta reformista, que o pessoal está enquadrado no sistema e aceita as ordens do patrão, aceita trabalhar eternamente para o capital. Acho que entre a nossa categoria, dos trabalhadores rurais, a luta é diferente de certos trabalhadores urbanos, que lutam por salário e pela garantia do emprego nesta ou naquela fábrica, transformando-se em eternos empregados.



Numa outra reunião de trabalhadores, em Dobrada, onde a usina havia dispensado um grupo de trabalhadores sem pagar os direitos, nós levamos um advogado para mover ações contra a empresa. Mas os trabalhadores estavam reclamando que foram dispensados porque o patrão colocou uma máquina para cortar cana. **Então eles diziam que era preciso se organizarem para fazer cumprir os acordos de trabalho, mas também para dar um jeito de entrar nas terras da usina. Outra forma**

**dos trabalhadores demonstrarem a clareza do alvo de suas lutas é ateando fogo nos canaviais.** Discutindo esse instrumento de luta, um trabalhador dizia que não concordava com o uso do incêndio porque assim terminavam sem emprego. Ao que outro retrucou imediatamente: "Tem trabalho sim, porque queimando a cana a terra fica limpa e nós vamos plantar arroz e feijão."

Acho que uma luta não exclui a outra, mas depende da forma como é encaminhada.



## Relação entre assessoria e trabalhadores



O debate sobre este tema foi sugerido a partir de considerações sobre a necessidade de formação dos agentes de educação popular e de avaliação do trabalho que vêm desenvolvendo. Níveis do trabalho de assessoria, papel do assessor no encaminhamento de propostas foram as questões aqui privilegiadas.

BRAGHETTO — É muito importante discutir essa questão porque, muitas vezes, o agente edu-

cacional não trabalha em sintonia com os trabalhadores, demonstrando muita pressa na obtenção dos resultados. Outras vezes, o agente está mais preocupado com a organização dos trabalhadores e estes querem viabilizar formas de encaminhamento para a solução de seus problemas.

MARIA EMÍLIA — É preciso lembrar que quando discutíamos o processo de constituição da Casa dos Trabalhadores, foi ressaltado que todo o

trabalho deve desembocar ou canalizar esforços no apoio ao movimento sindical. Quanto ao trabalho desenvolvido por Braghetto, ele se iniciava com a formação do sindicato.

Associando essas duas experiências, creio que houve excesso de preocupação com a organização propriamente dita. Os agentes educacionais deveriam se preocupar mais com a compreensão das perspectivas dos trabalhadores e do conhecimento por eles acumulado. Essa falta de compreensão por parte dos agentes educacionais leva à supervalorização da oferta de informações, que termina adquirindo o caráter de doutrinário. Será que os trabalhadores de fato desconhecem seus direitos? Não percebem a exploração a que estão submetidos? Lendo o relatório elaborado pelo Braghetto, pode-se observar que os trabalhadores têm acumulado bastante informação.

Também há excesso de preocupação com a organização de modo a possibilitar o encaminhamento das lutas. Ou seja, essa preocupação muito acentuada com a organização, sem relacioná-la com o processo de lutas, tende a desembocar na criação de sindicatos burocráticos.

**O agente educacional deve entender melhor as condições concretas em que estão vivendo os trabalhadores: a diferenciação interna, as formas de resistência já existentes, como o trabalhador percebe a exploração, que conhecimento tem da legislação etc.**

LEÔNICIO — A esse conjunto de preocupações que deve orientar o trabalho do assessor, deve-se acrescentar também aquela referente à percepção que os trabalhadores têm do agente educacional, que papel a este atribuem.

FERNANDO — Gostaria de retomar uma experiência que já relatei aos colegas, isto é, a forma como a FETAEMG vinha atuando com os trabalhadores, assinando contratos coletivos de trabalho, sem a participação dos trabalhadores e suas formas de luta. Como agente educacional, minha opção diante desse quadro foi por um trabalho de base, através da discussão em pequenos grupos dos problemas que de fato afligiam os trabalhadores. Nessas discussões, os trabalhadores estavam muito mais preocupados com os problemas que dificultavam sua sobrevivência do que com a questão salarial. A fome, o desemprego, as condições de saúde, a assistência aos filhos eram os problemas que vinham à tona. A partir da discussão dessas questões, os trabalhadores foram se organizando para o encaminhamento de soluções. O nível de organização foi tão expressivo, que pessoas de classe média vieram procurar orientação com um grupo de mulheres trabalhadoras para encaminhar o processo de luta contra uma fábrica de calcário que poluía a cidade.

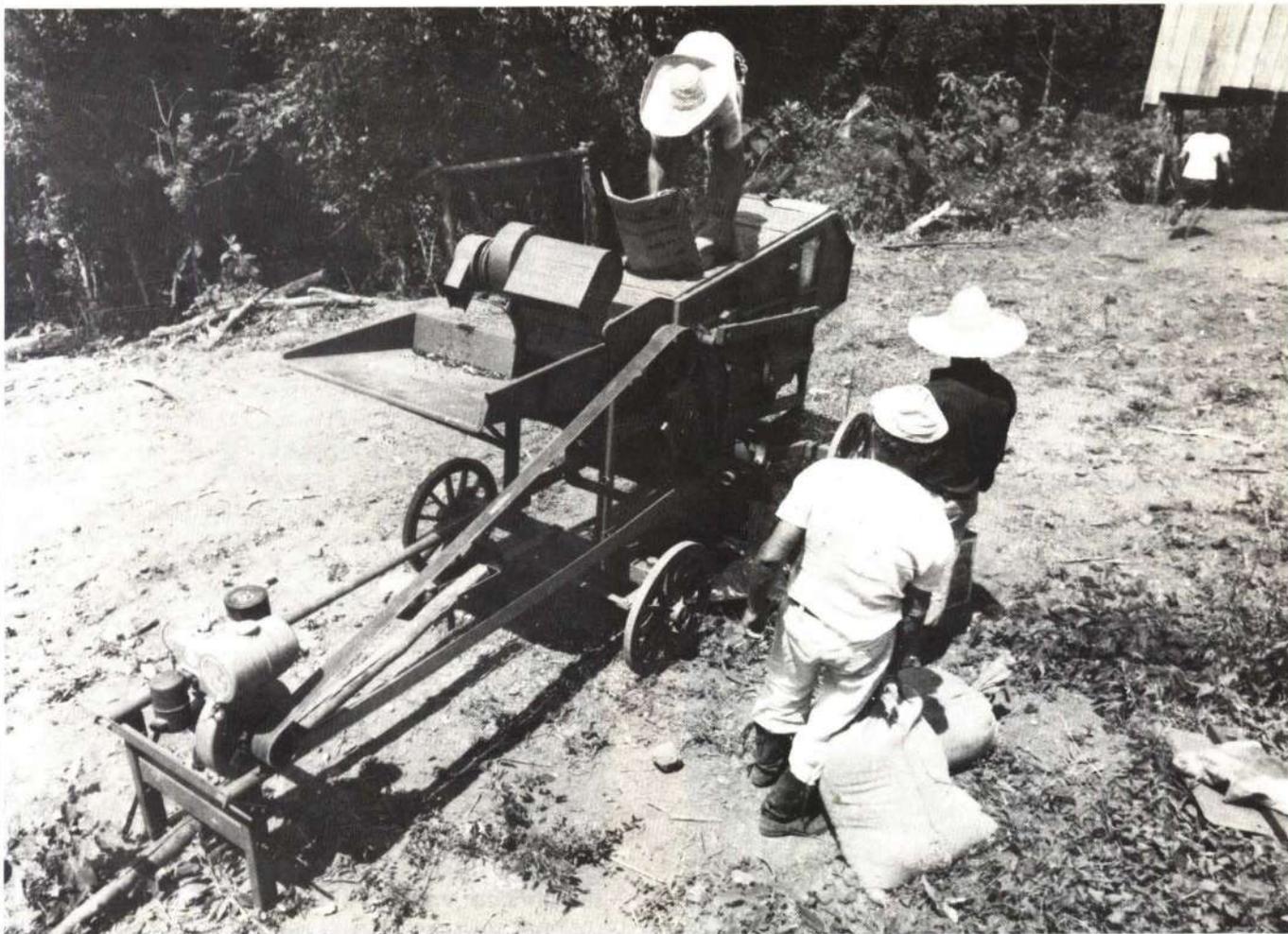
Atualmente, nenhuma reunião ocorre com menos de 70 pessoas. Alguns trabalhadores andam até 10 km para comparecer às reuniões.

## ● **Assessoria: Trabalho com base ou formação de quadros?**

CLÁUDIO — *É muito importante tentar articular a organização dos trabalhadores nas lutas que desenvolvem. A organização que nasce das lutas obtém maior segurança e unidade.* No entanto, uma avaliação constante é fundamental para o melhor desenvolvimento do trabalho. Além disso, o contato do assessor educacional não deve se dar apenas com as lideranças, mas com os próprios trabalhadores. Um outro ponto fundamental a ser considerado pelo assessor educacional é a ampliação das perspectivas do trabalho de mobilização e organização dos trabalhadores. Por isso, ele deve ter um pé dentro e outro fora, canalizando para o movimento sindical e explorando todas as demais alternativas. Um exemplo esclarece melhor o que quero dizer. Certa vez participei da criação de um sindicato. De início, toda a preocupação estava voltada para a organização dos trabalhadores, para a necessidade de apoio e participação ampla de todos eles. No entanto, após a criação, as reuniões eram realizadas para discussão de questões ligadas à arrecadação do sindicato. Concluí que essa preocupação é inevitável até para a sobrevivência do sindicato. Entretanto, **o assessor pode, pela sua posição, tentar manter essa perspectiva de trabalho mais externa e assegurar espaço para além daquele que um sindicato pode proporcionar.**

BRAGHETTO — Todas as críticas e sugestões que estão sendo apresentadas são muito úteis para a prática de trabalho do assessor educacional, não devendo assim intimidar ou provocar insegurança. Mas convém lembrar que as dificuldades também devem ser consideradas. Há escassez muito grande de pessoas interessadas nesse tipo de trabalho. Por isso mesmo, o assessor educacional tende ao isolamento, não encontra com quem discutir.

Concordo com as observações de Maria Emília de que, por ocasião da criação do sindicato (em Dobrada, São Paulo), os trabalhadores já haviam acumulado algum saber, uma vez que as discussões vinham sendo feitas há 2 anos. Concordo também que faltou conhecer as formas de resistência utilizadas. As lutas que eles tinham travado até aquele momento foram colocadas no debate, mas foi considerado que apenas através do sindicato, de formas organizadas de luta, os problemas poderiam ser enfrentados. Porém, tenho dúvidas sobre a validade da oferta de informações sobre os direitos, a legislação trabalhista, uma vez que os trabalhadores conhecem alguns direitos, mas não todos. Continuo achando que essa informação é importante.



Na minha experiência com os trabalhadores um outro fator gerou dificuldades. O fato de o agente pastoral estar ligado à Igreja, especialmente se é padre, religioso, produz certa mistificação. Ou melhor, se o desempenho do papel de padre facilita a agregação dos trabalhadores, pode gerar dependências.

Quanto ao método de trabalho do assessor educacional, é preferível que as comunicações escritas sejam evitadas porque os trabalhadores, de modo geral, não sabem ler. A utilização de *slides*, desenhos, filmes, rádio é mais eficaz. Esses instrumentos são importantes, especialmente o rádio, mas os assessores não estão se interessando pela elaboração desse tipo de material.

ORLANDO — Gostaria de retomar a questão colocada por Braghetto sobre a falta de quadros para esse tipo de trabalho. *Sugiro que essa dificuldade seja superada, limitando o trabalho do assessor à formação de lideranças que possam reproduzir junto aos demais essa atividade de esclarecimento e mobilização. Se o assessor só se ocupar do trabalho direto com os grupos, vai conseguir obter muito pouco porque ficará excessivamente absorvido.*

RICARDO — O papel do assessor é de educa-

dor, formador, mas na prática termina participando de uma série de acontecimentos do movimento sindical como organizador e dirigente. Por exemplo, no relatório apresentado por Braghetto, fica claro que ele tentou ao máximo limitar-se ao papel de educador, evitando ser dirigente. Essa é uma contradição presente no exercício do papel do assessor educacional e deve ser refletida. O exercício simultâneo de uma militância política se deve ao momento político em que vive a sociedade brasileira, isto é, ao autoritarismo que cria sérios problemas de representação política. **Embora o problema de representação não seja exclusivo dos trabalhadores rurais, na prática, o movimento sindical rural é pouco representativo e a tendência é se criar novas formas de representação, que desembocam no paralelismo. Se se tenta fugir do paralelismo, confere-se ao sindicato um diploma legal de representação, sem que isso signifique representação real.** A Pastoral Popular deveria exercer o papel de educadora, mas se afasta desta missão na medida em que tenta reverter a forma como os sindicatos encaminham a questão da representação de baixo para cima, isto é, remetendo as questões para as Federações e para as delegacias do trabalho. Daí a valorização do trabalho de base. Nos encontros dos movimentos sin-

dicais, a preocupação é com a aprovação de soluções. A Pastoral da Terra já se preocupa em dar a palavra aos trabalhadores. Essa dicotomia conduz a alguns impasses na articulação dessas duas tendências de orientação de trabalho, porque há certo receio por parte dos sindicatos de que o educador seja um dirigente ou faça um sindicalismo paralelo. Esse medo, real ou fictício, prejudica as articulações.

Neste momento, Ricardo sugere o debate dessas questões, lembrando que nesse seminário não foram apresentadas experiências especificamente educacionais e não foram avaliados os avanços em termos de organização e de luta a partir de um trabalho educativo. Propõe então que se pense as experiências que ocorrem no Nordeste a partir das questões por ele levantadas.



## ● Contradições na prática do educador

LEÔNICIO — Concordo que existem contradições na prática do assessor educacional. Mas, o papel desse agente não é a educação das bases propriamente, mas a educação de alguns trabalhadores para que estes reproduzam tal papel junto aos demais. Minha proposta não contradiz a sugestão apresentada por Cláudio, de um contato direto com os trabalhadores e não apenas com lideranças,

pois para o exercício de sua função esse contato é fundamental. No entanto, o papel do assessor educacional é de formar quadros que retomem o papel educativo.

*Quanto à confusão entre o papel de educador e de dirigente, acho que é inevitável porque o assessor é antes de tudo um cidadão e quanto mais puder ter clara essa posição, e participação política, tanto melhor. Nesses termos, o assessor pode fazer propostas a serem discutidas e que visem ao avanço do movimento. A negação desse papel conduz ao apoliticismo que, a meu ver, é incorreto. O trabalho de base que se pensa sem propostas políticas, para que as pessoas falem e escolham seus caminhos, tem finalidade mais social que política.*

LÍGIA — O medo de fazer propostas, de não dirigir, muitas vezes leva ao fracasso do próprio trabalho. Creio que o assessor deve ter claro para onde pretende encaminhar o trabalho no qual está inserido, embora também deva ter claro seus limites de ação e o reconhecimento de que assessores e trabalhadores estão situados em níveis diferentes.

CLÁUDIO — Discordo dessa posição. Por trás do pseudodemocratismo dessas experiências, há muito autoritarismo, não só dos sindicatos como da Igreja, e mesmo da Pastoral Popular. Daí essa preocupação com o dirigismo. **Numa sociedade capitalista, todas as instituições terminam por repetir um mesmo modelo autoritário, funcionando sempre com uma estrutura mínima formada de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. O combate a essa estrutura tem levado à formação de lideranças, de novos quadros.** Mas nessa formação de lideranças, muitas vezes estamos herdando uma experiência tremendamente autoritária. A questão é como formar essas lideranças ou como reconhecer as lideranças que já existem, ajudá-las a crescer, a conseguir se articular com processos mais amplos de luta. Não estou negando que as lideranças devam ter conhecimento teórico, mas a redução do papel da formação de lideranças à absorção de um conjunto de conhecimentos a serem passados aos demais colegas me parece problemático. Esse esquema mantém a posição entre o assessor que sabe e o trabalhador que não sabe. Ora, o trabalhador não só vive a exploração, como tem a visão de mundo, das coisas, tem instrumentos de análise que devem ser explicitados e aperfeiçoados para ele crescer enquanto liderança. A formação de quadros deve respeitar as diferentes competências, sob pena de cair no dirigismo.

## ● Dirigismo no movimento sindical

ORLANDO — No Nordeste, há impressão de grandes avanços e de fato há avanços reais, especialmente se se compara com outras regiões, no sentido da conquista de direitos e no plano da organiza-



ção dos trabalhadores. Essas conquistas são do conhecimento de todos, não sendo necessário enumerá-las. Mas, como já foi colocado pelos debatedores, há um ritualismo, um procedimento rotineiro com relação à opção pela greve e um certo dirigismo pela presença da CONTAG em detrimento de um trabalho de base.

Hoje, no Nordeste, temos uns 10 sindicatos assumindo posição de vanguarda, com alto nível de organização de participação dos trabalhadores. Temos um avanço em termos de formação do quadro de delegados sindicais que facilitam o trabalho de mobilização para a greve e a luta em torno do cumprimento das conquistas. Temos um grupo intermediário, de uns 15 sindicatos, que conseguem boa atuação quanto às greves, às paralisações, mas que segue no bojo das campanhas salariais sem um trabalho mais efetivo com os trabalhadores fora desse período. E temos os demais que permanecem tal e qual se encontravam antes do processo de retomada do movimento sindical pelos trabalhadores. **A atuação dos assessores tem-se dado mais junto aos trabalhadores desses últimos sindicatos, visando à formação de comissões de engenhos.**

Em Quipapá, as conquistas obtidas nos acordos decididos por ocasião das greves eram cumpridas porque havia um advogado no sindicato, que tam-

bém era padre, que encaminhava todas as questões para a Justiça. Os trabalhadores confiavam muito nele, encaminhavam todas as irregularidades existentes nas usinas, mas a usina exigiu a sua demissão. Os trabalhadores então se organizaram para fazer oposição ao sindicato, exigindo a readmissão do padre (advogado).

Nessa época fui convocado para prestar apoio aos trabalhadores. O padre foi readmitido, mas passou a sofrer tantas perseguições e ameaças de morte que acabou se transferindo, por um ano, para o Peru. Se todos esses fatos permitiram a mobilização dos trabalhadores, também provocaram uma grande dependência destes em relação ao padre e canalizaram toda a forma de luta para o plano jurídico. Frente a esse novo quadro, foi, então, iniciado um trabalho de agregação desses trabalhadores para encaminhar uma oposição à atual direção sindical. Foram convocados os trabalhadores de outros engenhos, selecionando-se uma comissão de 4 a 5 trabalhadores por engenho para não se fixar numa pessoa só. Na formação de comissões procurava-se colocar representantes de cada uma das funções: cortador de cana, cambiteiro, etc. A bandeira assumida por esse trabalho seria o cumprimento do dissídio e a formação de uma chapa de oposição para concorrer nas próximas eleições para o sindicato. A esse trabalho desenvolvido pelos assalariados vieram engrossar alguns posseiros que estavam sendo ameaçados de expulsão, atingindo aproximadamente 40 famílias. Eles estavam resistindo e encaminharam a questão para a Justiça. Durante as campanhas salariais, davam apoio aos assalariados, especialmente pela oferta de alimentos para formar o fundo de greve.

Nas últimas eleições, a chapa de oposição não conseguiu vencer, mas outras conquistas foram obtidas, como a abolição das urnas itinerantes. Anteriormente, na ocasião das eleições, colocava-se a urna numa caminhoneta, percorrendo todos os engenhos. Permanecia por meia hora em cada engenho. Os mesários, muitas vezes, eram filhos de proprietários de terra, permitindo, assim, uma série de pressões sobre os trabalhadores. Essas urnas deixaram de ser itinerantes e tornaram-se fixas, embora ainda dentro do engenho. Os lugares de fiscais de urnas passaram a ser ocupados por representantes de cada chapa, conforme acordo feito com o delegado do trabalho.

Portanto, é certo que as críticas aqui apresentadas podem ser levadas em consideração, mas há um esforço de reverter a situação e se tentar um trabalho de organização dos trabalhadores, para que possam lutar pelo cumprimento dos dissídios e pelo controle da atuação dos dirigentes sindicais.

**LEÔNICIO** — No Estado da Paraíba existem 142 sindicatos. Destes, apenas 64 estão em dia com a Federação. Portanto, só esses 64 sindicatos votam

para a composição dos membros da Federação. No entanto, a Federação dispõe de boa estrutura física, com um grande edifício. Já existe uma direção nacional da CUT. Contudo, as assembleias só conseguem reunir 40 a 50 pessoas. Portanto, não são representativas.

Creio que apenas uns 80% dos sindicatos fazem assembleias mensais e nelas é raro o comparecimento alcançar 100 trabalhadores. Segundo um levantamento, apenas de 20 a 30% dos trabalhadores são filiados aos sindicatos e destes apenas 10% pagam suas mensalidades. Cada sindicato só consegue arrecadar mensalidades de 20 a 30 mil cruzeiros mensais. **Estou colocando esses dados porque se fala muito no avanço no Nordeste, mas eu pergunto: — Qual? O que existe de fato é uma estrutura sindical e não um movimento sindical. Essa defasagem resulta da forma como a CONTAG está conduzindo o trabalho.** No ano passado, alguns sindicatos queriam fazer uma campanha salarial, mas a CONTAG decidiu ao contrário. Não sei se ela estava correta em sua decisão, mas sei que foi uma decisão de cúpula. A avaliação feita esse ano sobre a campanha trabalhista demonstrou que foi um fracasso, porque apenas três sindicatos levaram os patrões à Justiça. E os trabalhadores que entraram com processo na Justiça ficaram desempregados. Não houve qualquer trabalho de organização dos trabalhadores, exceto em Alagoa Grande, mas motivada pelo assassinato de Margarida.

Numa campanha salarial, como salientou Orlando, o importante não é o salário, mas a definição de tarefas capazes de serem realizadas num dia, pois esta é a forma de se assegurar a obtenção do salário. Ficou decidido que cada sindicato passaria uma procuração para o advogado, que encaminharia o dissídio, cabendo ao sindicato pagar uma taxa pela prestação desse serviço.

Não existe assessoria educacional ou sindical. Por todos esses motivos, não posso falar de movimento sindical onde ele não existe.

### ● Analisar as diferentes formas de resistência: Uma exigência do trabalho educativo

MARIA EMÍLIA — Deveríamos incluir em nossas reflexões as diferentes formas de lutas de resistência dos trabalhadores, como, por exemplo, as paradas de turmas, que não foram aventadas até agora neste seminário. Essa ausência é sintomática, justamente porque elas, muitas vezes pelo fato de serem pontuais, não são valorizadas pelos assessores. Essas lutas de resistência são preparatórias desses grandes movimentos de maior nível organizativo. Neste seminário, será impossível aprofundar essa questão porque já está chegando ao final, mas num próximo elas devem merecer maior atenção.

VALDIR — É fundamental incorporar as avaliações dos trabalhadores diante desses processos. Creio que essas limitações, em grande parte, se devem à falta de uma infra-estrutura adequada ao movimento sindical. Faltam, por exemplo, pesquisas feitas por pessoas qualificadas para essa percepção. A FASE deveria estimular e assumir a realização dessas pesquisas, que poderiam oferecer melhores subsídios para o trabalho dos assessores educacionais, permitindo uma colaboração mais efetiva de intelectuais ao movimento sindical.

Essa sugestão foi reforçada por vários assessores educacionais presentes ao seminário, tendo em vista que essas formas de luta, aparentemente invisíveis, são importantes, mas difíceis de serem detectadas.

BRAGHETTO — *Chamo a atenção para o significado político de uma parada, porque ela resulta de uma decisão da turma de trabalhadores, sem interferência de terceiros, representando uma cadeia de responsabilidade e grandes riscos, mas assumidos por eles.* Mas, a repressão por parte dos patrões também se torna mais fácil de ser viabilizada pela articulação com os demais patrões, no sentido de não oferecer trabalho. Além disso, esses trabalhadores são facilmente substituídos, levando-os, inclusive, a recuar frente a essa ameaça. Por isso, considero que o êxito dos paradesiros depende de grande grau de solidariedade entre os trabalhadores e, novamente, exige grande trabalho de organização política.



## O movimento sindical e as formas alternativas de organização dos trabalhadores



O debate desencadeado a partir da análise de experiências de organização que não passam pelo movimento sindical, chegou a um nível bastante polêmico, quando HÉLIO NEVES fez a seguinte intervenção:

“Se o movimento sindical hoje é insuficiente, os próprios trabalhadores têm que encontrar formas de organização e de luta capazes de levar o sin-

dicalismo a assumir todas essas questões. Em toda reunião com trabalhadores, faço questão de frisar para eles que o sindicato é muito sagrado, para ser chamado de pelego, disse ou daquilo. Para mim, onde existem 4 trabalhadores discutindo formas de luta para encaminhamento de solução de seus problemas, também existe um sindicato. Prédio, diretoria, advogado, tudo isso é instrumento que deve

ser usado, e se não presta é eliminado. O fato de alguns não atenderem aos reclamos dos trabalhadores não é motivo para não se canalizar o apoio à luta dos sindicatos, para o fortalecimento da organização sindical ou para colocá-la em xeque. Só o sindicato é uma força capaz de encaminhar o confronto com esse sistema. O avanço dessas lutas depende desse apoio."

## ● Movimento sindical: Única forma eficaz de organização?

ORLANDO — Retomando a questão colocada pelo Hélio sobre o divisionismo do movimento sindical (a partir de trabalhos paralelos de organização dos trabalhadores), creio que todas essas experiências devem canalizar forças para o interior do sindicato. Através da mobilização dos trabalhadores, a oposição deve substituir os dirigentes descompromissados e pouco atuantes. As acusações de manipulação por parte do sindicato não são exclusivas dessa instituição, porque todas as demais, como a própria Igreja, também manipulam. O fato de existir uma proposta política supõe manipulação.

VALDIR — Essa postura de apoio ao sindicato não pode levar à suposição de que outras formas de associação não possam existir. É perfeitamente legítimo, por exemplo, o surgimento de certos movimentos que se posicionam contra a utilização de pesticidas, onde isto se torna um problema sério. Para que o paralelismo não exista, torna-se necessário que os sindicatos sejam instituições mais atuantes, que absorvam determinadas bandeiras e problemas, como é o caso do uso do pesticida que mencionei. De modo geral, o que se percebe é que onde o movimento sindical é fraco, as outras formas de organização ganham destaque e tendem a canalizar as reações e resistências dos trabalhadores. Onde ele é mais atuante, essas formas de organização lhe prestam apoio e operam, até certo ponto, subordinadas às propostas do sindicato.

Frente a essa questão, gostaria, ainda, de colocar em debate um outro aspecto presente em determinadas concepções sobre o movimento dos trabalhadores. Há uma tendência de considerar os movimentos que se expressam sob a tutela dos sindicatos como organizados e dirigidos. Os demais são vistos como espontâneos. Essa divisão é incorreta. Todos os movimentos têm algum trabalho de articulação por trás. Nessa divisão, os movimentos que são deflagrados a partir do trabalho de organizações ligadas à Igreja tendem a ser vistos como espontâneos ou como decorrentes da organização da sociedade civil.

HÉLIO — Quero aproveitar a ocasião para esclarecer que a organização do IV Congresso determinou uma abertura a todas as correntes do movi-

mento sindical, a todas as propostas e posições. Não é um congresso manipulado pelo presidente da CONTAG ou qualquer outro membro dessa diretoria. Desde maio do corrente ano têm sido realizadas reuniões, encontros de preparação, em que vão se expressando as diversas posições a serem tomadas por ocasião do Congresso. Em São Paulo serão realizados três encontros regionais e um estadual de trabalhadores (e não de dirigentes sindicais), para se levantar propostas e formas de encaminhamento de lutas. As conclusões a que esses encontros chegarem serão levadas para o debate no Congresso.



*É preciso deixar muito claro que a CONTAG é a única Confederação de Trabalhadores que permite a participação das bases. As demais, de modo geral, estão fechadas a essa forma de relacionamento. Também é preciso enfatizar que o movimento dos trabalhadores rurais é dos mais perseguidos no País, porque muitas vezes se enfrenta com o sistema e discute seu atrelamento ao Ministério do Trabalho. É verdade que algumas direções sindicais estão comprometidas com o sistema, mas também é verdade que muitas outras estão questionando esse atrelamento.*

A sociedade civil tem que se organizar por várias formas de associações: de moradores, de compras comunitárias, etc. Mas a organização que vai encaminhar a luta de classes, para mim, é a do movimento sindical. A própria cooperativa de volantes criada pelo Ministério do Trabalho é uma forma de organização, mas não pode reivindicar para si a luta de classes. Organizações que são construídas por fora do movimento sindical e que reivindicam para si a luta de classes levam ao divisionismo dos trabalhadores e, assim, ao enfraquecimento da luta.

**BRAGHETTO** — Concordo com a postura do Hélio porque ele se coloca como dirigente sindical e por melhor perceber o alcance desse movimento. Creio que todas essas outras formas de organização dos trabalhadores devem passar pelos sindicatos a despeito das limitações destes, do seu caráter burocrático, do atrelamento ao Estado, etc. Esse apoio é fundamental para que os sindicatos possam se constituir em autêntico instrumento de luta. Mas não se pode perder de vista que as organizações dos trabalhadores como as que foram expostas no seminário representam canais de expressão das aspirações dos trabalhadores, que nem sempre encontram guarida em seus sindicatos porque estes não expressam os seus interesses reais. Essas experiências podem se constituir na base de uma oposição sindical para afastar esse tipo de dirigente.

Entretanto, o divisionismo deve ser evitado porque realmente prejudica, como é o caso da CUT e da CONCLAT. Os trabalhadores não conseguem entender essa divisão.

**RICARDO** — Acho que o debate deve evitar o radicalismo e as análises devem ser feitas em termos de questões concretas porque todas as formas de atuação junto aos trabalhadores enfrentam uma série de problemas ainda não resolvidos. Tomando a experiência dos trabalhadores rurais de Pernambuco, sugiro que sejam discutidas as formas de intervenção da FETAPE e da CONTAG. Como essas instituições investiram na mudança dos sindicatos, que avanços isso representou, que problemas enfrentou?

**LÍGIA** — Todas essas questões polêmicas só podem ser pensadas em termos dos objetivos de cada forma de organização dos trabalhadores. A pergunta é: O que queremos? A resposta só pode ser: Queremos contribuir eficazmente para a organização da classe trabalhadora. Não estamos no meio dos trabalhadores à-toa. Queremos gerar alguma coisa, ou seja, a organização dos trabalhadores, para que eles próprios sejam capazes de conduzir o seu destino. *O encaminhamento dessa proposta depende das condições de luta em cada local. Se estamos numa região onde o sindicato é capaz de realizar sua tarefa, o encontro dessas formas de organização é consequência natural. Se estamos frente a sindicatos dirigidos por pelegos, apesar da afir-*



*mação de Hélio de que sindicato é sagrado, o trabalho paralelo não pode atrapalhar porque ele se orienta pela organização autônoma da classe trabalhadora. Portanto, a questão é lutar seriamente, tendo claros os objetivos que devem ser alcançados. Se der para ser dentro do sindicato, tudo bem. Caso contrário, organiza-se por fora, mas com objetivos claros.*

**HÉLIO** — Em relação à minha afirmação de que o sindicato é sagrado, gostaria de esclarecer o seguinte: reconheço que, realmente, existem sindicatos com direções pelegas, comprometidas com o Governo, com o PDS, com os usineiros. No entanto, se qualquer grupo de apoio, de organização da luta dos trabalhadores fizer um trabalho paralelo e não encaminhar os trabalhadores para o sindicato, jamais essa direção vai mudar. Estará favorecendo para que esses sindicatos continuem com direções pelegas. *Mas se essa organização paralela com objetivos claros tem em vista conquistar o sindicato, reforçar junto aos trabalhadores que o sindicato é uma instituição deles e quem está dirigindo é que não presta, que o sindicato é uma ferramenta que precisa ser conduzida para que possa realmente ser um instrumento eficaz, eu concordaria com essas outras formas de organização.*

## ● Peso da institucionalização e debilidade dos movimentos

CLAÚDIO — Existe outro problema embutido na discussão, que é o suposto da exclusividade de uma só instituição. Quando da abertura política, o Governo dizia que a única alternativa de se fazer política no País era através dos partidos e tentou canalizar todas as forças para essas agremiações. Aplicando esse mesmo pressuposto ao sindicato, diríamos: a única alternativa de organização da classe trabalhadora é o sindicato. Ora, isso induz a erros como historicamente se pode observar. Em 1964, toda a massa de trabalhadores estava atrelada ao sindicato. Após 1964, os sindicatos sofreram uma série de restrições. Hoje se supõe que o movimento sindical seja autêntico. A história, portanto, não é linear. Suponhamos que daqui a alguns anos haja uma contra-revolução e uma nova diretoria pelega tome o sindicato. Nesse momento, ele não mais representa uma força canalizadora das aspirações dos trabalhadores, e então estes passam a se desmobilizar. *A conclusão é que o Sindicato é a ferramenta própria do movimento dos trabalhadores, mas não é a única, e que qualquer outra forma de organização não necessariamente significa paralelismo. Acho que essas discussões devem conduzir a uma avaliação das próprias formas de atuação do sindicato e não a sua sacralização. É preciso pensar o sindicato na conjugação de forças e da organização política dos trabalhadores como um todo. Seria interessante pensar que os sindicatos e o movimento dos trabalhadores rurais surgem referidos a uma CLT que data de 1940, sob uma estrutura fascista e corporativista.* Sugiro que se pensem tais questões a partir das concepções de trabalho de organização política dos trabalhadores. Para desenvolver o debate, destacaria três concepções. Uma da Igreja, que se inicia com a comunidade eclesial de base e desemboca no sindicato como legítimo instrumento de organização dos trabalhadores. Outra concepção é a defendida pelos sindicatos, que se vêem como instrumento da luta de classes, como canal de encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores. A terceira concepção é defendida pelos partidos políticos, que tentam encaminhar as questões dos trabalhadores dentro de uma luta global. **Então, eu pergunto, qual dessas concepções realmente consegue acumular forças e produzir melhores frutos, considerando-se a atual conjuntura política? Creio que precisamos de análises mais concretas sobre a luta dos trabalhadores, que existe a despeito das comunidades eclesiais de base, dos sindicatos, dos partidos. Se a gente parte do princípio de que o que existe de fato é a luta dos trabalhadores, todas essas formas de encaminhamento têm sentido e podem contribuir. Creio que a dis-**

cussão aqui travada tendeu a absolutizar muito as perspectivas de análise para as instituições.

Tomando um exemplo: a CUT na região de produção de café, em Vitória da Conquista (Bahia), propõe-se a fazer um trabalho de base. Que trabalho é esse? Selecionam alguns animadores de comunidade mais dinâmicos, mais empenhados no trabalho, e os levam para um encontro.

Da mesma forma, num encontro em Salvador serão selecionados aqueles que vão participar do encontro em São Paulo. Após todo esse percurso, voltam os animadores selecionados com uma linguagem que seus companheiros não entendem, falando de capitalismo e outros termos do gênero, que os demais não alcançam. E voltam para continuar o trabalho de organização das bases. O trabalho de base, portanto, se constitui em alguém que, de cima para baixo, reúne os trabalhadores para uma discussão que termina em São Paulo. Estou caricaturando um pouco, de propósito, para fins de análise, para se tentar perceber que a organização não pode ser colocada como um fim em si. A luta deixa de ser, nesses termos, a questão fundamental. Voltando para o debate deste seminário, conquistar diretorias de sindicatos não pode ser um fim em si mesmo. Coloca-se uma diretoria nova. Para quê? Parece-me que as lutas devem estar priorizadas frente às diretorias dos sindicatos, à estrutura sindical. O problema, então, é como se pensa o sindicato. Nos termos desse raciocínio que estou aqui desenvolvendo, não há problemas com a existência de outras formas de organização para além do sindicato. O importante é se perceber se todos esses movimentos e formas de organização estão sendo eficazes no encaminhamento das lutas dos trabalhadores.

Nessa linha de raciocínio, ainda, convidaria os debatedores a pensarem em problemas ligados à própria valorização da estrutura sindical. Nesses termos, vale mais a CONTAG que as Federações e as Federações mais que os sindicatos; ou o raciocínio seria inverso? É no Congresso que as questões fundamentais vão ser resolvidos? Claro que a elaboração de teses fundamentais é importante para o movimento sindical, mas a estrutura não pode e não deve ser mais valorizada que a organização, esta, sim, verdadeiro instrumento de luta.

LEÔNCIO — Concordo com o Cláudio. *No Brasil há uma super-estrutura sindical para pouco movimento real. O sindicato de fato é instrumento de luta, mas é muito mais consequência das lutas, pois ele nasce delas. São as lutas que definem a organização dos sindicatos. Atualmente, no Brasil, temos mais estruturas que movimento e estas não oferecem alternativas para incorporação de movimentos de base. Por exemplo: como vão ser indicados os representantes do IV Congresso? Por direito, os presidentes de sindicato. No Estado da Paraíba são 141 sindicatos; logo, 141 presidentes. 50% des-*

se número representariam a base, portanto, 70 pessoas. Logo, quem determina a representação é a Federação.

Não estou tirando o mérito da FETAPE, pois se constitui numa das federações mais combativas do Brasil, mas ela padece dos males decorrentes do atrelamento do sindicalismo à CLT, da prática errônea da CGT antes de 1964. Contudo, é dentro dessa estrutura que temos que trabalhar. Como assessor sindical, posso discordar de certas políticas da Federação, mas só posso trabalhar dentro dela. Para lá é que temos que levar nossas propostas de um sindicalismo mais combativo.

Acho, também, que devemos relativizar afirmações que atribuem à Federação e à CONTAG posturas manipuladoras. A manipulação é uma palavra com conteúdo ético. Claro que ela existe, mas o trabalho dessas instituições se orienta por posturas políticas defendidas abertamente. São concepções em luta e ganham aquelas que conseguem o apoio da maioria.

O racha entre CUT e CONCLAT é de cúpula. Não se pode daí concluir que o movimento sindical

também está rachado. Na verdade, ele ainda está para ser construído. Essas instituições não representam movimento sindical algum porque este ainda não existe.

ORLANDO — Gostaria de dar informações sobre os critérios de seleção para participação no IV Congresso no Estado de Pernambuco, que diferem dos acima apresentados. Na Região de Garanhuns, por exemplo, decidiu-se pela realização de uma assembléia para escolha dos representantes, podendo a mesma recair sobre qualquer membro da diretoria. O critério seria o da participação mais efetiva e direta na preparação do Congresso. Até mesmo os participantes em movimentos organizados por instituições ligadas à Igreja foram convidados a participar dessa seleção, podendo ser escolhidos. Esses delegados selecionados para representação vão ser preparados para a participação no Congresso. Em termos de critérios de participação, houve um avanço do III para o IV Congresso, criando espaços mais amplos de inclusão de outros membros que não presidentes de sindicatos. É de se esperar que esses critérios possam ser cada vez mais aperfeiçoados.



## SIGLAS

- ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná  
ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural  
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social  
CENTRU – Centro de Educação do Trabalhador Rural  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
CONCLAT – Congresso das Classes Trabalhadoras  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
FETAEMG – Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro  
FETAG/RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro  
FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco  
FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo

## SEMINÁRIO PROMOVIDO PELA FASE SOBRE EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO EDUCATIVO JUNTO A ASSALARIADOS RURAIS

### Participantes

- ARNALDO DE BRITO  
Assessor da Casa dos Trabalhadores – Apucarana – PR
- ARY FROZA  
Assessor da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná – Curitiba – PR
- CÂNDIDO GRZYBOWSKI  
Professor do IESAE – FGV – Rio de Janeiro
- CLAUDIO PERANI  
Assessor do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS – Salvador
- DELMA PESSANHA NEVES  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional – RJ
- ELIANE C. O'DWER  
Assessora do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itaboraí – RJ
- FERNANDO ANTONIO SGRECIA  
Assessor da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) Minas Gerais – Setor Sul
- HELIO NEVES  
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara – SP

JORGE CANTOS

Assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT)  
Paraná

JORGE EDUARDO SAAVEDRA DURÃO  
Coord. Nacional da FASE — Federação de Órgãos  
para Assistência Social e Educacional — Rio de  
Janeiro — RJ

JOSÉ DOMINGOS BRAGHETTO  
Assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT) —  
São Paulo

JOSÉ ORLANDO FALCÃO  
Coordenador da equipe FASE/Garanhuns — PE

LEILAH LANDIM ASSUMPÇÃO  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Social — Museu Nacional/PUC — RJ

LEÔNICIO CAMINO  
Assessor do Centro de Educação do Trabalhador  
Rural (CENTRU) — Paraíba

LÍGIA CONSTANTINO  
Técnica da FASE/Capanema — PA

MARIA DE JESUS SILVA  
Assessora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
de Araraquara — SP

MARIA EMÍLIA LISBOA PACHECO  
Membro do Grupo de Assessoria Nacional da FASE  
— Rio de Janeiro

RICARDO ABRAMOVAY  
Membro da equipe do Projeto de Tecnologias  
Alternativas/FASE — Rio de Janeiro

VALDIR DUARTE  
Assessor da Associação dos Trabalhadores Volantes  
de Santa Isabel do Oeste/PR

VALDIR TONIATO  
Técnico da FASE/Vitória — ES

VILMA BARBAN  
Assessora de "Reconstrução" — Educação,  
Assessoria, Pesquisa — São Paulo — SP

---

## Do seu interesse

Durante longos anos junto aos Movimentos e Organizações Populares a FASE registrou as experiências no campo da Educação Popular. Continua documentando as experiências de que participa e de que toma conhecimento. Recentemente abriu um Setor de Documentação, aberto aos Agentes de Pastoral, Pesquisadores, Educadores, Estudantes e a todas as pessoas interessadas na questão da Educação Popular.

Endereço: Rua das Palmeiras, 90 Botafogo, Rio de Janeiro  
tel. 286-6797.

Divulgue a PROPOSTA uma publicação trimestral da FASE.

É um instrumento que visa atenuar as lacunas gritantes e sentidas por todos os que trabalham na assessoria educativa aos movimentos sociais: a ausência de registro dessas experiências e a falta de intercâmbio entre as mesmas. Faça sua assinatura ou de seus amigos e conhecidos. É importante divulgar os conhecimentos produzidos nos movimentos e lutas populares e socializar os saberes acumulados.

Colabore com a divulgação da PROPOSTA.

Preço da assinatura (4 números) Cr\$ 28.000  
(válido até 30/08/85).

## À LUTA PELA TERRA E SEUS PROBLEMAS

### A LUTA PELA TERRA

Octavio Ianni

Coleção Sociologia Brasileira n. 8  
236 p. – Cr\$ 23.500,

Um estudo em torno dos principais problemas criados pela expansão do capitalismo na Amazônia. Com ele adquirimos uma visão bastante movimentada de como se formaram e se desenvolveram na região as classes sociais, em seus arranjos e em suas tensões.



### FOME, AGRICULTURA E POLÍTICA NO BRASIL

A Chantagem Alimentar

Antônio Estevam de Lima Sobrinho

124 p. – Cr\$ 11.200,

A fome, desnutrição, doenças e alta mortalidade andam juntas com a elevada concentração da renda e de propriedade rural. O baixo nível nutricional e sanitário do povo brasileiro constitui grave problema que não teve solução satisfatória, e esta situação constitui a evidência mais cruel do nosso estilo de crescimento econômico.



### A MILITARIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Terra e Poder: O Problema da Terra na Crise Política

José de Souza Martins

136 p. – Cr\$ 11.800,

A expansão do capitalismo no campo tem sido acompanhada diariamente pela expansão da luta dos trabalhadores, a disseminação dos conflitos pela terra, a difusão de concepções paralelas e antagônicas sobre direito de propriedade que contestam a legitimidade do direito vigente e dominante. Essas lutas questionam o pacto político que faz dos grandes proprietários um dos sustentáculos políticos do Estado militar. Para evitar que elas levem ao fim desse pacto, o Estado vem promovendo a militarização da questão agrária.



### REFORMA AGRÁRIA: SIGNIFICADO E VIABILIDADE

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC)

Coord. Abdias Vilar de Carvalho e Maria Conceição D'Incao

160 p. – Cr\$ 14.500,

Este livro é o retrato de dois dias de debates no seminário "Significado e Viabilidade da Reforma Agrária", organizado pelo CEDEC. Participaram líderes sindicais, religiosos, políticos, antropólogos, sociólogos, economistas, advogados, agrônomos, professores universitários, médicos, assistentes sociais, ou seja, os que trabalham, estudam e lidam com a questão agrária, num total de 150 pessoas.



### "BÓIA-FRIA": ACUMULAÇÃO E MISÉRIA

Maria C. D'Incao

Coedição VOZES/Fac. de Fils., Ciência e Letras de Presidente Prudente, SP  
156 p. – Cr\$ 11.800,

A primeira parte deste estudo sociológico revela as condições estruturais que dão origem ao "bóia-fria" e por outro lado permitem a sua participação no processo global de produção. A segunda e terceira partes dão maior precisão a essa forma de participação, entre outras pela maneira como o "bóia-fria" é uma autêntica manifestação histórica da contradição básica do sistema.



### OS CAMPENESES E A POLÍTICA NO BRASIL

José de Souza Martins

232 p. – Cr\$ 20.500,

A tese central deste livro é a de que, no Brasil, as lutas populares no campo avançaram mais depressa do que os partidos políticos na interpretação e incorporação do problema camponês e da questão agrária.



### ECONOMIA AGRÍCOLA

Agricultura, Uma Defesa dos Subsídios

Décio Garcia Munhoz

112 p. – Cr\$ 10.000,

O estudo desenvolvido pelo autor envolve uma análise da política de crédito rural no Brasil, baseada em taxas de juros reduzidas, e que tem sido repetidamente questionada em algumas áreas acadêmicas e por setores governamentais. O livro se destina não só a economistas e estudantes de economia. Pretende o autor, à base das evidências levantadas, conscientizar os dirigentes rurais principalmente de cooperativas de pequenos e médios produtores dos mecanismos econômicos em que o setor está envolvido, podendo, assim, resistir à "irracionalidade tecnocrática" que pode desorganizar a atividade rural.



### COLONIZAÇÃO E CONTRA-REFORMA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA

Octavio Ianni

140 p. – Cr\$ 14.000,

A política de colonização da Amazônia, posta em prática desde 1964, recoloca dois problemas importantes, encadeados: a questão da terra e do trabalhador rural sem terra. A Colonização, como contra-reforma agrária, aparece como condição e consequência da forma pela qual o Estado foi levado a recriar a "fronteira amazônica", para favorecer o desenvolvimento extensivo do capitalismo na região.



Você encontra estes livros nas boas livrarias ou na Editora Vozes, Matriz e Filiais, ou peça pelo reembolso: Caixa Postal, 90023; 25600 – Petrópolis – RJ.

## FILOSOFIA E METODOLOGIA DE TRABALHO DA FASE

A promoção da Educação e do Desenvolvimento passa, antes de tudo, pela participação das categorias marginalizadas da nossa Sociedade. Não há participação real se ela não é assentada sobre a organização efetiva dessas categorias, em associações, sindicatos, comunidades, etc.

Não há participação real se as organizações populares não têm a sua autonomia, as suas lideranças próprias capazes de dirigir os seus movimentos e de dizer que desenvolvimento querem, que participação querem ter na nossa sociedade.

Por isso a FASE pretende contribuir com o processo de organização popular e de formação das suas lideranças, com as suas características de entidade de Educação.

Decorrentes dessa filosofia, eis alguns pontos importantes da sua metodologia:

— O trabalho educativo pressupõe o respeito pelo saber, valores, lideranças e modo próprio de

organização popular.

— Ao mesmo tempo, a FASE considera que ela, como instituição, e os seus técnicos, têm uma experiência a transmitir — A relação educativa é, portanto, de diálogo, de enriquecimento mútuo.

— Os múltiplos projetos (saúde, cursos, tecnologia apropriada, cooperativismo, etc.) que a FASE desenvolve só fazem sentido se são situados dentro dessa perspectiva de real participação e organização popular.

— Os programas da FASE são de longa duração porque o processo de educação se faz com lentidão. É necessário tempo para que organizações e associações populares se firmem com as suas próprias lideranças e se tornem capazes de dirigir seus movimentos, suas lutas, seus projetos.

— Os programas supõem uma presença direta e permanente dos técnicos/educadores junto aos grupos com os quais trabalham.

*Coordenação Executiva da FASE: Jorge Eduardo Saavedra Durão (Coordenador Nacional); Jean-Pierre René Joseph Leroy (Coordenador Nac. Adjunto) Matheus Henricus Otterloo (Coordenador Reg. Norte), Antonio Acioli de Siqueira (Coordenador Reg. Nordeste); Lorenzo Zanetti (Coordenador Reg. Sudeste-Sul).*

### FASE NACIONAL

Rua das Palmeiras, 90  
Botafogo  
22270 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel. (021) 286-6797

### FASE REGIONAL NORTE

Escritório de Belém  
Rua Bernal do Couto, 1329  
66000 — Belém — PA  
Tel. (091) 222-0318

Escritório de Abaetetuba  
Av. Pedro Pinheiro Paes, 330  
68.440 — Abaetetuba — PA  
Tel. (091) 751-1181

Escritório de Capanema  
Av. Presidente Médici, 1992  
68700 — Capanema — PA  
Tel. (091) 821-1716

Escritório de Manaus  
Rua Valério Botelho de Andrade, 488  
São Francisco

69000 — Manaus — AM  
Tel. (092) 234-6761

Escritório de São Luis  
Rua das Hortas, 138 sala 28  
65000 — São Luis — MA  
Tel. (0981) 221-1175

Escritório de Imperatriz  
Rua Godofredo Viana, 945  
65900 — Imperatriz — MA  
Tel. (098) 721-4474

### FASE REGIONAL NORDESTE

Escritório de Recife  
Rua Cedro, 52  
Casa Amarela  
50000 — Recife — PE  
Tel. (081) 268-3242

Escritório de Garanhuns  
Av. Júlio Brasileiro 1152-A  
Heliópolis  
55300 — Garanhuns — PE  
Tel. (081) 761-0747

Escritório de Fortaleza  
Rua Prof. João Bosco, 73

Parque Araxá  
60000 — Fortaleza — CE  
Tel. (085) 223-4056

### FASE REGIONAL SUDESTE/SUL

Escritório do Rio de Janeiro  
Rua Senador Dantas, 117 gr. 1518  
20031 — Rio de Janeiro — RJ  
Tel. (021) 220-7198

Escritório de Vitória  
Rua General Osório, 83 salas 1306/ 7  
29000 — Vitória — ES  
Tel. (027) 223-7436

Escritório de São Paulo  
Rua Loefgren, 1651 — c/6  
Vila Clementina  
04040 — São Paulo — SP  
Tel. (011) 549-3888

Escritório de Porto Alegre  
Rua Gaspar Martins, 470  
90000 — Porto Alegre — RS  
Tel. (0512) 25-0787

**FASE FASE FASE FASE FASE**  
**A SERVIÇO DA**  
**EDUCAÇÃO POPULAR**

